



Daniele Machado Vieira

# territórios negros em Porto Alegre / RS (1800 – 1970)

geografia histórica da presença  
negra no espaço urbano



territórios negros em  
Porto Alegre / RS  
(1800 – 1970)

geografia histórica da presença  
negra no espaço urbano



territórios negros em  
Porto Alegre / RS  
(1800 – 1970)

geografia histórica da presença  
negra no espaço urbano

**Daniele Machado Vieira**

ANPUR . 2021

**prefácio**

Adriana Dorfman

© 2021 ANPUR / **Daniele Machado Vieira**

capa, projeto gráfico e edição de figuras

**Lara Isa Costa Ferreira**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

**Vieira, Daniele Machado**

Territórios negros em Porto Alegre : RS (1800-1970) [livro eletrônico]:  
geografia histórica da presença negra no espaço urbano / Daniele  
Machado Vieira ; prefácio Adriana Dorfman. -- Belo Horizonte : Associação  
Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e  
Regional - ANPUR, 2021.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-80485-06-2

1. Espaço urbano 2. Geografia histórica 3. Negros - Porto Alegre (RS)  
4. Territorialidade I. Dorfman, Adriana. II. Título.

21-69441

CDD-911.98165

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Territórios negros : Porto Alegre : Cidade : Geografia histórica 911.98165

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

**1ª edição:** junho de 2021

**ISBN (digital pdf):** 978-65-80485-04-8

**DOI:** <https://doi.org/10.22296/2317-1529/9786580485062>



É autorizada a divulgação e reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo ou pesquisa, desde que citada a fonte.

## Júri do XI Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional” de Dissertações de Mestrado

Isa de Oliveira Rocha . MPPT-UDESC  
José Júlio Lima (presidente) . PPGAU-UFPA  
Renato Pequeno . PPGAU+D-UFC  
Romulo José da Costa Ribeiro . PPGAU-UnB  
Rosana Denaldi . PPGPGT-UFABC

## ANPUR - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

### ANPUR Diretoria 2019-2021

**Presidente:** Márcio Moraes Valença . PPEUR e PPGAU/UFRN

**Secretária-Executiva:** Sara Raquel Fernandes Queiroz Medeiros . PPEUR/UFRN

**Secretária-Adjunta:** Camila D'Ottaviano . PPGAU/FAUUSP

### Diretoria

Carolina Pescatori Cândido Silva . PPG-FAU/UnB  
Fernanda Ester Sanchez Garcia . PPGAU/UFF  
Fernando Cezar de Macedo Mota . IE/Unicamp  
Ivo Marcos Theis . PGDR/FURB

### Conselho Fiscal

Cristina Pereira de Araújo . MDU/UFPE  
João Bosco Moura Tonucci Filho . Cedeplar/UFMG  
Juliano Pamplona Ximenes Ponte . PPFau-FAU/UFPA

### Suplentes

Inês Martina Lersch . PROPUR/UFRGS  
Marcos Barcellos de Souza . PPG PGT/UFABC  
Pedro Araújo Pietrafesa . MDPT/PUC-GO

## **ANPUR Diretoria 2017-2019**

**Presidente:** Eduardo Alberto Cusce Nobre . PPGAU/FAUUSP

**Secretário-Executivo:** Tomás Antônio Moreira . PPGAU/IAUUSP

**Secretário-Adjunto:** Humberto Miranda do Nascimento . CEDE-IE/UNICAMP

### **Diretoria**

Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski . PRPPG/UFPR

Hipólita Siqueira de Oliveira . IPPUR/UFRJ

José Júlio Ferreira Lima . PPGAU/UFPA

Márcio Moraes Valença . PPGAU/UFRN

### **Conselho Fiscal**

Fernanda Ester Sanchez Garcia . PPGAU/UFF

Rogério Leandro Lima da Silveira . DHG/UNISC

Glória Cecília dos Santos Figueiredo . PPGAU/UFBA

### **Suplentes**

Benny Schvarsberg . PPG FAU/UnB

Camila D'Ottaviano . PPGAU/FAUUSP

Pedro Vasconcelos Maia do Amaral . Cedeplar/UFMG

À fotógrafa **Irene Santos** pela incansável busca por registrar uma Porto Alegre negra, a partir do seu cuidadoso olhar negro.

Ao **Seu Nilo Alberto Feijó**, que partiu antes que eu conseguisse ouvir as suas muitas histórias dessa Porto Alegre negra.

Às **Marias**, aos **Josés**, as **rainhas** (**gingas, do carnaval**), aos **irmãos** e **irmãs do Rosário**, àquelas e àqueles que não deixaram calar o tambor, à **D. Carolina**, ao **Seu Jayme**, à **todas negras** e **negros** que residiram, trabalharam e circularam por estes espaços, imprimindo neles a sua marca.



### **Agradeço**

Aos criadores do “Ônibus Territórios Negros: afro-brasileiros em Porto Alegre”, projeto educacional onde eu, mulher negra, portoalegrense, aos 31 anos, como aluna de graduação, descobri que existiam espaços caracterizados e valorizados pela presença negra – territórios negros em Porto Alegre. Colônia Africana!? A Redenção é sobre nós? Obrigada Manoel José Ávila da Silva, Adriana Conceição Santos dos Santos e Clarice Moraes. Naquele ônibus, naquele percurso pela cidade, nasceu essa pesquisa.

Ao meu menino Sebastian, que foi gestado, nasceu e deu os primeiros passos enquanto a mamãe pesquisava e escrevia a dissertação que agora se torna livro. Obrigada por alegrar todos os meus dias, com a tua fofa e incrível veia geográfica e a sapequice de uma criança de 5 aninhos. À minha pequena Mahin, que ainda na barriga atravessou o país comigo, saindo de Porto Alegre (no Rio Grande do Sul) para receber o prêmio da ANPUR em Natal (no Rio Grande do Norte). E agora no processo do livro, no colinho mamando, roubando o mouse, escalando a mamãe, enquanto mamãe trabalhava ou tentava. Ao Menegas pelo apoio e por dar conta dessas figuras.

À Prof<sup>a</sup> Fernanda Oliveira, colega, amiga, Atinuké, por abrir mão de sua privacidade e me ceder, por longos meses de 2020, um espaço da sua casa para ser meu local de trabalho. Com as crianças em casa, confinadas, devido à pandemia da Covid-19, era/é praticamente impossível iniciar e finalizar um raciocínio. Quando eu estava à beira de um ataque de nervos...

À fotógrafa Irene Santos por, no nosso primeiro encontro, ter me emprestado o CD com os mapas históricos da cidade (IHGRGS, 2005), quando eu ainda nem pensava em utilizá-los. Além de ser uma grande incentivadora da pesquisa.

À ANPUR (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional) pela possibilidade de publicação da pesquisa em formato de livro, possibilitando que ela alcance novos públicos. À Lara Ferreira pela competência e paciência na reelaboração dos mapas pro livro. Tenho nem palavras. Ficaram maravilhosos!

À UFRGS, universidade pública e gratuita, que possibilitou a mais uma estudante de família baixa renda cursar o ensino superior, chegando à pós-graduação.

Ao POSGEA/UFRGS (Programa de Pós-graduação em Geografia) pela confiança de indicar a minha dissertação à prêmios por duas vezes em 2019. Foi uma grande alegria poder retornar com o Prêmio de melhor dissertação da ANPUR (1ª indicação) e com a Menção Honrosa do Prêmio Mauricio de Almeida Abreu, da ANPEGE (2ª indicação). Meu muito obrigada às minhas professoras e professores, assim como aos colegas do dia a dia, do NEGA, do DAGE, da AGB, pela formação da professora e geógrafa que me tornei.

Aos amigos que a UFRGS e a CEFAV (Casa do Estudante) me deram: Rita Moreira, Pablo Ferreira, Hiro Okido, Elisa Delfino, Isabel Pérez, Priscila Nunes, Larissa Oyarzabal, Bruno Silveira, Maurício Dorneles e mais um monte de gente querida.

À minha mãe e meu pai (*in memoriam*) por todo apoio de sempre. Às minhas avós, Alfrina Garcia Machado e Alzerina Verônica Vieira, por

terem me ensinado desde muito cedo que eu não iria herdar a profissão de família – a faxina; eu iria estudar. Não há nenhum demérito em ser faxineira, o problema é quando este é o único lugar legado a nós, mulheres negras.

Ao Seu Sílvio Moreira Aquino, à D. Ivone Maria de Carvalho e à D. Eloá Vieira, antigos ou ainda moradores do Areal da Baronesa, por me cederem algumas horas da sua vivência sobre o Areal. À historiadora Iris Germano que, apesar de não estar mais atuando na área, me emprestou as suas preciosas cópias das entrevistas sobre o carnaval de Porto Alegre. Como agradecimento disponibilizei uma cópia em pdf no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Às ilhas negras: Sopapo Poético e Atinukés pelos momentos de congregação. Ao Sopapo por saber que, pelo menos uma vez por mês, eu teria garantida a escuta de vozes, textos e tambores negros. Não foram poucas as vezes que eu fui aí para receber uma dose extra de energia para seguir. Às Atinukés – grupo de estudos sobre o pensamento de mulheres negras, formado somente por mulheres negras, pelos sábados de encontro conosco. Pensando em todas, agradeço às coordenadoras, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Giane Vargas, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fernanda Oliveira e à agora doutoranda Nina Fola.

Ao DEDES (Departamento de Educação e Desenvolvimento Social) por ser o núcleo negro da UFRGS, quando o NEAB ainda não existia. Em especial à Rita Camisolão, por nos representar; pela seriedade, comprometimento e zelo nas atividades ligadas a temática negra.

Ao Movimento Negro por pautar questões tão necessárias e caras a nós, como a Lei 10.639/03 (que tornou obrigatório o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana) e o acesso por cotas raciais (e sociais), abrindo as portas da universidade e povoando-a de estudantes negras

e negros, indígenas e brancos de escola pública. Foi lindo, a cada ano, vivenciar uma universidade mais diversa em pessoas, atividades, temas, projetos. Obrigada Movimento Negro Educador (GOMES), de dentro e de fora da universidade, por me educar para tantos assuntos sobre a questão racial, inclusive as cotas, por educar toda uma sociedade.

Aos sambistas da antiga e da atualidade: suas vozes, composições e melodias embalsamaram a escrita da dissertação e agora a transformação em livro. Orgulho-me de dizer que o primeiro mapa, o da Ilhota, foi feito ouvindo “Sala de Recepção” na voz da multiartista, sambista da nova geração, Pâmela Amaro, a qual tenho o privilégio de ser amiga.

À minha orientadora, Prof<sup>ª</sup> Adriana Dorfman, pela orientação rigorosa e amorosa, pela paciência, provocações e conversas francas. À CAPES pela bolsa de pesquisa durante o Mestrado, auxílio financeiro extremamente necessário.

Por ter tido saúde, física e mental, para concluir esse livro em meio à pandemia da Covid-19. Muitas coisas poderiam ter sido reorganizadas, reelaboradas. Mas foi extremamente difícil trabalhar e ser mãe no mesmo espaço-tempo, em casa.





# sumário

- 18      **PREFÁCIO**  
A experiência de negras e negros em Porto Alegre materializada em territórios  
Adriana Dorfman
- capítulo 1
- 21      **EM BUSCA DA PORTO ALEGRE NEGRA**
- 23      **INTRODUÇÃO**
- 31      **GEOGRAFIA HISTÓRICA**  
montando o quebra-cabeças da cidade negra
- 34      **TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE**
- 37      **TERRITÓRIOS NEGROS**  
espaço físico e simbólico
- 41      **TERRITÓRIOS NEGROS**  
agenciamento e protagonismo
- capítulo 2
- 45      **O ESPAÇO URBANO DE PORTO ALEGRE**  
fases e transformações
- 48      **A CIDADE COLONIAL**  
o espaço central compartilhado (1772 - 1890)
- 59      **ARRUMANDO A “SALA DE VISITAS”**  
modernização do Centro (1897-1937)
- 61                      **INAUGURAÇÃO DA MODERNIDADE URBANA (1897-1923)**
- 71                      **REMODELAÇÃO DO CENTRO (1924-1937):**
- 71                      **“BOTA ABAIXO” E GRANDES AVENIDAS**
- 73                      Do Beco do Poço à Av. Borges de Medeiros
- 81      **EXPANSÃO DA MODERNIDADE**  
urbanização dos arraiais da margem sul (1941-1970)
- 82                      **DESVIO DO CURSO E CANALIZAÇÃO DO ARROIO DILÚVIO**
- 88                      **ATERRO DA PRAIA DE BELAS**

- 93 O PORTO ALEGRE NEGRO**  
territórios e territorialidades (1800 – 1970)
- 96 A CIDADE NEGRA**  
territorialidades negras na cidade colonial (1800-1900)
- 97 MERCADOS: Largo da Quitanda e Praça Paraíso
- 101 IRMANDADE DO ROSÁRIO: religiosidades negras
- 105 A RUA DO ARVOREDO: moradlas
- 108 BECO DO POÇO
- 110 BATUQUES NA VÁRZEA
- 115 TERRITÓRIOS NEGROS NO PÓS-ABOLIÇÃO (1888 - 1970)**
- 116 O AREAL DA BARONESA
- 120 Rua 28 de Setembro: antiga Rua dos Pretos Forros
- 125 Rua 13 de Maio
- 127 O Carnaval na Areia
- 129 Um Momo Preto para o Areal
- 139 Avenidas: o modo simples de morar
- 143 ILHOTA
- 153 COLÔNIA AFRICANA
- 162 Entre casinhas de aluguel e chalets de tábuas: residências
- 165 Religiosidades: celebrações ao “ritual africano”
- 169 Bailes e Carnavais: festejos na Colônia Africana
- 176 BACIA DO MONT’SERRAT
- 183 Rua Arthur Rocha: celebrando a intelectualidade negra
- 188 Bicas d’água e quaradouros
- 191 Bacia: povoada por casas de batuque
- 195 Bailes e Piqueniques

capítulo 4

**197    DESLOCAMENTO DOS TERRITÓRIOS NEGROS NO ESPAÇO URBANO**

**202    1º MOMENTO: TERRITORIALIDADES NEGRAS NO CENTRO**

**205    2º MOMENTO: ARCO NEGRO AO REDOR DO CENTRO**

**211    3º MOMENTO: DISPERSÃO PERIFÉRICA**

**217    CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**228    REFERÊNCIAS**

**239    SOBRE A AUTORA**

**240    LISTA DE FIGURAS**

# **A EXPERIÊNCIA DE NEGRAS E NEGROS EM PORTO ALEGRE MATERIALIZADA EM TERRITÓRIOS**

Adriana Dorfman<sup>1</sup>

Neste livro, Daniele Machado Vieira compartilha os esperados frutos de um trabalho longo e deliberado, voltado à descrição e recriação dos espaços de convivência e de expressão da população negra em Porto Alegre.

Suas descobertas e interpretações têm tido uma calorosa acolhida, tanto pelos especialistas quanto por leitores não vinculados profissionalmente à pesquisa sobre a negritude e/ou temas urbanos. Provas dessa trajetória são o XI Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional” de Dissertação de Mestrado, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) em 2019; a “Menção Honrosa de Dissertação do Prêmio Maurício de Almeida Abreu” (área de Geografia Humana, biênio 2017/2018) durante o XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), também em 2019; em 2015 na XXIII Jornadas de Jovens Pesquisadores da Associação de Universidades Grupo Montevideo (AUGM) em La Plata/Argentina, o Prêmio de Melhor Apresentação Oral pelo trabalho “Reconstituindo a geografia histórica dos territórios negros em Porto Alegre” do Comitê Acadêmico História,

---

1. Doutora em Geografia, professora associada do Departamento de Geografia da UFRGS, membro da Associação Latino-americana de Estudos Fronteiriços (ALEF) e co-presidente da Comissão de Geografia Política da União Geográfica Internacional (CPG-IGU).

Regiões e Fronteiras. Além disso, a dissertação, defendida em 2017, conta com quase 5000 acessos no repositório institucional da UFRGS, cerca de 200 por mês, uma marca excepcional. Como testemunho pessoal, relato que, no cotidiano da sala de aula e dos eventos, à cada citação ao nome e ao trabalho da Daniele, compartilhamos reações de muito carinho e admiração (“A Dani é 10”)!

Essa acolhida calorosa expressa o desejo e a necessidade que temos de ver a cidade e a sociedade com olhares mais sinceros, com informações e análises que estejam mais próximas da vida que de fato se vive: grupos e classes diversas, em suas batalhas e alegrias cíclicas, a transitar, morar, estudar, cultuar, trabalhar, festejar... Evidentemente, produzir ciência com o olhar voltado para a população negra abre vários caminhos, e Daniele produz seus efeitos positivos ao reconhecer as vitórias e resistências, a força para praticar o espaço e construir o território, marca da população afro-portoalegrense. Como geógrafa, deu prioridade à cartografia, sabendo do poder dos mapas de legitimar territórios, ampliar a consciência, comunicar, contribuindo com a produção de novos olhares, lições e pesquisas.

Acredito que o reconhecimento desse percurso e de seus resultados se deva também à inovação nos métodos de pesquisa e à capacidade de relacionar a história e a geografia negras às transformações na cidade como um todo, fugindo a excepcionalismos e essencializações. Pois a geografia histórica não é um caminho fácil, menos ainda quando trata de histórias apagadas pelas relações de poder, pela exploração e pelo racismo. Assim, a geógrafa Dani se descobre historiadora e se dedica a explorar fontes pouco usuais, como veremos no texto que segue. Entre tantos instrumentos, a atenção às fotos também nos permite visualizar os atores responsáveis por construir os territórios com sua ação coletiva, dando rostos às histórias narradas e linhas nos mapas.

Daniele Vieira exercita sua posição de pesquisadora militante e cidadã, realizando com brilho o propósito de contar a história da experiência dos negros e negras em Porto Alegre materializada em territórios. Felizmente, podemos compartilhar essa pesquisa. Felizmente, também, teremos próximos capítulos, pois a autora segue sua pesquisa no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (sob minha orientação, mais uma vez). Daniele Machado Vieira também é, atualmente, professora de ensino básico na rede municipal de Porto Alegre/RS, mãe de duas crianças (o Sebastian e a Mahin), distribuindo seu axé em muitas direções. Longa vida às pesquisas alinhadas com seu tempo e com a vontade de revelar a multiplicidade de atores e territórios relevantes para a construção da sociedade.

Abril de 2021

capítulo 1

# em busca da Porto Alegre negra



## INTRODUÇÃO

As cidades têm memória. Porém, nem todas as memórias estão presentes nas representações sobre a cidade. Não raro, memórias de grupos sociais vão com o tempo desaparecendo, sendo necessária a sua recuperação através de registros escritos, cartográficos, fílmicos, fotográficos, monumentais, entre outros.

A presença negra é conhecida na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, desde o período colonial até a atualidade. As estatísticas populacionais, os relatos dos viajantes e cronistas, as pesquisas referentes aos séculos XVIII, XIX e XX demonstram que a população negra, tanto quantitativa quanto qualitativamente, sempre foi relevante. Seja pela residência, trabalho ou realização de práticas culturais, a presença negra foi sendo marcada no espaço físico e simbólico portoalegrense.

Surpreendeu-nos a existência de uma instituição negra coletiva – a Irmandade do Rosário – nascida ainda em 1786, cem anos antes da Abolição da Escravidão, quando Porto Alegre não passava de 1500 habitantes. Essa instituição negra religiosa, de devoção católica, varou o século XIX, construindo sua própria Igreja e destacando-se no cenário religioso e social (MÜLLER, 2013). Organizados dentro de um espaço católico, mas sem perder totalmente os vínculos com as raízes e práticas africanas, os irmãos do Rosário perseguiram seu principal objetivo: a elevação das condições financeiras e sociais do grupo negro.

Apesar dos negros estarem presentes nos mais diversos espaços, haviam espaços que eram característicos da população negra, seja pela concentração de negros residentes, pelo uso frequente para o trabalho ou para a realização de práticas culturais. Esses espaços acabaram marcados na memória da cidade como territórios negros, devido a concentração de negros e ao uso singular e frequente.

Durante o século XIX, a população negra estava concentrada em sua maioria no Centro ou nos seus limites. No final do século, com a Abolição da Escravidão (1888) e a instauração da República (1889) há uma intensa reorganização territorial na área central e a população empobrecida, na sua maioria negra, se desloca para os arraiais ou arrabaldes, localizados no entorno. Essas áreas de características semi-rurais deram origem aos territórios negros Areal da Baronesa, Ilhota, Colônia Africana e Bacia do Mont'Serrat. Estes espaços se consolidaram pela concentração de famílias negras residentes e pelas práticas culturais aí desenvolvidas, nomeadamente o batuque e o carnaval, transformando-se em territórios negros.

Apesar disso, o grupo negro não compõe as narrativas oficiais sobre a cidade, acarretando a invisibilização e o esquecimento dos espaços outrora ocupados, reconhecidos como territórios negros. Pesquisas acadêmicas já denunciaram este silenciamento (PESAVENTO, 1995; OLIVEN, 1996; KERSTING, 1998). Basta um olhar atento, para verificar que as representações (tanto imagéticas, quanto discursivas) veiculadas invisibilizam a presença negra na constituição não só da cidade de Porto Alegre, mas do estado do Rio Grande do Sul como um todo.

Pode-se dizer que tal ocultamento – ou esquecimento consciente – deve-se, entre outros fatores, a alguns processos principais: i) ao paulatino deslocamento dos territórios negros para as bordas da cidade; ii) às representações homogeneizadoras do espaço da cidade, que ao

mesmo tempo escamoteia a presença negra e produz um espaço “alissado”, aparentemente sem rugosidades (SANTOS RE, 2009, p. 14); iii) a adoção da figura mítica do gaúcho como representação oficial, que se sobrepõe aos demais grupos étnicos na constituição do Estado (OLIVEN, 1996, p. 25).

Ao analisar a construção da história de Porto Alegre, Charles Monteiro identificou a preocupação em criar um “mito de fundação” da cidade, que elegeu como sujeitos centrais dessa história os açorianos e os estancieiros, sustentando a narrativa da colonização lusitana, não permitindo conceber a contribuição de outros grupos na constituição dessa sociedade e na edificação dessa cidade (2002, p. 31). É oportuno trazer o pensamento do autor com relação ao tratamento dado aos diferentes sujeitos na construção da história da cidade:

Produção historiográfica, que ao elaborar as experiências urbanas e a memória coletiva sobre o passado, minimizou, excluiu ou silenciou muitos “outros” sujeitos, como os ameríndios (guarani ou de outras etnias que viviam na região antes da chegada de portugueses e espanhóis), negros (africanos e afro-brasileiros, trabalhadores escravizados ou libertos) e imigrantes que chegaram, principalmente, entre a metade do século XIX e os anos 1930 (alemães, italianos, espanhóis, poloneses, russos e sírio-libaneses entre outros) (2006, p. 134).

Somam-se a isso as profundas transformações do espaço urbano ocorridas na cidade entre as décadas de 1920-1970, que tiveram como consequência “espaços de sociabilidade definitivamente apagados da paisagem e, mais tarde, da própria memória dos porto-alegrenses” (KRAWCZYK, 2002, p. 9). Uma das nossas preocupações é trazer à tona as memórias de alguns desses espaços de sociabilidade, tendo como fio condutor a presença negra.

Nas últimas décadas, pesquisas vêm se detendo em reconstituir e registrar parte da memória do grupo negro no espaço urbano de Porto Alegre. Os trabalhos existentes referem-se: i) a um dos territórios negros de forma específica: Areal da Baronesa (MATTOS, 2000), Colônia Africana (KERSTING, 1998; ROSA, 2019) ou ii) a uma temática relacionada, que acaba por abordar também estes territórios: carnaval (SILVA, 1993; GERMANO, 1999; ROSA, 2008), batuque (PÓLVORA, 1996), territorialidade dos terreiros (RECH, 2012), história fotográfica da população negra (SANTOS, 2005), canalização do Arroio Dilúvio (BURIN, 2008). Com relação a abordagem conjunta dos territórios negros, tem-se conhecimento apenas do livro de memórias *Colonos e Quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre* (SANTOS I, 2010a). Esse conjunto de trabalhos, em sua diversidade, foi fundamental para que conseguíssemos reconstituir os antigos territórios negros, no seu aspecto material e simbólico. Junto a eles, os mapas históricos, sistematizados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (2005), foram um indispensável suporte para visualizar e compreender o espaço urbano nos diferentes momentos. A maior parte dos mapas aqui elaborados são recortes dos mapas históricos da cidade, sobre os quais delimitarei os antigos territórios negros.

A inspiração desta pesquisa vem, em grande parte, das já citadas obras *Negro em Preto e Branco* (2005) e *Colonos e Quilombolas* (2010), produzidas pela fotógrafa Irene Santos em conjunto com outras intelectuais. Estes livros têm como característica a presença negra de forma afirmativa, positiva e – principalmente – contada a partir de si, repletos de imagens dos negros de Porto Alegre e suas famílias, nos mais diversos contextos. Nessa perspectiva os territórios negros serão aqui concebidos como espaços de produção e agência negra na constituição de seus territórios.

O encontro com o tema ocorreu no segundo semestre de 2011, quando uma série de atividades despertaram em mim a necessidade de saber mais sobre essa outra Porto Alegre, até então desconhecida. Primeiramente, a saída de campo com o Ônibus “Territórios Negros: afro-brasileiros em Porto Alegre” – um ônibus temático com fins pedagógicos, que percorria com alunos e professores os antigos territórios negros urbanos, o qual se tornou o tema do meu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) intitulado “Percurso Negros em Porto Alegre: estratégias geográficas para educação” (VIEIRA, 2012). Depois, o encontro com a religiosidade negra do Maçambique, em trabalho de campo na Festa do Maçambique no município de Osório/RS, proporcionado pela disciplina de Geografia Cultural. Este é um grupo afro-católico composto pela corte da Rainha Ginga e do Rei Congo, que realiza um cortejo com música e dança em celebração à Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros no Brasil (BITTENCOURT JUNIOR, 2006; PRASS, 2009). Por fim, a participação numa mesa do IV Colóquio do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações, na qual o professor Alex Ratts, um dos palestrantes, problematiza “qual o lugar do negro na sua cidade?”.

Nesta conjuntura e impulsionada pela provocação do Prof. Alex, surgiu esta pesquisa que teve início com o trabalho final da graduação e seguiu no Mestrado com a dissertação, defendida em 2017 e duplamente premiada em 2019, que agora se torna livro. Em 2019 a dissertação recebeu o XI Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional” de Dissertação de Mestrado, promovido pela ANPUR (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional) e a Menção Honrosa de Dissertação do Prêmio Mauricio de Almeida Abreu (área de Geografia Humana) da ANPEGE (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia).

Buscando identificar os espaços ocupados pela população negra ao longo do tempo, por vezes, verificamos que alguns textos narravam mas não localizavam os territórios negros no espaço da cidade, tampouco espacializavam num mapa. Parecia que a localização de espaços como Areal da Baronesa, Ilhota e Colônia Africana eram evidentes. Assim, poucos são os trabalhos que tem cartografia espacializando estes territórios no espaço geográfico da cidade de Porto Alegre. Mesmo projetos como o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre e o Ônibus Territórios Negros: Afro-brasileiros em Porto Alegre, que têm objetivos e potenciais didático-pedagógicos explícitos, ainda não contavam com o auxílio de mapas para visualizar as espacialidades trabalhadas, instrumento fundamental para sua compreensão e desenvolvimento.

A falta de uma representação visual, por meio de mapas, faz com que os territórios negros acabem ficando “soltos” no espaço imaginário da cidade, quando sua presença não é apagada da representação que se tem sobre este espaço. Não raro, suas áreas são reduzidas e suas localizações distorcidas, minimizando, conseqüentemente, também a sua importância no contexto de produção do espaço urbano. Diante da percepção da frequente minimização e do paulatino esquecimento dos espaços outrora ocupados pela população negra e compartilhando da preocupação da comunidade negra em deixar um legado às gerações futuras, nasceu este trabalho.

No contexto de carência de produção cartográfica que represente também a população negra no espaço urbano de Porto Alegre, a partir de seus símbolos e valores, nos propusemos a registrar a memória espacial dos territórios negros, reconstituindo-a através da representação cartográfica. Aqui o mapa não serve apenas para localizar, serve também para problematizar o espaço comum relegado ao negro – a periferia. Mont’Serrat, um bairro negro? Para alguém que nasceu na

Porto Alegre dos anos 1980 em diante, a periferia é o espaço onde estão concentradas a maioria das pessoas negras, seu “lugar comum”. Porém, nem sempre foi assim. O mapa terá a função de demarcar espacialmente onde a população negra estava localizada nos diferentes momentos do espaço urbano.

Objetivando elaborar uma cartografia dos espaços ocupados pela população negra na cidade ao longo do tempo, recorreu-se à análise histórico-geográfica, a partir do cruzamento de fontes diversas (pesquisas já existentes, jornais, documentos históricos, crônicas, fotografias, narrativas, mapas históricos), conforme metodologia proposta pelo geógrafo Mauricio de Almeida Abreu (2014). A construção de uma cartografia dos espaços ocupados pelos negros tem a relevância de trazer à tona marcas espaciais apagadas, territórios negros que são “rugosidades” presentes num espaço “alisado” na construção de um território funcional e homogêneo (SANTOS RE, 2009, p. 14), implicando numa releitura do espaço urbano. A recuperação destes espaços propõe a construção de referenciais (físicos e simbólicos) positivos do segmento negro para a memória coletiva da cidade, com potencial de ressignificação das representações, muitas vezes restritas e depreciativas, sobre este grupo étnico-racial.

Neste sentido, ciente do poder – discurso e representação – transmitido pelos mapas, recompor a memória negra no espaço urbano de Porto Alegre através da cartografia; não só supre a carência de produção de conhecimento e de materiais no que se refere ao povo negro, como se constitui também numa forte política identitária (SANTOS RE, 2010, p. 143). Assim como as diversas cartografias de grupos sociais e étnicos-raciais, esta visa ser um instrumento, tanto para uso didático em ambientes educativos, quanto para uso político na busca de reconhecimento e direitos por parte do grupo mapeado. Atende, por fim, as demandas

de produção de conhecimento como subsídio à Educação Básica conforme disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2004).

A organização deste livro se estende por quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta sinteticamente a geografia histórica, metodologia utilizada; os conceitos de território e territorialidade, e uma formulação inicial da noção de territórios negros. Para maior fluidez no texto, aqui optamos por sintetizar o capítulo teórico-metodológico, o qual encontra-se na íntegra na dissertação de mesmo título, disponível online. O segundo capítulo contextualiza a cidade de Porto Alegre em cada fase do espaço urbano, sendo dividido em períodos: 1ª fase: Cidade Colonial (meados do séc. XVIII-final séc. XIX); 2ª fase: Inauguração da Modernidade Urbana (1897-1923); 3ª fase: Bota-abixo e Remodelação do Centro (1924-1937); 4ª fase: Urbanização dos Arraiais do eixo sul (1941-1970). No terceiro capítulo são abordados os espaços da cidade conhecidos pela presença negra. Num primeiro momento é trazida a presença negra no espaço central, no século XIX. Em seguida são abordados os territórios negros formados no período da Abolição da Escavidão (entre o final do século XIX e início do século XX), localizados no entorno do Centro. O quarto e último capítulo retrata o deslocamento dos territórios negros no espaço urbano ao longo do tempo, com as localizações dos territórios negros em cada uma das fases do espaço urbano.

## **GEOGRAFIA HISTÓRICA**

### **MONTANDO O QUEBRA-CABEÇAS**

### **DA CIDADE NEGRA**

Para reconstituir parte da memória dos territórios negros na cidade de Porto Alegre recorreremos à análise histórica e geográfica, atendendo para a recuperação simultânea dos aspectos geo-históricos *no* e *do* lugar, tanto na perspectiva diacrônica quanto sincrônica, tentando recuperar o espaço no tempo, como proposto pelo geógrafo Maurício de Almeida Abreu (2014, p. 45). Para tanto, lançamos mão de instrumentos diversos: documental, jornalísticos, fílmico, narrativo, cartográfico, imagético; visando recompor, ainda que de forma incompleta, o “quebra-cabeças” da Porto Alegre negra. Tal reconstituição extrapola a materialidade das formas, propondo-se a relacioná-las com aqueles que as constituíam, visando compreender a dinâmica socioespacial.

Busca-se recuperar não apenas a forma, mas também as relações ocorridas em determinado espaço, sendo a forma a dimensão material que muitas vezes hoje se traduz em rugosidade. Não há um desprezo pela materialidade, pois ela é parte do espaço e contribui para explicar as relações no espaço e entre os espaços. Empreende-se, contudo, uma busca que transcenda o imediato pelo conteúdo simbólico, pela densidade de significados que caracterizavam os espaços estudados. Abreu contribui para essa visão, expondo que “o resgate da memória das cidades não pode se limitar à recuperação de formas materiais herdadas de outros tempos. Há que se tentar dar conta também daquilo que não deixou marcas na paisagem [...]” (2014, p. 38).

Neste sentido o autor argumenta que se não é possível recuperar a totalidade da memória das cidades, parte dela ainda pode ser recuperada

através das memórias coletivas. Embora haja inúmeros desafios, esta é uma tarefa não só necessária como urgente.

É através da recuperação das memórias coletivas que sobraram do passado (estejam elas materializadas no espaço ou em documentos), e da preocupação constante em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade (muitas das quais certamente fadadas ao desaparecimento) que poderemos resgatar muito do passado, eternizar o presente, e garantir às gerações futuras um lastro de memória importante para a sua identidade (ABREU, 2014, p. 40).

Para o autor, o caráter seletivo e subjetivo da memória, faz da história a opção para que se penetre no difícil campo da memória das cidades, aliada à geografia - o gancho espacial que dá sentido à história (e à memória) dos lugares (ABREU, 2014, p. 44). Diante disso, o resgate da memória de um lugar, de uma cidade, só é possível se pudermos trabalhar ao mesmo tempo em duas frentes de investigação, aliando história e geografia (*idem*).

De acordo com Raffestin os princípios de leitura do território devem buscar identificar: limites, escalas, uso interno, contexto histórico (2011). Assim como na geografia histórica, não basta localizar no espaço, é preciso localizar também no tempo. Ademais, faz-se necessário identificar o contexto histórico-geográfico onde as territorialidades se desenrolaram, pois o pleno entendimento destas só é possível se estiverem contextualizadas. A apreensão de significados está atrelada a devida contextualização, visto que as territorialidades e os usos do espaço estão relacionados a um contexto histórico (RAFFESTIN, 2011; SACK, 2011).

Abreu aponta que a recuperação da memória das cidades requer uma ancoragem objetiva; privilegiando, nesta perspectiva, a coleta de dados a partir de fontes históricas (2014, p. 35). Esse processo pode ser enriquecido com o uso das narrativas orais, pois a partir da memória individual pode-se enveredar pelas lembranças das pessoas e ter acesso a momentos urbanos que já passaram e formas espaciais que já desapareceram (*idem*).

Lindón corrobora com tal perspectiva, apontando que as narrativas de vida deixam emergir a espacialidade das experiências vividas pelos sujeitos, trazendo à tona também os aspectos materiais e subjetivos constituintes do espaço (*s.d.*, p. 14). Desse modo, a experiência individual deixa transbordar também a dimensão social e coletiva, evidenciando a experiência compartilhada e revelando o contexto social no qual se deu o processo (*idem*).

Nesta perspectiva, Abreu destaca a importância da recuperação e do registro das memórias daquelas pessoas que vivenciaram momentos pretéritos da cidade, visto que estas memórias são de grande importância para a identidade de um lugar (2014, p. 35). Argumenta que embora a memória tenha uma dimensão individual, muitos dos seus referentes são sociais, propiciando que tenhamos também uma memória compartilhada, coletiva (*idem*, p. 36). Para Halbwachs, a memória coletiva é um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo (1990 *apud* ABREU, 2014, p. 36). Nesse sentido, ela refere-se a um espaço que foi compartilhado por uma coletividade por um certo tempo, seja a vizinhança, o bairro, a escola de samba, a casa de batuque.

## TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE<sup>1</sup>

No âmbito da Geografia, espaço e território não têm o mesmo significado. O espaço antecede o território; é o campo de possibilidades que poderá tornar-se território (RAFFESTIN, 2011, p. 128). Já o território é resultado de uma ação, de uma apropriação do espaço por um indivíduo, grupo ou instituição. Essa apropriação do espaço pode ocorrer a partir da dominação (pela imposição, chegando ao uso da força física) ou a partir da construção de um vínculo simbólico (HAESBAERT, 2008). É nesse sentido que Souza expõe que “territórios são relações sociais projetadas no espaço”, visto que territórios são espaços “definidos e delimitados por e a partir de relações de poder” (2012, pp. 87, 78). Sobre o espaço recai um conjunto de relações de poder que acaba por moldá-lo, mesmo que parcialmente, segundo os seus interesses. O resultado dessas relações de poder se expressa na forma de territórios, passíveis de serem observados e cartografados.

Atos aparentemente banais como nomear ou marcar espaços num mapa, ou o oposto – silenciá-los, suprimi-los – constituem poderosas (e por vezes cruéis) formas de criar territórios. Entretanto, como argumenta Sack, circunscrever coisas no espaço, ou num mapa, identifica lugares, áreas ou regiões, mas não cria um território (2011, p. 77). Tal delimitação só se torna território quando seus limites são utilizados para moldar, influenciar ou controlar acesso, comportamento e atividades (idem).

Um território está associado a características comuns internas relacionadas a um ou mais tipos de uso, que concretizam e refletem os objetivos do grupo para aquele território. A partir disso, pode-se dizer que todo território impõe-se por um limite e seu interior. Os limites territoriais

---

1. Visando deixar esse item mais sintético e fluído, utilizamos parte do texto “O que são territórios negros?”, elaborado pela autora para o Jogo “As viagens do Tambor” (2018).

moldam, internamente, comportamentos e atividades a serem desenvolvidos naquele território.

No caso dos territórios negros, eles se concretizam a partir dos usos ou das práticas sociais e/ou culturais ali realizadas, que os caracterizam, definem e delimitam. Neste contexto, tais práticas são o que chamamos de territorialidades. Quando associadas à presença negra e a elementos da cultura negra, são chamadas de territorialidades negras – como, por exemplo, rodas de samba, carnaval, batuque, saraus de poesia negra, etc. Robert Sack definiu territorialidade como “um conjunto de ações e comportamentos, empreendidos por parte de indivíduos ou grupos, na tentativa de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através do controle do território” (2011, p. 76).

Os elementos e as representações simbólicas que compõem um espaço podem gerar identificação ou distanciamento, dependendo da forma como as pessoas se percebem culturalmente em relação aos signos presentes. Nesta perspectiva, a demarcação dos limites físicos do território está diretamente relacionada à delimitação simbólica: das representações que se deseja para aquele espaço.

Para ilustrar a diferença entre os conceitos até aqui abordados: espaço, território e territorialidade; trazemos o exemplo da Esquina Democrática, localizada no Centro da cidade de Porto Alegre / RS. Essa esquina existe a partir do encontro de duas importantes vias: a Rua dos Andradas (popularmente ainda chamada de Rua da Praia, seu primeiro nome) e a Av. Borges de Medeiros (uma descida, neste trecho). A Av. Borges de Medeiros foi palco de antigos carnavais, conhecidos como “Descida da Borges”, até a remoção dos carnavais do Centro. Há alguns anos, essa prática cultural – os carnavais na área central – vem sendo retomada. As famosas “Descidas da Borges” são pré-carnavais que ocorrem nas sextas-feiras dos meses que antecedem a festa oficial. No cotidiano, a Esquina

Democrática tem múltiplas funções: lugar de passagem, ponto de encontro, palco de artistas de rua, manifestações políticas, entre outras. Nesse caso, ela é um espaço, local de uso amplo e diverso, sem um uso específico. A partir do momento em que o povo carnavalesco (das Escolas de Samba) e o público (que pode atingir 30 mil pessoas) começam a chegar (no final da tarde), aquele espaço geográfico é apropriado física (em sua materialidade) e simbolicamente (tem seus sentidos e significados alterados), tornando-se um território. Sendo a manifestação carnavalesca uma prática cultural associada à população negra, ela transfere para aquele território parte de seu simbolismo. Assim, esse território se configura como um território negro pela apropriação do espaço pelas pessoas negras e pela territorialidade carnavalesca e negra que transfere a ele seus significados.

Embora aparentemente consolidados, os territórios correspondem a um jogo de forças entre múltiplos sujeitos (por ex., os carnavalescos, o poder público, a vizinhança do bairro) e seus respectivos interesses, que, por vezes, se chocam a ponto de fazer desaparecer territórios.

A conflitualidade entre os usos, ou seja, entre as múltiplas territorialidades (HAESBAERT, 2008), pode resultar na desterritorialização de uma ou mais práticas. Para além do processo de segregação urbana, de perda de território físico, a desterritorialização é entendida como um processo decorrente da perda de vínculos simbólicos com o espaço. Seus efeitos podem levar ao enfraquecimento de laços de pertencimento e à consequente perda de referenciais espaciais e culturais por parte dos grupos desterritorializados. A inibição de uma territorialidade, mesmo que não haja deslocamento do grupo para fora da área restringida, poderá resultar, no decorrer de algumas gerações, no esquecimento da prática cultural vinculada àquele espaço. Acarreta, desta forma, prejuízo à memória coletiva do grupo e do local.

## TERRITÓRIOS NEGROS

### ESPAÇO FÍSICO E SIMBÓLICO

A noção de território negro aqui empregada deriva de um pensamento da Prof<sup>a</sup> Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, constante na abertura do livro *Colonos e Quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre* (2010). Referindo-se à Porto Alegre negra e ao espaço da antiga Colônia Africana, onde sua família possui residência desde o início do século XX, Petronilha, mulher negra portoalegrense, expressa que

Não há noite fria de inverno, nem suadas tardes de verão que façam adormecer nossa alma africana. [...] nossa identidade de negros, fecundada e recriada pela energia provinda dos Ancestrais, assegura nosso pertencimento ao **Mundo Africano – espaço simbólico e físico habitado e significado por mulheres e homens negros** do Continente [Africano] e da Diáspora (2010, p. 12, **grifo meu**).

A noção de “mundo africano”, articulando espaço físico e simbólico e sua significação a partir da efetiva presença negra é a chave para concepção de território negro em construção. Nesta perspectiva é imprescindível a vinculação entre espaço físico e sua significação a partir da presença de pessoas negras e/ou de práticas realizadas por elas, suas territorialidades. Para ser concebido como um território negro, os significados atribuídos a este espaço devem estar relacionados não apenas as práticas consideradas negras (capoeira; batuque, umbanda e suas variações; samba, pagode, maracatu e suas variações), mas, antes disso, à efetiva presença de pessoas negras neste espaço. Constituindo-se os territórios negros, enquanto espaços apropriados, marcados, qualificados, por grupos negros, ainda que não sejam exclusivos (RATTS, 2012, p. 232).

Na nossa construção de território negro destacamos a necessária vinculação entre espaço físico e espaço simbólico. A elaboração do simbólico – significados e sentidos construídos – sobre o espaço material (físico) e as práticas ali desenvolvidas é o que promove a construção do sentimento de identificação, pertencimento e a criação de vínculos com tal espaço.

Assim, os nossos territórios negros são num primeiro momento espaços físicos habitados, ocupados, apropriados e produzidos por pessoas negras. Mas, mais do que isso, são espaços simbólicos, repletos de sentidos e significados relacionados às práticas ali existentes, que remetem a uma ancestralidade negra, a uma memória negra, a um modo de ser e estar negro.

Para além de espaço físico e apenas funcional – de moradia, trabalho, lazer, religiosidade – estes espaços ganham significados a partir das relações que neles se estabelecem. Conformam-se assim, também, enquanto espaços simbólicos. As mulheres e homens negros que habitam esses espaços imprimem neles práticas e relações e, sobre eles, constroem laços entre si, laços de pertença com o espaço, com as instituições ali presentes – terreiros, sociedades negras, salões de baile, clubes de futebol, blocos e entidades carnavalescas – e com as práticas nelas desenvolvidas. O simbolismo está relacionado aos significados e sentidos que homens e mulheres negras constroem sobre estes espaços.

Assim, território negro será aqui concebido enquanto espaço físico e simbólico, configurado a partir da funcionalidade (habitação, trabalho, lazer, religiosidade) e/ou da prática cultural (batuque, carnaval, capoeira, outras) exercida por mulheres e homens negros, cuja significação é construída a partir da presença negra e/ou das atividades desenvolvidas por esse grupo.

O que estamos concebendo como territórios negros nem sempre são espaços exclusivamente negros, mas nos quais a presença negra é uma

questão central. No contexto urbano, os espaços entendidos como territórios negros não foram exclusivamente de negros, pois desde os tempos da escravidão eram habitados também pelos pobres e excluídos da sociedade (ROLNIK, 2009, p. 10). A urbanista Raquel Rolnik, no entanto, destaca que “isso não quer dizer que historicamente não tenham existido, nessas cidades, comunidades afro-brasileiras fortemente estruturadas e circunscritas a territórios particulares” (idem). É nesta perspectiva que insistimos na existência de uma comunidade negra que inserida num determinado espaço acaba por conformar um território negro.

Verifica-se que a tendência ao agrupamento entre os da mesma raça<sup>2</sup> e a existência de uma forma diferenciada de inserção destes grupos negros no espaço não ocorre somente no âmbito residencial, mas também para o lazer, a prática religiosa e em outras circunstâncias. O reconhecimento da conformação de territórios negros para além de locais de moradia, implica trabalhar, como já identificado por Leite, a construção de uma noção genérica de território e territorialidade negra, sendo “possível, a partir daí, identificá-lo com todos os lugares onde estão os negros” (1991, p. 40).

A autora lista alguns pontos comuns para pensar a noção genérica de territórios e territorialidades negras, observando que:

Ao se instalarem num espaço determinado, indivíduos e grupos, parentes ou não, [1] singularizam-se e elaboram uma **experiência compartilhada, diferenciada das demais**. Em ambos os casos, a [2] **dimensão espacial inclui uma base geográfica e um universo simbólico**. Surgem no [3] **contexto de alteridade** mais amplo (LEITE, 1991, pp. 43, **grifo meu**).

---

2. A existência de uma raça negra aqui está sendo entendida no sentido social e não no sentido biológico, no qual a existência de raças já fora descartada.

A partir das proposições aqui trazidas e das concepções de território e territorialidade na perspectiva geográfica (RAFFESTIN, 2011; SACK, 2011; SOUZA, 2012), elencamos pontos para pensar um conceito genérico de território negro, sendo possível identificá-lo com diversos espaços onde estão os negros, embora em escalas e contextos variáveis: 1) demarcado por limites, nem sempre fixos; 2) reconhecido, caracterizado e significado pela coletividade que o conforma: mulheres e homens negros; 3) articulação entre espaço físico e simbólico; 4) constituído contextualmente, emergindo muitas vezes numa situação de contrastividade, promovendo a demarcação da diferença; 5) grupo constrói um projeto, com objetivos para aquele espaço; 6) se apropria, singulariza aquele espaço e o diferencia dos demais; 7) espaço referenciado como expressão e extensão do grupo, concretizando um território negro.

O grupo negro é aqui entendido nas suas múltiplas tonalidades, de pardos a pretos, oriundos de famílias negras ou de relacionamentos interraciais (entre negros e brancos). Sendo considerados negros aqueles que, nesse contexto, tenham características fenotípicas (traços físicos, como cor da pele, textura do cabelo, formato dos lábios e nariz) negras ou pardas/mestiças. Com relação a mestiçagem e uma “suposta” dificuldade de “distinguir” a presença negra, Leite expõe o que na prática é notório “a população de origem africana, ainda que bastante miscigenada, tem permanecido como categoria distinguível” (1991, p. 41). Se não se sabe quem são os negros devido a mestiçagem, uma coisa se sabe: quem são os brancos. É só entrarmos em espaços de poder, em espaços de riqueza, em espaços de intelectualidade, e vamos verificar que os brancos quando não são a totalidade, são a maioria. Nestes e em quaisquer outros locais, este grupo nunca será confundido com funções de manutenção ou de menor hierarquia (como atendentes, motoristas, seguranças, auxiliares), enquanto os negros e os mestiços

com frequência são. Assim, na prática, se não se sabe quem é negro, sabe-se quem é branco e a eles são destinados os espaços mais altos nas relações de poder intelectual, financeiro, político, cultural, espacial.

## **TERRITÓRIOS NEGROS**

### **AGENCIAMENTO E PROTAGONISMO**

Tanto teórica, quanto metodologicamente, o território negro será concebido pelo viés do agenciamento, como um espaço de construção de singularidades e elaboração de um repertório comum, buscando romper com a noção de território negro enquanto uma história de exclusão (ROLNIK, 2009, p. 2). A abordagem do território negro pela perspectiva do protagonismo, concebendo o grupo negro na condição de agente, resitua o “lugar do negro” não só no espaço, mas também nas representações sociais. A perspectiva de Rolnik se alinha com a nossa concepção de território negro, visto que, apesar das opressões e subjugações, compreende o grupo negro como formador de territórios através das suas ações no espaço.

É neste sentido que a autora expõe que “mesmo a senzala” – “espaço de confinamento”, controle, submissão e brutalidade – “acabou por se configurar como território negro”, pois “não eram só o olhar vigilante do senhor e a violência do trabalho escravo que estruturavam o cotidiano dos habitantes da senzala” (ROLNIK, 2009, p. 2). A autora pontua, ainda, que “foi também no interior dessa arquitetura totalitária que floresceu e se desenvolveu um devir negro, afirmação da vontade de solidariedade e autopreservação que fundamentava a existência de uma comunidade africana em terras brasileiras”, ressaltando que mesmo “o pátio da senzala, símbolo de segregação e controle, transformou-se em terreiro, lugar de celebração das formas de ligação da comunidade” (idem).

A abordagem pelo viés do protagonismo e agenciamento visa repositonar o negro no imaginário social e no papel desempenhado por este na construção da sociedade. Essa perspectiva tem como horizonte a construção de referenciais positivos, que contribuam para sentimento de identificação e afirmação por parte dos negros e de reconhecimento e valorização por parte dos não-negros. Visa deste modo romper com o amplo rol de imagens negativas, estereotipadas, jocosas, exotizadas, que marcam, imobilizam, aprisionam os negros no tempo, no espaço e nas representações sociais.

As narrativas produzidas sobre espaços e pessoas também acabam por construir representações, ou seja, os modos como os leitores irão ver estes espaços e seus moradores. E os sentidos e significados construídos sobre espaços e pessoas influenciarão em sentimentos de maior ou menor empatia. Nesta perspectiva concordamos com Lindón (s.d., p. 18) de que os sujeitos não só constroem os espaços quando edificam casas e cidades, mas também quando falam delas e da forma como o fazem, enfatizando alguns aspectos (como o ócio, a criminalidade, a exclusão, a subjugação) e omitindo outros (como a organização coletiva, a ajuda mútua, a criação de clubes, de escolas noturnas, de jornais).

Foi com o explícito objetivo de construir uma imagem de protagonismo até então pouco divulgada sobre a população negra de Porto Alegre, seus espaços de moradia e de sociabilidade, que Irene Santos pontua que a proposta do livro *Colonos e Quilombolas* (2010a), seguindo a linha do anterior *Negro em Preto e Branco* (SANTOS, 2005), privilegiará

apresentar e mostrar de forma afirmativa uma comunidade [negra] alegre, trabalhadora, atuante, organizada, solidária, participativa e com grande contribuição no cenário educacional, histórico, social, esportivo, cultural e musical de Porto Alegre (SANTOS I, 2010b, p. 2).

Organizados pela fotógrafa Irene Santos em conjunto com outras intelectuais, esses livros de memória foram produzidos visando registrar, enquanto ainda há tempo, uma parte da memória oral e fotográfica sobre a Porto Alegre negra. Há de se ressaltar o valor simbólico destas obras para a comunidade negra em geral, visto que é um dos raros registros em que nós somos representados como protagonistas da nossa história, como pertencentes a uma família, de forma positiva e não exotizada, estereotipada ou jocosa. Além disso, nossas práticas e manifestações culturais são abordadas como momentos de congregação e fortalecimento de vínculos. Assim, as múltiplas formas de ser negro e as múltiplas territorialidades delas decorrentes, dali emergem.

A abordagem, a forma de concepção, terá como resultado a construção de uma representação de negro, que pode reforçar o “lugar” que vem sendo relegado – o de inferiorizado – ou trazer uma perspectiva já trabalhada por alguns pesquisadores, mas nem sempre predominante, que é a do negro agente – protagonista. Muitas vezes os negros foram construindo suas estratégias nas brechas, nos interstícios, trilhando os caminhos possíveis, sem perder o vínculo com a coletividade e com as raízes negras.

Nesse sentido é interessante trazer aqui a pesquisa de mestrado de Liane Susan Müller (2013) sobre a Irmandade do Rosário de Porto Alegre, instituição negra de caráter religioso fundada e gerida por negros (livres e escravizados) em 1786. O título do trabalho “As contas do meu rosário são balas de artilharia” faz menção ao uso estratégico da fé como arma de ascensão social por parte dos irmãos do Rosário (MÜLLER, 2013, p. 19). A pesquisadora relata que este grupo de negros, sabiamente, apropriou-se do rígido e burocrático espaço religioso para, através dele, promover a ascensão social de seus membros. Trilharam os caminhos possíveis e souberam fazer uso deles. Vejamos a colocação da autora na íntegra:

A grande experiência vivida por estes negros na Irmandade do Rosário de Porto Alegre deu-se na medida em que eles aprenderam a fazer uso de tais regras, propondo algumas **releituras que permitissem incorporar seus interesses**. A comunhão do mesmo espaço e das mesmas tarefas, a constante troca de informações, e a capacidade desenvolvida para, **em silêncio, estabelecer estratégias** visando a ascensão social de seus membros, foram responsáveis pela **transformação da Irmandade em um espaço de luta** (MÜLLER, 2009, p. 264, **grifo meu**).

Reconhecendo uma complexidade de formas de apropriação do espaço por grupos negros, Leite sinaliza o território negro como elemento de visibilidade a ser retomado, destacando que as múltiplas estratégias utilizadas pelos negros na construção e manutenção de seus espaços não podem mais ser desconsideradas (1996, p. 50). Tendo como fio condutor o protagonismo e as ações, ou seja, o agenciamento negro na construção e elaboração de seus espaços, buscamos trazer à tona as práticas e sociabilidades desenvolvidas nestes espaços, que acabaram por transformá-los em territórios negros. Mesmo em situações adversas e dentro de contextos cerceadores, o grupo negro conseguiu elaborar estratégias de resistência e manutenção de suas raízes. Estratégias de luta nem sempre tiveram o embate direto, muitas vezes realizadas em silêncio, apropriando-se das armas do opressor (como a escolarização, a polidez, o fortalecimento coletivo) para se estruturar, organizar e definir seus próprios rumos, à revelia deste.

capítulo 2

# o espaço urbano de Porto Alegre

fases e transformações



Ao longo do tempo a cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, no sul do Brasil, passou por diversas transformações. A partir de 1920 ocorrem profundas transformações que acabam por alterar de forma significativa o espaço urbano, principalmente o espaço central.

Este capítulo se propõe a contextualizar a cidade de Porto Alegre em cada fase do espaço urbano. Em cada período, o espaço urbano está relacionado a um contexto espacial, social e político, que singulariza esta fase do espaço urbano e a diferencia significativamente das demais fases. As fases do espaço urbano foram divididas em: 1ª fase: Cidade Colonial (meados do século XVIII – final século XIX); 2ª fase: Inauguração da Modernidade Urbana (1897-1923); 3ª fase: Bota-abixo e Remodelação do Centro (1924-1937); 4ª fase: Urbanização dos Arraiais do eixo sul (1941-1970).

Para compreender os territórios negros (capítulo 3) e suas transformações é preciso entender o contexto da cidade em cada momento e suas transformações, que vão impactar os territórios negros. Do mesmo modo é preciso compreender o contexto das áreas onde estavam localizados os territórios negros em cada momento, assim como as transformações que estas áreas vão passar no conjunto da cidade. Visto que a desestruturação e o deslocamento dos territórios negros estão relacionados a momentos de profundas transformações do espaço urbano, como veremos no capítulo 4.

O longo período de tempo abordado faz com que, inevitavelmente, ocorram generalizações, pois não se consegue analisar os diversos espaços nem cada uma das fases do urbano a fundo. Porém, o longo período permitiu observar situações que o tempo curto não favorece, como: 1) a localização inicial, o contexto da cidade no século XIX e primeiras décadas do século XX, e sua expansão; 2) as “modernizações”, inicialmente, concentradas ao perímetro central – grandes transformações, que posteriormente irão se expandir para os arraiais, acarretando uma profunda remodelação do espaço urbano.

## A CIDADE COLONIAL O ESPAÇO CENTRAL COMPARTILHADO (1772 - 1890)

A narrativa de povoamento de Porto Alegre normalmente inicia com a chegada de casais açorianos ao Porto de Viamão, nomenclatura da cidade em 1752. Mas antes disso, na década de 1740, a região já era dividida em sesmarias, como a de Jerônimo de Ornelas. Isso sem falar da presença indígena que já antecedia essa ocupação. A criação da freguesia do Porto de São Francisco dos Casais em 1772, com a demarcação da área do povoado e traçado das primeiras ruas, é considerada o marco de fundação da futura Porto Alegre (MAUCH, 1992). Tem-se registros da presença negra já nessa época. No ano seguinte, antes mesmo de ser vila, a freguesia é elevada a capital, denominando-se a partir daí Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. Em 1808, ano da vinda da família real portuguesa para o Brasil, torna-se vila. Recebe foro de cidade em 1822.

No século XIX, o núcleo urbano da cidade de Porto Alegre ocupava a área que hoje conhecemos como Centro. Um ancoradouro natural formado por um promontório, uma área elevada que avança sobre o Lago Guaíba (figura 1), popularmente chamado de Rio Guaíba (DORFMAN, 2015, p. 23). Para nos referirmos ao Lago Guaíba, aqui utilizaremos apenas a nomenclatura Guaíba. As condições do sítio favoráveis à instalação de um porto, com águas profundas e relevo que protegia as embarcações dos fortes ventos de sudoeste levaram a eleição da face norte como de ocupação preferencial (idem).

O primeiro mapa da cidade, de 1833, retrata a ocupação inicial do espaço (figura 2). Nele a cidade está construída apenas do lado norte (da Rua Duque de Caxias em direção ao Guaíba); para o lado sul (da Rua

## MAPA TOPOGRÁFICO PORTO ALEGRE / RS - 1906



### LEGENDA

 CENTRO EM 1839

 LAGO GUAÍBA

RUAS TOPO PROMONTÓRIO

 ARROIO DILÚVIO

 RUA DUQUE DE CAXIAS

 AVENIDA INDEPENDÊNCIA

Figura 1: Mapa topográfico de Porto Alegre / RS - 1906. Sem escala.

Elaboração: Daniele Machado Vieira. Edição: Lara Ferreira, 2021.

Mapa base: Mapa Topográfico de Porto Alegre de 1906 (IHGRGS, 2005).

do Arvoredo em direção à Cidade Baixa) constam plantações, indicando a presença de chácaras, com raras construções. A leste notam-se poucas construções com a cor verde nos fundos, indicando, provavelmente, a presença de quintais para subsistência. O Largo da Quitanda (1º mercado), o Largo Paraíso (local do 2º mercado), o Alto da Praia (Praça da Matriz) e a Várzea (Parque da Redenção) já aparecem representados, respectivamente pelas letras O, M, D e P.



localizado junto ao Guaíba. O lado sul ia da Rua do Arvoredo (atual Rua Cel. Fernando Machado) em direção à Praia do Riacho (atual Rua Washington Luiz). A oeste estava a Praia do Arsenal (atual Rua Gen. Salustiano e imediações) e a leste o Beco do Couto (atual Rua Senhor dos Passos). Nesta época, com a cidade ainda sem aterros, estes eram os limites do núcleo urbano, conforme pode ser observado no Mapa de 1844 (figura 3).

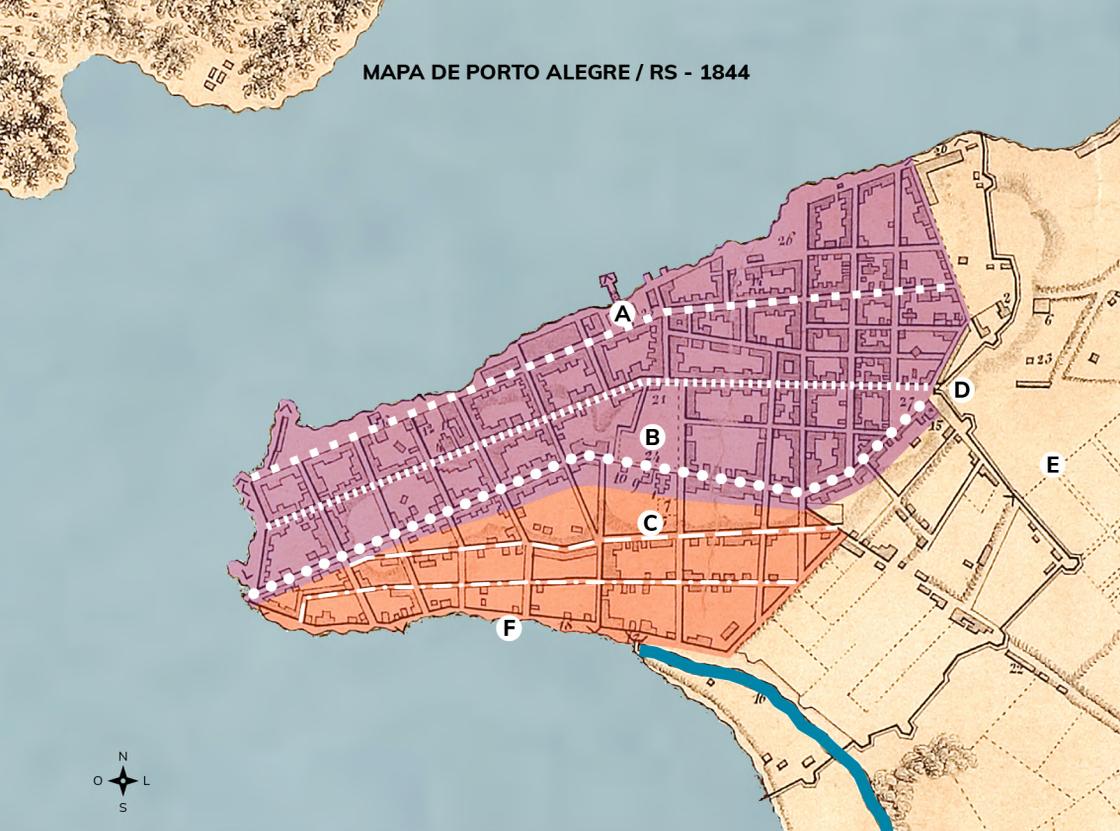
A malha urbana era composta por três ruas principais: a Rua da Praia, a Rua da Ponte (atual Rua Riachuelo) e a Rua da Igreja (atual Rua Duque de Caxias). Partindo da ponta do promontório (onde é a Usina do Gasômetro na atualidade), estas vias cruzavam a cidade na direção oeste-leste para se encontrarem nas proximidades do Portão (atual Praça Conde de Porto Alegre). No final do século XVIII, havia um portão neste local que limitava o núcleo urbano do entorno (CORUJA, 1983, p. 26).

A Rua da Praia foi a primeira e principal rua da cidade. Localizada junto ao Porto, despontou como núcleo comercial. Local de embarque e desembarque de mercadorias, o porto deu origem ao Largo da Quitanda – primeiro mercado para comércio de gêneros alimentícios. Esse mercado era uma feira ao ar livre, com barracas e vendedores ambulantes espalhados pela atual Praça da Alfândega.

Para as bordas do núcleo urbano, a ocupação já começava a ficar rarefeita. Essas áreas eram como periferias dentro da área central (KERSTING, 1998, p. 60). No limite oeste da cidade, onde ficava a Praia do Arsenal “só havia uma, duas ou três casinhas de capim que serviam de moradia à gente pobre” (CORUJA, 1983, p. 109).

No lado sul da cidade a ocupação também era esparsa. O Mapa de 1844 nos permite observar essa diferenciação na ocupação: as quadras do lado norte já estão quase todas preenchidas com construções, enquanto o lado sul tem uma quantidade significativamente menor de

MAPA DE PORTO ALEGRE / RS - 1844



LEGENDA

- FACE NORTE
- FACE SUL

RUAS PRINCIPAIS

- RUA DA PRAIA
- RUA DA PONTE
- RUA DA IGREJA

OUTRAS RUAS

- RUA DO ARVOREDO
- RUA DA VARZINHA
- LAGO GUAÍBA
- RIACHO (ARROIO DILÚVIO)

LOCAIS

- A LARGO DA QUITANDA
- B ALTO DA PRAIA
- C FONTE DOS POBRES
- D PORTÃO
- E VÁRZEA
- F PRAIA DO RIACHO

Figura 3: Mapa de Porto Alegre / RS - 1844, com marcação de ruas e locais de referência. Sem escala.

Elaboração: Daniele Machado Vieira. Edição: Lara Ferreira, 2021.

Mapa base: Mapa de Porto Alegre de 1844 (IHGRGS, 2005).

construções. Na face norte da Rua do Arvoredo inexistem construções, provavelmente devido ao acentuado declínio do relevo. Na Rua da Varzinha (atual Rua Demétrio Ribeiro) e nas ruas transversais (do lado sul) são raras as construções, existindo quadras com enormes vazios.



Figura 4: Praça Padre Gregório de Nadal, local da Fonte dos Pobres (na antiga Rua do Arvoredo) na década de 1860, Porto Alegre / RS.

Fonte: Daniele Machado Vieira. Trabalho de Campo em 28/04/2017.

Ambas as margens da cidade, tanto a norte quanto a sul, ainda apresentam um traçado irregular, indicando a inexistência de aterros ou sua pouca expressividade.

Coruja é taxativo ao observar que a Rua do Arvoredo (atual Rua Cel. Fernando Machado) “bem merecia este nome, porque até certo tempo só havia nela árvores e casas de capim, contando-se as de telha por unidade [...]” (1983, pp. 101-102). Uma ideia da condição financeira dos moradores deste lado da cidade é dada pela existência da “Fonte dos Pobres” na Rua do Arvoredo. Segundo o Mapa de 1868, esta fonte estava localizada nos fundos do Palácio do Governo e da Catedral, entre as atuais ruas Espírito Santo e General Auto. A figura 4 refere-se a atual Praça Padre Gregório de Nadal, local onde estava localizada a Fonte dos Pobres na década de 1860.

As ruas principais eram cortadas por vias menores, pequenas travessas, estreitas, chamadas de becos que, através de ladeiras íngremes,



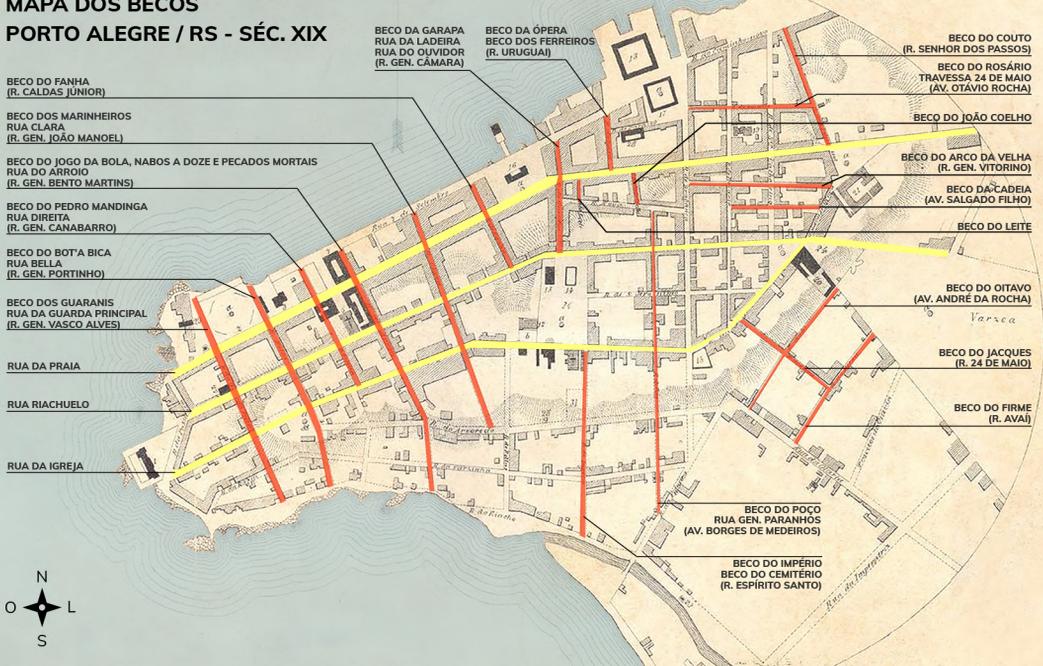
Figura 5: Paisagem da Rua Voluntários da Pátria, importante via comercial, Porto Alegre/RS - década de 1890.

Fonte: Coleção Virgílio Calegari. Acervo Fototeca Sioma Breitman - Museu Joaquim José Felizardo.

cruzavam o núcleo citadino no sentido norte-sul (figura 6). É o caso do épico Beco do Poço que irá dar lugar a Av. Borges de Medeiros. Monteiro compõe um breve panorama dos becos da Porto Alegre antiga:

Os becos tinham um percurso acidentado, estreito e curto através das ladeiras que subiam a colina no centro da península. Não tinham a mesma infra-estrutura das ruas principais, onde se localizavam os sobrados de pedra e cal. Ao contrário, os becos caracterizavam-se pelos casebres modestos de taipa e palha onde morava a população pobre composta de mascates, taverneiros, artesãos, marinheiros, carregadores, prostitutas e libertos (1995, p. 25).

## MAPA DOS BECOS PORTO ALEGRE / RS - SÉC. XIX



### LEGENDA

— BECOS  
— RUAS

LAGO GUAÍBA

Figura 6: Mapa dos Becos, Porto Alegre / RS - Séc. XIX. Sem escala.

Adaptação do Mapa dos Becos, Porto Alegre / RS - 1868 de Ana Luiza Koehler (2015, p. 109).

Edição: Lara Ferreira, 2021.

Mapa base: Mapa de Porto Alegre de 1868 (IHGRGS, 2005).

A maioria das ruas eram de chão batido ou com calçamento irregular, constituindo-se algumas em verdadeiras picadas, com a sarjeta (esgotos) correndo a céu aberto (figura 5). As toponímias (nome do local) em geral estavam relacionadas a questões geográficas: ao relevo (Rua da Praia, Rua da Ladeira, Rua da Varzinha); às atividades desenvolvidas (Beco do Leite) ou à funcionalidade (Praça do Portão). A Rua da Praia chamava-se assim porque era a praia, com as águas do Guaíba chegando até ela (figura 3). Já os becos tinham denominações mais pitorescas como o mítico Beco dos Pecados Mortais (atual Rua Gen. Bento Martins) e outros, conforme pode ser observado no Mapa dos Becos (figura 6).



Figura 7: Campos da Redenção, Porto Alegre / RS - década de 1900.

Fonte: Iova (atribuído). Acervo Fototeca Sioma Breitman - Museu Joaquim José Felizardo. Marcação da autora sobre imagem original.

No entorno imediato do núcleo urbano estavam os Campos da Várzea (atual Parque da Redenção) e a Cidade Baixa, zona de chácaras que foi se urbanizando ao longo do século XIX. As chácaras eram responsáveis pela produção de alimentos e abastecimento da zona urbana (MONTEIRO, 1995, p. 24). A Várzea era um amplo terreno descampado, baixo e alagadiço, caminho de passagem para Viamão (figura 7).

Do entorno do Portão partiam os caminhos de ligação com o interior. A Estrada do Moinhos de Ventos (atual Av. Independência) era o caminho para a Aldeia dos Anjos (atual município de Gravataí). Pelas laterais da Várzea estavam as saídas para Viamão: o Caminho do Meio (atuais avenidas Osvaldo Aranha e Protásio Alves) e o Caminho da Azenha (Av. João Pessoa) ligando à Estrada do Mato Grosso (Av. Bento Gonçalves).

A partir de 1850, a face norte começa a receber melhoramentos, como o Teatro São Pedro (1858), o prédio do Mercado Público (1868), a arborização da Praça da Harmonia (atual Praça Brigadeiro Sampaio), a Biblioteca Pública e aterros na área do Porto. No Mapa de 1868 já é possível observar a mudança do traçado da margem norte, que devido aos aterros passa a ser retilíneo (figura 6). Nos terrenos conquistados sobre o Guaíba, a cidade também ganha uma nova via: a Rua Sete de Setembro. A face sul permanece sem melhoramentos e com traçado irregular.

Até a década de 1850, o abastecimento de água da cidade era feito através de algumas poucas fontes e poços públicos ou vendida de porta em porta pelos aguadeiros (pipeiros). As vertentes das chácaras suburbanas eram os principais pontos de captação de água de boa qualidade. A oferta de água potável era um problema devido às péssimas condições sanitárias das águas do Guaíba, que tinha suas margens utilizadas como local de descarte de lixo e despejo de dejetos (FRANCO, 2006, p. 16). Só em 1860 são instaladas as primeiras “penas domiciliares”<sup>1</sup> pela Companhia Hidráulica Porto-alegrense, que também constrói outros chafarizes e um Reservatório na Praça da Matriz. Em meados da década de 1860, a cidade contava com os chafarizes das Praças do Portão (Praça Conde de Porto Alegre), da Alfândega (antigo Largo da Quitanda), Paraíso (Praça XV de Novembro), Caridade (Hospital Santa Casa de Misericórdia), da Harmonia (Praça Brigadeiro Sampaio); da Várzea (Parque da Redenção), do Alto da Bronze (Praça Gen. Osório), da Rua do Arvoredo (Rua Cel. Fernando Machado) e uma bica na Praça Pedro II (Praça da Matriz). No final do século XIX, o abastecimento d’água era realizado pelas Companhias Hidráulicas Porto-alegrense e Guaibense (1891), apresentando problemas como a falta de equipamentos para

---

1. Pena d’água: ligação de água. Pode ser o registro ou simplesmente o cano.

tratamento e filtragem da água e dificuldade de expansão da rede para áreas fora do perímetro central (*idem*, pp. 17-18).

Os esgotos domésticos eram despejados diretamente no Guaíba, em locais designados pela Câmara, sem qualquer tipo de tratamento. Inicialmente eram os escravizados das residências que faziam o serviço de despejo. O serviço público de remoção de matérias fecais, através de fossas móveis, começou em 1878, continuando durante o século XX (FRANCO, 2006, p. 42). Os dejetos eram depositados em fossas móveis (caixas de madeira ou tonéis, chamadas de cubos ou cabungos) e recolhidos uma vez por semana, para serem lançados no seu destino público: o Guaíba. No início, a ponte dos despejos ficava na desembocadura da Rua da Conceição (imediações da atual Estação Rodoviária), limite leste da área central. Com o crescimento da cidade, em 1899 o local de despejos foi deslocado para a Ponta do Melo, na zona sul da cidade (*idem*, pp. 41-42).

As primeiras ações com relação à iluminação pública datam da década de 1830, quando foram instalados cerca de 200 lampiões, acesos a óleo de baleia, que em 1864 passariam a funcionar a querosene. Em 1874 a Usina do Gasômetro entra em atividade, promovendo substancial melhora na iluminação das ruas centrais, agora a gás hidrogênio. Na zona suburbana, fora da área central, permaneciam os lampiões a querosene, acesos diariamente pelos acendedores de lampiões (FRANCO, 2006, pp. 208-211). A energia elétrica só chegou à cidade em fins do século XIX, com a constituição da Cia. Fiat Lux na década de 1890 (*idem*, p. 147).

É neste contexto que Porto Alegre chega ao final do século XIX: na expectativa dos novos tempos trazidos pela República, mas vivendo com os precários e arcaicos serviços de uma vila.



Figura 8: Acendedores de lâmpões, Porto Alegre / RS - 1875 a 1925.

Fonte: Coleção Virgílio Calegari. Acervo Fototeca Sioma Breitman - Museu Joaquim José Felizardo.

## **ARRUMANDO A “SALA DE VISITAS” MODERNIZAÇÃO DO CENTRO (1897-1937)**

A Abolição da Escravidão (1888) e a instauração da República (1889), promoveram alterações não só na ordem política, mas também nas relações sociais. Estas transformações políticas e sociais se imprimiram também no espaço, provocando uma intensa reorganização territorial. Com relação a este período, Monteiro expõe que

Por volta de 1890, inicia-se uma nova fase do fenômeno urbano, caracterizada pela crescente complexidade da organização dos grupos sociais no espaço urbano decorrente das transformações das estruturas política, social e econômica da sociedade brasileira. As alterações da ordem social são decorrentes da abolição

da escravidão, da instalação da ordem republicana, do crescimento das camadas médias urbanas (ligadas à expansão da burocracia estatal) e da imigração maciça de trabalhadores livres que deveriam atender a demanda de braços na agricultura e na indústria nascente (1995, pp. 33-34).

Em Porto Alegre, essa nova fase do urbano vai se caracterizar pelo desejo de modernidade e o início de uma série de medidas que inauguraram a modernidade urbana. É neste momento que ocorre a formação dos territórios negros – Areal da Baronesa e Colônia Africana – no entorno do núcleo central, formando uma espécie de “arco negro” ao redor do Centro.

As alterações no espaço urbano não estão restritas a formação destes territórios, mas decorrem também de medidas como a alteração da nomenclatura de alguns espaços e reformas nos serviços básicos da cidade.

Menos de um mês após a Proclamação da República, verifica-se a alteração dos nomes de diversas ruas e praças da cidade, principalmente daquelas cujas denominações estivessem relacionadas à monarquia (KERSTING, 1998, pp. 157-158). Assim, a Sessão da Câmara de 11/12/1889 substituiu os antigos nomes por nomenclaturas ligadas ao regime republicano.

[...] sob propostas dos Srs. vereadores Felicíssimo, Bibiano e Costa, resolveu a Câmara substituir os nomes das seguintes praças e ruas pelas denominações que se seguem: Praça Pedro II para Praça Marechal Deodoro, Praça e Rua Conde D’Eu para Praça e Rua 15 de Novembro, Rua da Imperatriz para Rua Venâncio Aires, Rua Dona Isabel para Rua Demétrio Ribeiro, Rua do Imperador para Rua da República, Rua Imperial para Rua Benjamim Constant (KERSTING, 1998, p. 158).

Essa pressa em abandonar os símbolos do período monárquico está relacionada a necessidade de legitimação do novo regime político. Além disso, junto com a República nasce o desejo de modernidade, que implicava o banimento de tudo que lembrasse o passado colonial.

É neste contexto de aburguesamento do modo de vida urbano, que a capital passa a ser vista como a “sala de visitas” do estado, demandando a modernização e o embelezamento da cidade, à semelhança de grandes centros urbanos (BAKOS, 1994, p. 144). Para tanto serão empreendidos inúmeros esforços, iniciando com a modernização dos serviços básicos pelo intendente José Montauray de Aguiar Leitão (1897-1924), seguidos por uma intensa remodelação do espaço central na gestão de Otávio Rocha (1924-1928), com obras que terão prosseguimento no mandato de Alberto Bins (1928-1937). Nesse período de 40 anos (1897-1937) a área central passará por profundas transformações, sob a gestão de apenas três intendentes (prefeito à época).

## **INAUGURAÇÃO DA MODERNIDADE URBANA (1897-1923)**

Com a República, Porto Alegre acorda “sonhando-se” moderna (KERSTING, 1998, p. 32). Porém a cidade não possui, satisfatoriamente, nem os serviços básicos de água, iluminação, esgotos, limpeza urbana e transportes, sendo caracterizada por Borges de Medeiros, presidente do Estado, em 1897 como uma “cidade aldeia” (BAKOS, 1996, p. 81).

Neste contexto, o recém-eleito Intendente José Montauray iniciará uma série de esforços para modernizar os serviços essenciais da cidade, começando pela municipalização destes serviços. José Montauray “o eterno intendente” comandará a cidade ao longo de 27 anos, por 7 gestões seguidas, de 1897 a 1924 quando a reeleição é proibida (BAKOS, 1996, p. 42; 57).

A implantação de uma rede de esgotos subterrânea talvez fosse o mais urgente dos serviços a ser realizado, devido a insalubre e degradante forma de remoção dos dejetos, até este momento “portátil” (BAKOS, 1994, p. 148). Em 1899, Montaury apresenta um projeto para canalização da rede de esgotos, com proposta de atender a 7000 imóveis. Iniciada em 1907, a construção do sistema de esgotos ganha impulso com o empréstimo realizado pela Intendência em 1909 (BAKOS, 1996, p. 90). A primeira parte da obra será inaugurada somente em 1912, com apenas 600 ligações de esgotos realizadas, contemplando menos de 10% da proposta inicial. Porém, dois anos depois mais de 4000 imóveis já usufruíam do sistema de esgotos canalizado. O relatório final da gestão de Montaury, em 1924, aponta 9331 prédios servidos por ligações de esgotos (FRANCO, 2006, pp. 152-153). No entanto, estas instalações estavam circunscritas ao perímetro central.

Nos arraiais, a coleta continuava sendo realizada através de cubos móveis, serviço obsoleto e anti-higiênico. A Planta de Esgotos de 1929 (figura 9) aponta a lenta expansão da rede de esgotos, visto que trechos do Centro e seu entorno imediato ainda estão recebendo canalização. Fora do perímetro central, as ruas a serem beneficiadas restringem-se a poucas vias principais: Rua da República, Av. 13 de Maio, Rua Santana, Caminho do Meio. O uso de fossas móveis para remoção dos esgotos domiciliares irá persistir até 1962, denunciando o atraso na expansão dos serviços básicos ao conjunto da cidade.

Em 1904 o município adquire a Hidráulica Guaibense, responsável por parte do abastecimento de água da cidade, construindo uma nova Usina na Rua Voluntários da Pátria e reservatórios no bairro Moinhos de Vento (FRANCO, 2006, p. 18). O novo sistema de água, inaugurado em 1907, já nascera obsoleto, pois limitava-se a servir somente a zona mais antiga da cidade, enquanto o núcleo urbano estava em franca expansão.

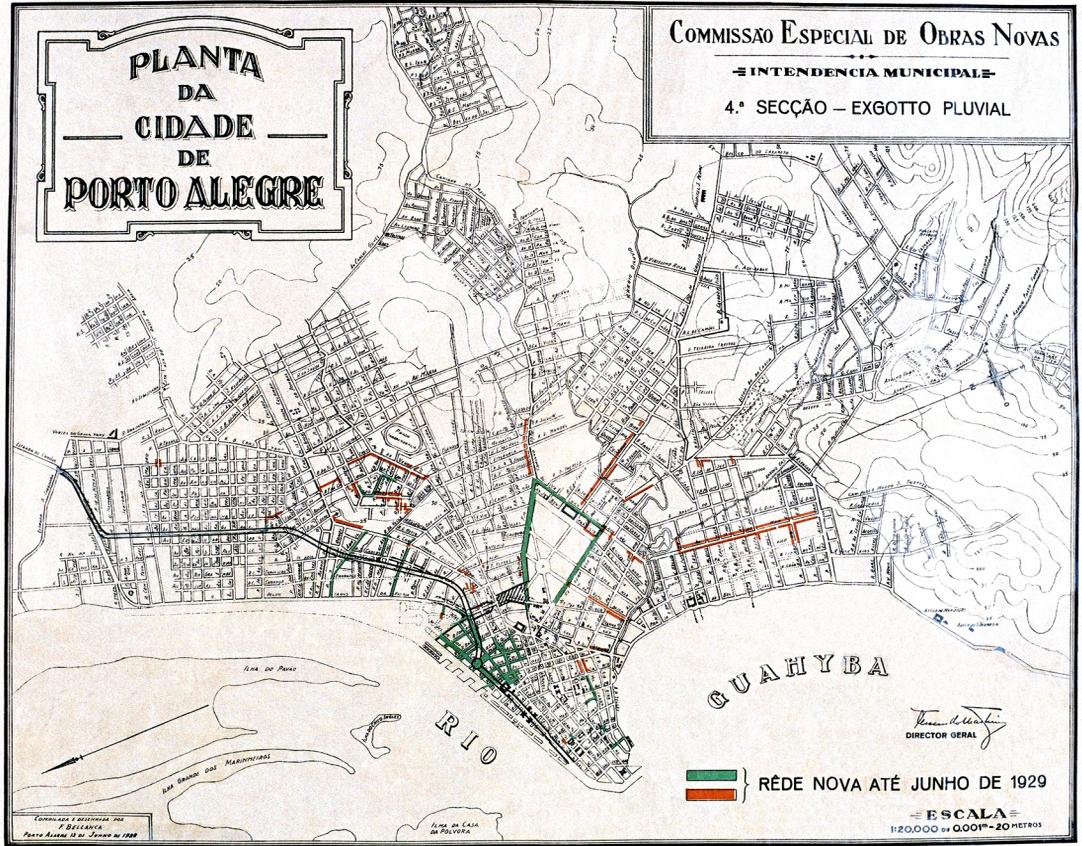


Figura 9: Mapa da Rede de Esgotos do Município de Porto Alegre / RS - 1929.  
 Fonte: IHGRGS (2005).

Neste momento, o entorno do Centro já estava todo ocupado. Em seguida, surgem necessidades de melhorias técnicas diante do aumento da demanda (decorrente do crescimento populacional), além da necessidade de ampliação para outras áreas (BAKOS, 1996, pp. 85-86). O fornecimento de água só vai receber melhorias significativas na gestão de Otávio Rocha, que municipaliza também a Hidráulica Porto Alegrense (1926) e realiza a instalação de equipamentos para tratamento e filtragem da água (1928) (FRANCO, 2006, p. 19).

O serviço de iluminação pública, realizado a gás hidrogênio na zona urbana e a querosene na zona suburbana, era outro problema a

ser solucionado. Quando Montaury assume, mais da metade das ruas da cidade não contavam com este serviço. A Usina Elétrica Municipal, concluída em 1908, passa a realizar a iluminação da zona suburbana. No perímetro central, a iluminação era de concessão da Usina do Gasômetro (FRANCO, 2006, p. 211). Diante da baixa capacidade da Usina Municipal, outras companhias privadas continuam a fornecer energia para cidade: a Fiat Lux (1891) com produção elétrica para fins domiciliares e comerciais e a Força e Luz (1908) responsável pelos bondes elétricos e mais tarde pelo fornecimento de energia às indústrias (idem, pp. 147-148). Na década de 1920, a cidade enfrentava sérios problemas com o fornecimento de energia elétrica devido a incapacidade das empresas em acompanharem o aumento da demanda. Em 1928, a Cia Brasileira de Força Elétrica assume a concessão dos serviços elétricos na cidade, dobrando em pouco tempo a capacidade de geração de energia (ibidem, pp. 148-149).

Até 1908, o transporte coletivo era realizado por bondes de tração animal, as famosas maxobombas. Neste ano, a Cia. Força e Luz introduz o serviço de bondes elétricos, facilitando o deslocamento para os arrabaldes. Os bondes são alvos de reclamações frequentes, devido às altas tarifas e a sobrelocação nos horários de deslocamento do trabalhador (BAKOS, 1996, pp. 86-88).

Na perspectiva de reformar a cidade, como estava ocorrendo em outras capitais, é elaborado o Plano Geral de Melhoramentos (1914) de autoria do engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel. Apesar deste plano não ter saído do papel, ele orientou as reformas executadas nas gestões de Otávio Rocha e Alberto Bins (BAKOS, 1996, pp. 100-101).

Neste primeiro momento, a tão sonhada modernização da cidade se limita às melhorias nos serviços básicos, em geral restritos à zona urbana, coincidentemente o perímetro central. Embora os melhoramentos não

tenham chegado a todos moradores, os custos de tais obras recairão sobre todos contribuintes, diante do contínuo aumento de impostos. Além disso, a Intendência recorre a empréstimos em 1909 e 1922, acarretando num processo de endividamento da cidade (BAKOS, 1996, pp. 89, 94).

Apesar da falta de verbas ter sido um empecilho para a expansão dos melhoramentos para outras áreas, havia também a manifesta priorização do núcleo central como alvo do projeto de modernidade. A intenção de dotar e “isolar” o Centro da cidade para desfrute da classe abastada era explícita. Um trecho da edição de 03/03/1896 do jornal *Gazetinha* publiciza tal pensamento: “Os arrabaldes estão aí e devem ser habitados pelos proletários. Na cidade propriamente dita só devem residir os que podem se sujeitar às regras e preceitos da burguesia” (*apud* MONTEIRO, 1995, p. 34).

Na esteira desse desejo de modernidade burguesa estava a concepção da cidade enquanto “sala de visitas”, que requer a transformação estética do espaço urbano. Segundo a concepção vigente na época, modernizar significava “livrar-se” do seu passado colonial e de tudo que remetia a ele: modo de vida e padrão arquitetônico. Nas transformações rumo à cidade ideal, existia uma série de questões a serem superadas: eram antigas ordens – ou desordens – a serem rearranjadas ou dissolvidas (KERSTING, 1998, p. 38). Dentre as questões a serem superadas estavam modos de vida, hábitos e costumes populares, como o jogo, as tabernas, as habitações coletivas, que não condiziam com a nova ideologia urbana.

Neste contexto, empreende-se uma campanha de saneamento não só dos espaços, mas também das pessoas, relacionando precariedade material à degradação moral. Desordem e imoralidade tornam-se temas frequentes nas páginas dos jornais, engajados em uma campanha de “saneamento moral” da capital (MAUCH, 1994, p. 9). Becos e cortiços passam a ser identificados como o “mal da urbe”, focos de doenças e degradação,

sendo substituídos por novas ruas nas décadas seguintes (PESAVENTO, 1995, p. 81). A resolução do problema se fazia tanto mais urgente devido à sua contiguidade com as grandes casas comerciais, cafés e sobrados frequentados por gente importante.

Na condição de moradias coletivas destinadas à população de baixa renda, os cortiços passam a ser considerados viveiros do crime, focos de epidemias e, principalmente, ameaças à saúde pública. Um jornalista da época observa que acabar com estas habitações populares resolveria dois problemas: a questão da segurança e da saúde pública, e a falta de empregados domésticos em tempo integral. Argumenta que no dia em que a criada não tiver mais, por cinco mil réis, o lugar onde por uma cama, ela dormirá na casa de patrões, que é o que todos querem (*apud* KERSTING, 1998, p. 92). Assim, a sobretaxação dos cortiços, que chegou a 50% em 1922, enquanto as demais edificações continuavam a pagar 10%, tinha como objetivo o fechamento destes locais.

Já em 1892 são encontrados registros da política de eliminação dos cortiços do espaço central, através da taxaço incidente sobre estas moradas. A utilização dos impostos como mecanismo regulador da ocupação do espaço urbano fica explícita num pronunciamento do Intendente Alfredo Augusto de Azevedo ao Conselho Municipal no ano de 1892:

[...] sobre o **imposto de cortiços**, devo patentear aos senhores Conselheiros que ele **não preenche os fins para que foi decretado**, isto é, **promover a extinção dessas moradas**; agrava somente o estado da pobreza com aumento do aluguel imposto pelos respectivos proprietários. Prefiro, pois, dispensar o imposto e decretar brevemente a proibição de habitar-se em casas que não preencham as condições de higiene. Desse modo ficará mais acautelada a saúde do pobre e do rico e resultará a exterminação dos cortiços (*apud* KERSTING, 1998, p. 123, **grifo meu**).

Nesta perspectiva, há uma intensa campanha pela eliminação dos cortiços e outras formas de moradias coletivas localizadas na área central, que conta com a criminalização da imprensa a estes espaços. Mas o que de fato promove a eliminação destas habitações coletivas da área central é o progressivo aumento de impostos que recai sobre elas: 1898 (20%), 1912 (25%), 1917 (30%) e 1922 (50%) (KERSTING, 1998, p. 123). Porém, isso não faz com que estas moradias populares sejam eliminadas, mas sim deslocadas para outras regiões da cidade.

Com base nos dados publicados nos relatórios do Intendente José Montaury, Kersting identifica a migração dos cortiços do Centro para o 2º e 3º Distritos, localizados nas proximidades da área central, mas fora do perímetro de sobretaxação das habitações coletivas (1998, p. 124). O 2º Distrito compreendia a Cidade Baixa e o 3º Distrito abarcava uma parte da Colônia Africana.

O gráfico de barras (figura 11) nos ajuda a visualizar esta diminuição de cortiços no 1º distrito e seu concomitante aumento nos 2º e 3º distritos. Se inicialmente os três distritos têm uma distribuição equivalente, a partir de 1909 fica visível a diferenciação da quantidade de habitações coletivas entre as três zonas, com aumento nos 2º e 3º distritos, adjacentes à área central. Em 1912 os 2º e 3º distritos, onde estão localizados a Cidade Baixa e a Colônia Africana, têm quase o dobro de cortiços que tinham em 1906. Assim, entre 1906 e 1914 a quantidade de cortiços cai quase pela metade no Centro e praticamente dobra nos 2º e 3º distritos (figuras 10 e 11).

Nesta conjuntura, a legislação é um dos mecanismos utilizados para promover o massivo deslocamento da população de menor renda do espaço central em direção às zonas periféricas. A manipulação tributária e as novas normas presentes no Regulamento Geral de Construções (1913) têm influência no direcionamento da classe que irá habitar o

QUANTIDADE DE CORTIÇOS REGISTRADO POR DISTRITOS (1906 - 1914)

Distritos/Anos	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914
1° Centro	463	463	341	339	342	332	295	278	235
2° Cidade Baixa	356	352	475	428	460	415	706	1015	717
3° Colônia Africana	437	429	394	593	678	780	846	754	742
Total	1256	1244	1210	1360	1480	1527	1847	2047	1694
Diferença em relação ao ano anterior	6	-12	-34	150	120	47	320	200	-353

Figura 10: Tabela com distribuição dos cortiços registrados por Distritos em Porto Alegre / RS (1906 - 1914).

Fonte: Elaboração de Kersting com base nos Relatórios e projetos de orçamento do Intendente José Montaury, de 1907 a 1915 (1998, p. 207).

núcleo central e as zonas servidas pelos melhoramentos urbanos. Neste contexto, Bakos pondera que

Se a legislação, de uma parte, estimula a melhoria das habitações, de outra afasta o proletário do centro da cidade, onde a tributação torna-se mais alta.

Assim, se o Governo municipal obriga o capitalista a remodelar ou construir prédios novos no centro, dificulta, sob o pretexto de higiene, a permanência de cortiços, estalagens e porões na área que será servida pela rede de esgotos. Trata-se de um momento importante do processo de privatização da ocupação do solo, sob os auspícios do Poder Público (1996, p. 131).

Assim, o poder público, ao mesmo tempo que promove o banimento dos cortiços e de outras formas de moradia popular do Centro, fomenta a instalação de um novo padrão de construção nesta região. É ilustrativa desta política de mercantilização do solo, embelezamento e elitização do espaço, que pretendia transformar a capital na sala de visitas, a proposição do Intendente José Montaury de que sejam vedadas a construção

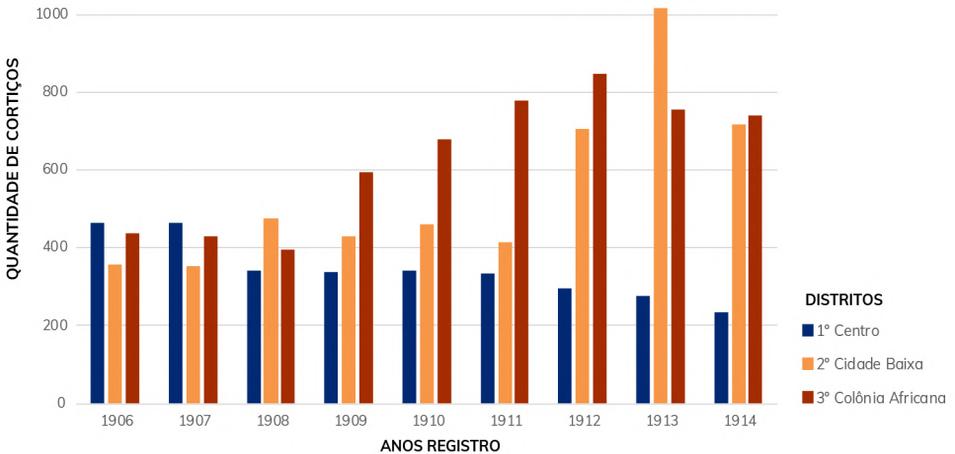


Figura 11: Gráfico da evolução da quantidade de cortiços por Distrito, Porto Alegre / RS (1906 - 1914).

Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira com base nos dados sobre cortiços levantados por Kersting (1998, p. 207).

de cortiços, estalagens e casas de madeira nas proximidades do centro da cidade (BAKOS, 1996, p. 132).

Visando pressionar a saída das pessoas que residiam nos diversos becos existentes no espaço central, em 1912 é apresentado um projeto de lei que determina um aumento de 25% de imposto (sobre o já pago) para moradias localizadas em becos, passando também a ser proibida a construção de prédios sem frente de terreno (BAKOS, 1996, p. 131).

Esses sucessivos atos de normatização estética das construções culminam com aprovação do Regulamento Geral de Construções em 1913, que estabelece as diretrizes básicas de estética e higiene para as futuras edificações. A proibição definitiva de novas construções de madeira nas zonas servidas pela rede de esgotos é uma das determinações mais importantes (BAKOS, 1996, p. 135). Por um lado, o poder público, ao proibir construções de madeira, afastava das áreas dotadas de melhoramentos

urbanos aqueles que não podiam arcar com os custos de uma residência de tijolos. Por outro lado, a municipalidade fomentava a ocupação destes mesmos espaços por grupos de maior renda, concedendo descontos de impostos para prédios com mais de quatro andares (MONTEIRO, 1995, p. 65). Assim, a Intendência se posicionava como agente de “modernização” do espaço urbano, utilizando-se da legislação (impostos e normas de construções) para alterar o perfil (estético e econômico) das edificações do Centro da cidade.

Essa não é uma mudança apenas na forma da cidade – de cortiços para prédios, mas uma alteração no padrão de ocupação do solo urbano. Os moradores dos cortiços se veem obrigados a deslocarem-se para regiões mais afastadas, enquanto que grupos de maior poder aquisitivo irão ocupar os novos prédios construídos no lugar das antigas habitações, sob o estímulo financeiro do poder público. Tais normatizações determinaram a instituição não apenas de um novo padrão de construção, mas também de um novo padrão de morador para os espaços servidos pelos melhoramentos urbanos.

É durante a longa gestão de Montauray (1897-1924) que ocorre a 1ª periferação, com intenso deslocamento de população do Centro para os arraiais, localizados, em parte, no entorno imediato. O aumento de impostos sobre as áreas que receberam melhorias é um dos principais mecanismos de deslocamento da população de baixa renda para áreas periféricas. É nesta perspectiva que Kersting expõe que a expansão da zona urbana até a Rua Mariante, com consequente aumento de imposto de 5% para 10%, acaba por empurrar aqueles que não podem arcar com estes custos para zonas mais afastadas, neste caso, deslocando parte da Colônia Africana (1998, pp. 120-122).

Em 27 anos no poder, José Montauray não conseguiu transformar a cidade na tão sonhada “sala de visitas”, tampouco implantar a

modernização proposta pelo Plano Geral de Melhoramentos de 1914. Contudo, as ações – melhorias nos serviços básicos, banimento dos cortiços do Centro, novas normas de construções – realizadas por Montaury possibilitaram que seu sucessor, Otávio Rocha, pudesse se dedicar à remodelação do espaço central (MONTEIRO, 1995, p. 38).

## **REMODELAÇÃO DO CENTRO (1924-1937): “BOTA ABAIXO” E GRANDES AVENIDAS**

Em 1924, quando Otávio Rocha assume a Intendência, coloca-se disposto a remodelar a cidade, explicitando a continuidade da proposta da gestão de José Montaury (BAKOS, 1996, pp. 97-98). Buscando mostrar desenvolvimento e recuperar o prestígio perdido pelo PRR (Partido Republicano Rio-grandense) com a crise de 1923, o novo Intendente investe pesado em obras de remodelação do espaço central (idem, p. 145). Os recursos financeiros para custear tão ambicioso projeto virão de sucessivos empréstimos (realizados nos anos de 1926, 1927 e 1928) e do aumento de impostos, que encarece ainda mais o custo de vida da população (ibidem, p. 101-104). O imposto predial era a principal fonte de renda do município. Além de fonte de renda, em alguns casos, este imposto tinha função reguladora do padrão de edificações que se pretendia para determinado espaço.

Com base no Plano Geral de Melhoramentos (1914), o novo intendente inicia a remodelação da cidade com grandes e vultuosas obras, direcionadas principalmente ao alargamento de avenidas (MONTEIRO, 1995, pp. 92-93). Uma grande parte destas obras serão construídas sobre um tecido urbano pré-existente: os becos. As obras de remodelação iniciadas por Otávio Rocha (1924-1928) que terão continuidade na gestão de seu sucessor, Alberto Bins (1928-1937), se concentram na abertura

de grandes avenidas e no ajardinamento de praças, estando a maior parte destas intervenções restritas ao espaço central.

A Intendência se coloca como agente remodelador da cidade não apenas na execução de grandes obras, mas também por meio das normas de construções. Em 1926, um novo Regulamento de Construções substituiu o de 1913. Impõem-se taxações cada vez mais pesadas para construções de madeira, mistas e térreas, que não se encaixem no padrão que vem paulatinamente sendo estabelecido (BAKOS, 1996, pp. 157, 159). Ao mesmo tempo, uma série de estímulos fomentam a verticalização da cidade. Além de vantagens tributárias para prédios com mais de 6 andares, “símbolos do progresso”, é criado um prêmio para a melhor fachada, evidenciando a crescente preocupação com a estética da capital, a “sala de visitas” (idem, p. 161).

A abertura e o alargamento de avenidas, em grande parte dos casos, incidiu sobre um tecido urbano pré-existente, pondo abaixo parte da cidade antiga. No espaço central, os becos foram os principais atingidos pela reforma urbana, aliando modernização estética e a resolução de antigas questões políticas e morais. Entre 1924 e 1928, período da gestão de Otávio Rocha, foram abertas a Avenida Júlio de Castilhos, a própria Av. Otávio Rocha e a Av. Borges de Medeiros (MONTEIRO, 1995, pp. 74-75).

Outra proposta do Plano Geral de Melhoramentos, levada a cabo por Otávio Rocha, foi o ajardinamento de praças. É nesta época que os Campos da Redenção (antiga Várzea) começam a ser ajardinados (MONTEIRO, 1995, p. 117). A antiga Várzea (atual Parque da Redenção) era uma área baixa e úmida, que em épocas de chuva se transformava num lodaçal, implicando investimentos de drenagem antes de ser destinada a outros fins (BAKOS, 1996, p. 132).

As grandes obras de remodelação urbana (anos 1920/1930) iniciadas na gestão de Otávio Rocha completam a desfiguração do Centro como antiga cidade colonial e terminam de deslocar a população pobre e negra que ainda residia neste espaço.

### **Do Beco do Poço à Av. Borges de Medeiros**

A Av. Borges de Medeiros tem a sua origem na antiga Rua General Paranhos, “estrito beco que subia desde a Rua Gen. Andrade Neves até a Rua Duque de Caxias e dali descia em outra fortíssima ladeira até a Rua Coronel Genuíno”, cruzando o núcleo central no sentido norte-sul (FRANCO, 2006, p. 77). Existente desde pelo menos o primeiro quartel do século XIX, esta via era popularmente chamada de Beco do Poço (CORUJA, 1983, p. 17) devido a existência de uma fonte d’água na altura da atual Rua Jerônimo Coelho.

O alargamento e a urbanização da Rua General Paranhos estavam entre os principais objetivos do Plano Geral de Melhoramentos de 1914. As primeiras ações datam da década de 1920, ainda durante a gestão de José Montauray. Mas foi no mandato de Otávio Rocha (1924-1928) que ocorreu a completa remodelação desta via, com o prolongamento até o Porto, abertura do maciço central para rebaixamento do nível topográfico e ampliação da largura. Assim, o morro por onde passava a Rua General Paranhos foi aberto e rebaixado 13 metros no ponto mais alto, sob a Rua Duque de Caxias, para dar lugar à “monumental” Avenida Borges de Medeiros. O rebaixamento do morro visava amenizar a íngreme subida, reduzindo o trajeto realizado pelos bondes e outros transportes. A abertura desta avenida visava também ligar o Centro ao sul da cidade. O plano para as respectivas reformas pode ser observado no relatório de 1925 do intendente Otávio Rocha:



Figura 12: Vista aérea colorizada da Rua General Paranhos (atual Av. Borges de Medeiros), Porto Alegre / RS - em torno de 1920.

Fonte: Desenho de Ana Luiza Goulart Koehler (2015, p. 260).

As rampas de acesso à rua Duque de Caxias, que atualmente tem 9% e 12%, ficarão reduzidas, respectivamente, para 1% e 5%, para o que se vai fazer o **rebaixamento de 13 metros no ponto culminante**. Aí será construído um viaduto de cimento armado, em arco abatido, por onde se fará a passagem da rua Duque de Caxias. [...] Nessa avenida, que terá **21 metros de largura e 1.050 metros de extensão** vai correr uma linha dupla de bondes em comunicação com a Avenida do Porto [...]. É uma obra de viação de grande relevo, porque **vai encurtar o trajeto** para todas as linhas de comunicação dos arrabaldes Menino Deus, Glória, Teresópolis e Partenon (FRANCO, 2006, p. 79, **grifo meu**)

O desaparecimento da Rua General Paranhos começa em 1925 com a



Figura 13: Demolição de casas no antigo Beco do Poço, Porto Alegre / RS - 1925.

Fonte: Revista Máscara, 06/02/1925 (KOEHLER, 2015, p. 155).

demolição do casario, conforme noticiado na Revista Máscara em fevereiro daquele ano (figura 13). Em 1927, no trecho entre as Ruas Riachuelo e Cel. Genuíno, já haviam sido demolidos 81 prédios (FRANCO, 2006, p. 79). Em seguida iniciariam as escavações do maciço que ligaria a margem norte à margem sul da área central da cidade, facilitando o trânsito de bondes e automóveis.

A ideologia do progresso pode ser observada na legenda da imagem que retrata a demolição do antigo Beco do Poço (figura 13). São destacados os aspectos dos trabalhos de demolição e alargamento do antigo beco, que “transformarão a antiga viela na grande avenida General Paranhos”, futura Av. Borges de Medeiros.



#### LEGENDA

- LAGO GUAÍBA
- ARROIO DILÚVIO

Figura 14: Mapa do Beco do Poço, Porto Alegre / RS - 1888. Sem escala.

Elaboração: Daniele Machado Vieira. Edição: Lara Ferreira, 2021.

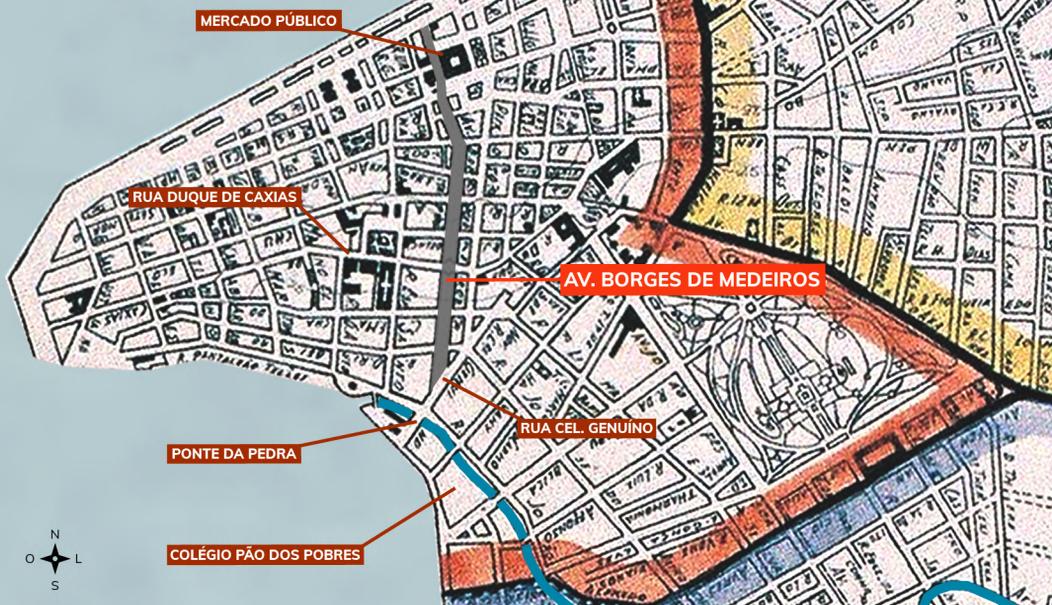
Mapa base: Mapa de Porto Alegre de 1888 (IHGRGS, 2005).

No Mapa de 1888 é possível observar a estreiteza do Beco do Poço em relação as demais vias transversais do espaço central (figura 14). Observe que o Beco do Poço, ao norte, finda bem antes do Mercado Público (seu trecho inicial na atualidade). Ao sul encerra-se na Rua Cel. Genuíno, que posteriormente será o caminho de ligação do Centro com a zona sul da cidade.

Pode-se dizer que a abertura da Av. Borges de Medeiros, além de facilitar a comunicação do Centro com a região sul da cidade, também resolveu um antigo “problema” estético e moral: o Beco do Poço e suas sociabilidades. A pesquisadora Ana Luiza Koehler em seu trabalho de



## MAPA DA AV. BORGES DE MEDEIROS PORTO ALEGRE / RS - 1932



### LEGENDA

- LAGO GUAÍBA
- ARROIO DILÚVIO

Figura 16: Mapa da Av. Borges de Medeiros, Porto Alegre / RS - 1932. Sem escala.

Elaboração: Daniele Machado Vieira. Edição: Lara Ferreira, 2021.

Mapa base: Mapa dos Distritos de Porto Alegre de 1932 (IHGRGS, 2005).

1932 já retrata a grandiosa Av. Borges de Medeiros (figura 16), que aparece bem mais larga que no Mapa de 1888 (figura 14), estendendo-se até o Mercado Público.

As figuras 17 e 18 retratam a Av. Borges de Medeiros em obras na década de 1930 e já remodelada nos anos 1940. As laterais do Viaduto Otávio Rocha mostram os resquícios do maciço (morro) que foi cortado e rebaixado para a abertura da nova avenida.

Até a década de 1950 a Av. Borges de Medeiros estava restrita a área central, indo apenas até a Rua Coronel Genuíno (figura 16). Note-se que na figura 18, o Guaíba (localizado no canto superior direito) ainda não



Figura 17: Obras da Av. Borges de Medeiros, Porto Alegre / RS - década de 1930.

Fonte: Prati Fotos Antigas.



Figura 18: Av. Borges de Medeiros remodelada, Porto Alegre / RS - década de 1940.

Fonte: Prati Fotos Antigas.

está aterrado, não permitindo a continuidade da Av. Borges de Medeiros em direção à zona sul, como é na atualidade.

O prolongamento da Av. Borges de Medeiros em direção à zona sul só foi possível após o aterro do Guaíba, na orla da Av. Praia de Belas. Na imagem de 1958 é possível observar a Av. Borges de Medeiros sendo prolongada sobre o aterro da Praia de Belas (figura 19). Note-se que a avenida está pronta somente até o Colégio Pão dos Pobres, localizado no entorno imediato à área central.

Em 1937 Alberto Bins deixa o poder, concluindo o legado de “modernização” que resultou também na desfiguração do Centro como cidade colonial. A gestão de Alberto Bins encerra o “fenômeno continuísta” – ciclo de 40 anos de perpetuação do PRR (Partido Republicano Rio-grandense) à frente da administração do município de Porto Alegre (BAKOS, 1996, p. 12). Durante este período, a cidade fora administrada por apenas 3 Intendentes: José Montauray de Aguiar Leitão (1897-1924), Otávio Rocha (1924-1928) e Alberto Bins (1928-1937), todos pertencentes ao PRR. Estas quatro décadas foram um período em que a



Figura 19: Av. Borges de Medeiros sendo prolongada sobre o aterro da Praia de Belas, Porto Alegre / RS - 1958.

Fonte: Prati Fotos Antigas. Marcação da autora sobre imagem original.

cidade sofreu profundas transformações, a ponto do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul preocupar-se em escrever o seu passado na década de 1940.

Nesta fase a ruptura ocorre devido a decretação de Loureiro da Silva para a Prefeitura, em 1937, diante da instalação do Estado Novo (BAKOS, 1996, p. 121) e o início da urbanização do entorno da área central, onde estavam localizados os territórios negros. Nas próximas décadas duas grandes obras incidirão sobre o eixo sul da cidade: i. desvio do curso e canalização do Arroio Dilúvio e ii. aterro da orla da Av. Praia de Belas, atingindo negativamente os territórios negros Areal da Baronesa e Ilhota, ali localizados.

## **EXPANSÃO DA MODERNIDADE URBANIZAÇÃO DOS ARRAIAIS DA MARGEM SUL (1941-1970)**

A partir dos anos 1940 o processo de modernização, até este momento direcionado ao núcleo central, começa a se expandir, deslocando-se para as áreas no entorno. No eixo sul da área central as obras de modernização da cidade serão direcionadas: i. a canalização do Arroio Dilúvio e saneamento das áreas do entorno (BURIN, 2008); ii. ao aterro da orla da Praia de Belas, como uma tentativa de integrar este espaço à cidade consolidada (BOHRER, 2001, p. 66).

As pesquisas de Bohrer (2001) e Burin (2008) indicam que a margem sul da área central permaneceu escanteada dos melhoramentos urbanos até pelo menos a década de 1940, quando teve início o desvio do curso e a canalização do Arroio Dilúvio. Com relação a diferença de tratamento urbanístico entre a margem norte e a margem sul do Centro, Bohrer expõe que

[...] até meados da década de [19]20, o tímido desenvolvimento da margem sul era completamente desvinculado dos modernos procedimentos urbanos efetuados na margem norte. A sua ocupação ficou restrita à construção de alguns equipamentos públicos próximos da ponta da península, da linha férrea que partia da Ponte de Pedra e das chácaras e lotes do Menino Deus que tinham frente para a enseada (2001, p. 64).

Para a autora, o processo de aproximação das duas margens (margem norte e margem sul) inicia após a abertura da Av. Borges de Medeiros, na década de 1930, que torna-se o eixo de ligação do Centro com a zona sul da cidade (BOHRER, 2001, p. 64). Mas para urbanizar as áreas ao

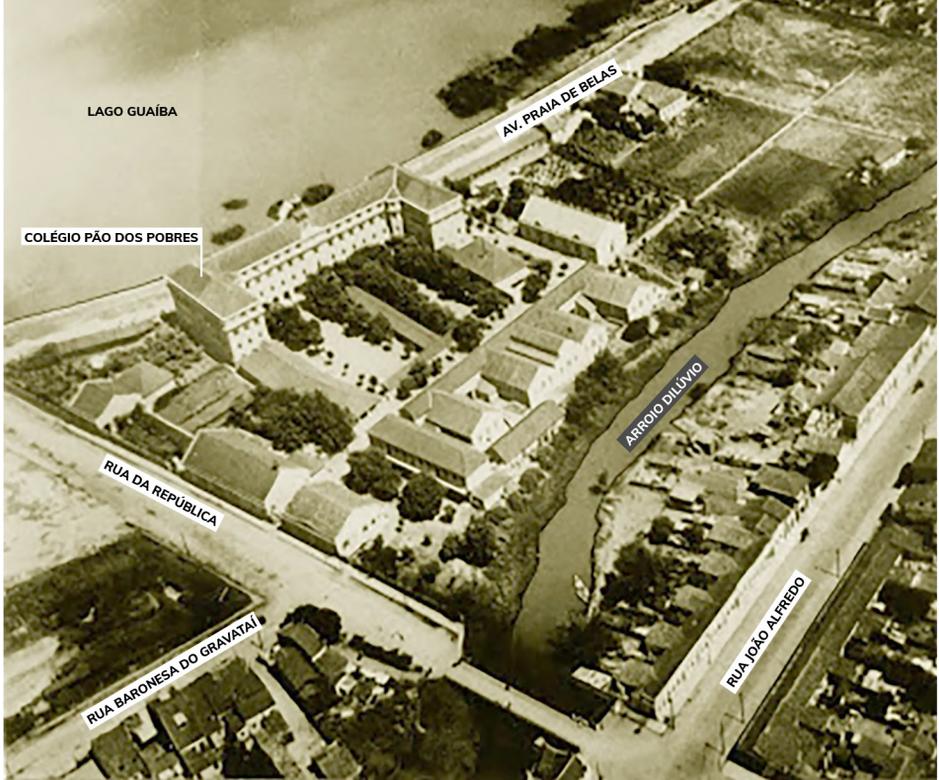


Figura 20: Arroio Dilúvio paralelo a antiga Rua da Margem (atual R. João Alfredo), Porto Alegre / RS - entre as décadas de 1920 e 1940.

Fonte: Acervo Fototeca Sioma Breitman - Museu Joaquim José Felizardo.

Marcação da autora sobre imagem original.

sul do Centro, onde estavam localizados o Areal da Baronesa e a Ilhota, era preciso encontrar uma solução para o Arroio Dilúvio e seus constantes alagamentos.

## **DESVIO DO CURSO E CANALIZAÇÃO DO ARROIO DILÚVIO**

O Arroio Dilúvio é um curso d'água que nasce nas proximidades do município de Viamão e cruza a cidade de Porto Alegre no sentido leste-oeste até desaguar no Guaíba. No seu trecho final, depois de encontrar com o Arroio Cascatinha (na altura da atual Av. Érico Veríssimo), o Arroio

## MAPA DO ARROIO DILÚVIO PORTO ALEGRE / RS - 1916



### LEGENDA

-  LAGO GUAÍBA
-  ARROIO DILÚVIO
-  ARROIO CASCATINHA
-  ILHOTA

- 1** PONTE DO MENINO DEUS
- 2** FUNDOS RUA DA MARGEM
- 3** PONTE DA RUA REPÚBLICA
- 4** PONTE DE PEDRA

Figura 21: Mapa do Arroio Dilúvio: trecho final e arredores, Porto Alegre / RS – 1916. Sem escala. Elaboração: Daniele Machado Vieira. Edição: Lara Ferreira, 2021. Mapa base: Mapa de Porto Alegre de 1916 (IHGRGS, 2005).

Dilúvio circundava a Ilhota e adentrava o bairro Cidade Baixa. Seguia paralelo a Rua da Margem (atual Rua João Alfredo), passando pela Ponte de Pedra, para desaguar no Guaíba, conforme pode ser observado no Mapa de 1916 (figura 21). Ao longo de seu curso, o Arroio Dilúvio possuía várias nomenclaturas, sendo chamado de Riacho ou Riachinho no trecho final.

A figura 20 retrata o Arroio Dilúvio no seu trecho final, já dentro do bairro Cidade Baixa, passando pelos fundos do Colégio Pão dos Pobres, pouco antes de chegar a Ponte de Pedra. Note-se que ele cruza a Rua da República e segue paralelo a Rua João Alfredo, que antigamente



Figura 22: Arroio Dilúvio nos fundos da Rua João Alfredo, Porto Alegre / RS - década de 1930.  
 Fonte: Acervo Fototeca Sioma Breitman - Museu Joaquim José Felizardo.

chamava-se Rua da Margem por margear o Riacho. A Rua Baronesa do Gravataí está à esquerda do Arroio Dilúvio, pois este curso d'água separava o Areal da Baronesa do bairro Cidade Baixa. A figura 20 está demarcada no Mapa do Arroio Dilúvio (figura 21) entre os pontos 3 e 4, tendo como marcadores a Ponte da Rua da República (ponto 3) e o Colégio Pão dos Pobres.

Outros dois pontos do trecho final do Riachinho, como era carinhosamente chamado pelos moradores das suas margens, são retratados nas figuras 22 e 23. A figura 22 refere-se ao Riacho passando pelos fundos das casas da Rua João Alfredo, marcado pelo ponto 2 no mapa (figura 21). A figura 23 retrata o Riachinho nos seus últimos metros,



Figura 23: Arroio Dilúvio nas proximidades da Ponte de Pedra, Porto Alegre / RS - primeiras décadas séc. XX.

Fonte: Acervo Fototeca Sioma Breitman - Museu Joaquim José Felizardo.

nas proximidades da Ponte de Pedra (ponto 4, figura 21), pouco antes de desaguar no Guaíba.

Apesar da paisagem bucólica do Riacho, os alagamentos causados pelos seus transbordamentos castigavam os moradores das áreas no entorno. O Areal da Baronesa e a Ilhota eram algumas das áreas que sofriam constantes alagamentos.

A preocupação com as cheias do Riacho remonta ao século XIX quando sucessivas enchentes castigaram a cidade. Mas a primeira tentativa de contenção das águas do Riacho ocorreu apenas no início do século XX, com o fechamento do meandro que deu origem a Ilhota em 1905. O Plano Geral de Melhoramentos (1914) foi o primeiro a apresentar uma proposta para a canalização do Riacho. A ele sucederam-se diversos outros projetos com alternativas para este curso d'água: Schneider (1925),



Figura 24: Canalização do Arroio Dilúvio – trecho inicial na Av. João Pessoa, Porto Alegre / RS - meados década de 1940.

Fonte: Acervo Fototeca Sioma Breitman - Museu Joaquim José Felizardo.

Marcação da autora sobre imagem original.

Carlos Medáglia (1930) e Ary de Abreu Lima (1935), mas nenhum deles saiu do papel (BURIN, 2008, pp. 143-144).

As obras de retificação do curso e canalização do Arroio Dilúvio só vão ser iniciadas após a grande enchente de 1941, na administração de José Loureiro da Silva (1937-1943), sob a coordenação do arquiteto Gladosch (BURIN, 2008, pp. 87-89). Esta enchente assolou a cidade, apressando o início das obras.

O desvio do curso e a canalização do Arroio Dilúvio alterou o traçado de seu curso original (figura 21), que deixa de ser meândrico e passa a ser retilíneo, tendo seu trecho final desviado de dentro da Cidade Baixa

para correr paralelo a atual Av. Ipiranga (figura 24). Iniciado em 1941, o longo processo de retificação do curso e canalização do Arroio Dilúvio estendeu-se por quase 4 décadas, passando por várias administrações. Só na década de 1980 é que a canalização do arroio chega a Av. Antônio de Carvalho, seu trecho final.

A extensa obra de canalização do Arroio Dilúvio foi sendo realizada por trechos (BURIN, 2008, pp. 13-14). O primeiro trecho foi executado entre 1941 e 1943, iniciando nas proximidades da Av. João Pessoa e seguindo em direção à foz, no Guaíba. Na figura 24 é possível observar o ponto inicial da canalização, indicado pelo pontilhado branco, assim como o trecho já canalizado entre a Av. João Pessoa e a Av. Praia de Belas. O restante da obra se arrastou pelos próximos 40 anos. Da Av. João Pessoa para leste, a obra foi realizada no sentido contrário, em direção à nascente do Arroio Dilúvio. O segundo trecho, entre a Rua Santana e a Av. Cristiano Fischer foi o mais demorado, durando 3 décadas (1943-1974). O terceiro e último trecho, até a Av. Antônio de Carvalho só ficou pronto nos anos 1980.

O aterramento do antigo leito ocorreu concomitante à canalização. A obra de canalização do Arroio Dilúvio foi sendo realizada sem que se levasse em conta o tratamento urbanístico dos locais impactados (BURIN, 2008, p. 15). Os territórios da Ilhota e do Areal da Baronesa (contíguos à Cidade Baixa), localizados no trecho final do riacho, foram profundamente impactados pela retificação do curso do Arroio Dilúvio, visto que a partir disso este espaço estava apto a ser urbanizado, implicando a valorização dos terrenos e o conseqüente encarecimento do valor dos aluguéis. Contudo, a falta de recursos do poder público, aliada a troca de gestões municipais fez com que esta região começasse a ser urbanizada só na década de 1970, embora a canalização neste trecho tivesse sido concluída há quase trinta anos, ainda nos anos 1940.

Paradoxalmente, o processo que saneou as áreas do Areal da Baronesa e da Ilhota para realizar o tratamento urbanístico e incorporá-las ao tecido urbano, foi o mesmo que removeu os antigos moradores, que tanto sofreram com a falta de urbanização e com os constantes transbordamentos do Arroio Dilúvio. No final da década de 1960, os moradores da Ilhota, a ilha circundada pelo Riacho (figura 21), foram removidos para outra região talvez mais carente de infraestrutura: o bairro Restinga, localizado a 20km dali (GAMALHO, 2009).

### **ATERRO DA PRAIA DE BELAS**

Até a década de 1950, a Av. Praia de Belas era o limite oeste da cidade (figuras 21 e 25). Nesta época, esta parte da orla do Guaíba começa a ser aterrada. Este segmento do litoral do Guaíba (figura 21), que iniciava na desembocadura do Riacho (nas proximidades da atual Ponte de Pedra) em direção ao sul, foi chamado desde o princípio por Praia de Belas ou Caminho de Belas (FRANCO, 2006, p. 328). Uma peculiaridade da antiga orla da Praia de Belas eram os salso-chorões nela existente, que conferiam a este espaço um tom bucólico e que permeiam a memória daqueles que, quando crianças, dependuravam-se nos chorões para lançarem-se ao Guaíba.

Idealizado da década de 1930, mas efetivado somente entre os anos 1950 e 1970, o aterro da Praia de Belas foi concebido para implantação de um bairro residencial modernista (BOHRER, 2001, pp. 1, 6). A autora expõe que o processo de concepção e implantação do aterro foi acompanhado por contradições e indefinições, tanto que pensado para alocar um bairro residencial, hoje é ocupado majoritariamente por prédios públicos (idem, p. 67). O aterramento provocou um afastamento da população do convívio da orla. Como consequência do aterro, a Av.

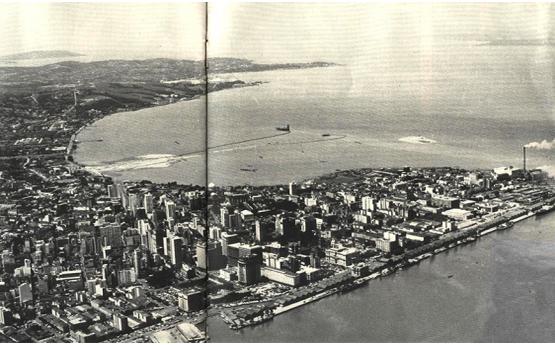


Figura 25: Enseada da Praia de Belas antes do aterro, Porto Alegre / RS - década de 1940/50.

Fonte: Prati Fotos Antigas.



Figura 26: Enseada da Praia de Belas depois do aterro, Porto Alegre / RS - década de 1950/60.

Fonte: Prati Fotos Antigas.

Praia de Belas ficou afastada do Lago Guaíba, perdendo completamente suas características originais (FRANCO, 2006, p. 329).

Até o início do aterro, em 1956, diversos projetos foram pensados para a orla da Praia de Belas. A breve cronologia a seguir é apresentada com base em Bohrer (2001, p. 211). O Plano Geral de Melhoramentos de 1914 previa uma área de ajardinamento ao longo de uma faixa da orla. Em 1936, um grande aterro, contando com uma zona residencial, é proposto por Edvaldo Pereira Paiva e Ubatuba de Farias. O projeto que dará início à transformação da orla da Praia de Belas é aprovado em 1955, sob o título de “Projeto Definitivo para a urbanização da Praia de Belas” (Lei nº 1487/55). Porém, este ainda não será o plano definitivo, visto que nas décadas seguintes sofrerá mudanças. No ano seguinte, em 1956, são iniciadas as obras do grande aterro (figura 27) que acabaria com a enseada da Praia de Belas (figura 25). O projeto aprovado em 1955 é implantado apenas parcialmente, pois em 1961 o Novo Projeto da Praia de Belas (Lei nº 2330/61) reduz o tamanho e modifica a forma do aterro (BOHRER, 2001, p. 101).



Figura 27: Aterro da Praia de Belas, Porto Alegre / RS - 1959.

Fonte: Stumvoll, Menezes (2007, p. 17).

Em 1963 é determinada a criação de um Parque Público, que passa a se chamar Marinha do Brasil em 1967. Em 1970, a Lei nº 3414 revoga as leis anteriores determinando que a parte remanescente do aterro só poderia ser utilizada para a implantação do Centro Esportivo Internacional ou de parques urbanos (BOHRER, 2001, p. 103).

O desvio do curso do Arroio Dilúvio e o aterro da Praia de Belas foram duas grandes obras de remodelação do espaço urbano, que causaram profundas transformações no espaço físico e social, alterando inclusive o



**LEGENDA**

■ ■ ■ LIMITE OESTE DA CIDADE ANTES DO ATERRO

1 ATERRO DA PRAIA DE BELAS

2 AV. BORGES DE MEDEIROS

3 AV. PRAIA DE BELAS

4 COLÉGIO PÃO DOS POBRES

5 RUA BARONESA DO GRAVATAÍ

6 RUA DA REPÚBLICA

7 RUA JOÃO ALFREDO

8 PONTE DE PEDRA

9 RUA WASHINGTON LUIZ

10 RUA CEL. FERNANDO MACHADO

11 GASÔMETRO

**Figura 28: Aterro da orla da Praia de Belas e arredores, Porto Alegre / RS - 1959.**

Fonte: Acervo José Abraham. Prati Fotos Antigas. Marcação da autora sobre imagem original.

mapa da cidade. O Riacho não passa mais por dentro da Cidade Baixa, não circunda mais a Ilhota; o traçado dela desaparece. Com o aterro da Praia de Belas, a cidade se alarga sobre o Guaíba, ganhando muitas quadras a oeste.

A Ponte de Pedra, antigo ponto de desagüe do Riacho, perde a sua função. O Riacho não desagua mais ali, a cidade avança sobre ela. Hoje, a Ponte de Pedra (ponto 8, figura 28) é apenas um monumento, marco

de uma outra geografia, de um outro tempo, em meio à paisagem da cidade transformada.

O aterro da orla da Av. Praia de Belas (pontos 1 e 3, figura 28) ampliou o limite da cidade a oeste, possibilitando o prolongamento da Av. Borges de Medeiros (ponto 2, figura 28) e a expansão da cidade em direção a zona sul. Contudo, afastou as margens do Guaíba do Areal da Baronesa (pontos 3 e 5, figura 28), alterando não só as características físicas mas também sociais daquele espaço, que passa a ser cercado por grandes avenidas (Av. Ipiranga ao sul, Av. Borges de Medeiros a oeste, Av. Érico Veríssimo a leste), além de ter sua área (e sua rede de relações) cortada pela Av. Aureliano de Figueiredo Pinto.

capítulo 3

# o Porto Alegre negro<sup>1</sup>

territórios e territorialidades  
(1800 – 1970)

- 
1. As expressões “Porto Alegre Negro” e “a cidade negra” foram pegos emprestados da Prof. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2010) e da historiadora Helga Piccolo (1991), respectivamente.



A presença negra é conhecida em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, desde a fundação da cidade, na segunda metade dos 1700. Durante o século XIX a população negra concentrava-se no Centro, núcleo urbano principal à época, e no seu entorno imediato. Livres ou ainda escravizados, mulheres e homens negros já tinham grande importância na vida urbana, seja pelas diversas atividades desempenhadas ou pela expressiva densidade populacional.

Na virada do século XIX para o XX, o grupo negro passa a se localizar no entorno do Centro e nos seus prolongamentos, dando origem a áreas que ficaram conhecidas como territórios negros: o Areal da Baronesa, a Ilhota, a Colônia Africana e a Bacia do Mont’Serrat. Os territórios negros são espaços de concentração de famílias negras residentes, que se caracterizaram também pelas sociabilidades e práticas culturais exercidas por este grupo.

Buscou-se localizar no espaço e no tempo, datando e espacializando, mesmo que aproximadamente, os espaços conhecidos na cidade de Porto Alegre como antigos territórios negros. Priorizando o viés do protagonismo e agenciamento negro, serão trazidas à tona as territorialidades e as práticas culturais existentes nestes espaços, que acabaram por conformar territórios negros tanto no plano material quanto na dimensão simbólica.

Para compreender os espaços dos antigos territórios negros é preciso recuar a um outro momento do espaço urbano, voltar à Porto Alegre do século XIX existente antes das grandes transformações ocorridas entre as décadas de 1920-50, reconstituída no capítulo 2. Uma Porto Alegre do passado, com um espaço geográfico diferente do atual, com o Centro sem aterros, a cidade acabando na Av. Praia de Belas e o Arroio Dilúvio passando por dentro da Cidade Baixa e desaguando na Ponte de Pedra. É preciso imaginar outra geografia, outra forma de cidade.

## **A CIDADE NEGRA TERRITORIALIDADES NEGRAS NA CIDADE COLONIAL (1800-1900)**

Ao longo do século XIX, a presença negra é identificada em diversas faces da vida urbana. Nesta época a população negra estava concentrada no espaço central ou nas suas bordas, como a Rua Avaí (limite com a Cidade Baixa). As territorialidades negras caracterizam-se pelas negras minas quitandeiras, pelos ervateiros, pelos diversos batuques, pela Irmandade do Rosário e suas atividades ligadas ao catolicismo, pelos trabalhadores que exerciam ofícios diversos, essenciais ao funcionamento da cidade. Conformavam, desse modo, territorialidades funcionais e religiosas, demarcadas no Mapa das Territorialidades Negras, Porto Alegre/RS – século XIX (figura 34).

Os levantamentos populacionais revelam que em 1780 os pretos compunham cerca de 1/3 da população (PICCOLO, 1991, p. 41). Esse número cresce e em 1814 quase metade dos habitantes da cidade eram negros: do total de 6111 habitantes 2900 pessoas eram negras, sendo 588 livres (20%) e 2312 escravizadas (80%) (idem). Em 1858, o grupo negro representa 30% do conjunto da população, ou seja, para cada dois brancos havia um negro.

A historiadora Helga Piccolo ressalta que a presença negra era relevante não somente em densidade populacional, mas também pelas funções desempenhadas “na cidade que necessita, para seu desenvolvimento e para seu cotidiano, de mão-de-obra” (1991, p. 42). É ilustrativa a variada gama de ofícios desenvolvidos pela população negra encontrados pela autora nos anúncios de jornais referentes ao período de 1847-1864:

São oferecidos para a venda ou para o aluguel: carpinteiros, marinhoiro/remadores, calafetes, campeiros, alfaiates, serventes, pedreiros, quitandeiras (os), charqueadores, domadores, sapateiros, chacareiros, pintores, roceiros, padeiros, marceneiros, corrieiros, amas de leite, domésticas (os), babás, falquejadores, barbeiros, seleiros, ouvires, bolieiros, oleiros, costureiras, cozinheiras (os), carroceiros, ferreiros, litógrafos, serradores, capatazes (PICCOLO, 1991, p. 42).

Atuando nos mais diversos ofícios, desde serviços domésticos e braçais à ofícios especializados, como alfaiates e marceneiros, esses homens e essas mulheres – livres ou escravizados – eram trabalhadores negros. Sendo possível encontrá-los nos mais diversos espaços de trabalho: mercados, ruas, armazéns e embarcações do porto, residências, barbearias, ateliês de costuras, lojas de artigos diversos.

## MERCADOS

### LARGO DA QUITANDA E PRAÇA PARAÍSO

A menção aos negros como comerciantes de alimentos é bastante frequente. Entre 1820 e 1821, quando vem ao Rio Grande do Sul, o viajante e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire descreve a Rua da Praia como a única via comercial da cidade, com grande circulação de pessoas, lojas bem instaladas e sortidas (1939, p. 74). Ali estava localizado o primeiro mercado da cidade, conhecido como Largo da Quitanda (figura 34) devido ao comércio de gêneros alimentícios diversos. Localizado na atual Praça da Alfândega, este antigo mercado era o que hoje concebemos como feira: um espaço de comércio ao ar livre, composto por barracas e vendedores ambulantes. Saint-Hilaire retrata o Largo da Quitanda:

**É na Rua da Praia, próximo ao cais, que fica o mercado.** Nele vendem-se laranjas, amendoim, carne seca, molhos de lenha e de hortaliças, principalmente couve. **Como no Rio de Janeiro, os vendedores são negros.** Muitos comerciavam acocorados junto à mercadoria à venda, outros possuem barracas, dispostas desordenadamente no pátio do mercado (SAINT-HILAIRE, 1939, p. 79, **grifo meu**).

Só nos anos 1840 é que foi construído um prédio para abrigar o mercado, bem próximo do atual Mercado Público que é de 1869. Este primeiro mercado edificado ficava localizado na Praça Paraíso (atual Praça XV de Novembro), quase defronte onde hoje é o Chalé da Praça XV. O cronista Achylles Porto Alegre localiza o Mercado da Praça Paraíso: “[...] 1841-1842, erguia-se na então Praça do Paraíso, quase na esquina da Rua de Bragança, fronteiro ao Beco do Rosário, o nosso primeiro mercado público – construído por uma associação” (1994, p. 28). A Rua de Bragança é a atual Rua Marechal Floriano Peixoto e o antigo Beco do Rosário é hoje a Av. Otávio Rocha.

O atual Mercado Público só vai ser construído entre 1864 e 1869 (FRANCO, 2006, pp. 269-270), tornando-se uma referência para as religiões de matriz africana devido ao assentamento do orixá Bará em seu centro. Localizado na encruzilhada (no cruzamento) dos dois corredores centrais (dispostos em forma de cruz) e cercado por bancas de diferentes tipos de alimentos, o Bará demarca (física e simbolicamente) as suas principais características: a fartura e a abertura de caminhos. A fartura está presente nas bancas de alimentos e a abertura de caminhos é porque estando numa encruzilhada não há caminhos fechados, partindo do Bará saída para as 4 portas principais: na atualidade, o Largo Glênio Peres (a sul), Av. Júlio de Castilhos (a norte), Terminal de ônibus da Praça Parobé (a leste) e Av. Borges de Medeiros (a oeste).

Achylles relata a presença de quitadeiras negras, as “pretas minas”<sup>2</sup>, comercializando uma variada gama de gêneros alimentícios: frutas, doces, canjica, mocotó, verduras, amendoim torrado, pés de moleque, farinha de cachorro (1994, p. 29). Este comércio era realizado em diversos pontos da cidade, indicando a forte presença negra feminina no setor alimentício. Essas mulheres, certamente exímias quituteiras, ofertavam sua mercadoria no mercado, em frente as suas residências, na porta das tabernas ou pelas ruas, de casa em casa, abastecendo a cidade, como descreve o autor:

Hoje já não se encontram em nossas ruas as “minas” ou os “minas”, estes interessantes tipos africanos, que na sua meia língua nos eram tão prestantes. [...]. Entregavam-se então a sua quitanda, e **atravessavam as ruas da cidade**, com colares e pulseiras de miçanga, e **tabuleiros rasos de frutas** ou **caixas envidraçadas de doces à cabeça**. Algumas conduziam nessas ocasiões os filhos de peito esgarranchados nas ancas, onde os amarravam com faixas até as axilas. Outras iam aboletar-se com os seus tabuleiros **nas portas das tabernas** de esquina – onde, aos domingos, algumas se estabeleciam **com os seus caldeirões de canjica ou mocotó**, a vintém e a tostão o prato. Pela manhã iam sentar-se **no mercado**. Isto feito, como não havia naquele tempo, nas ruas, carroças de verduras, as “minas” é que **andavam de casa em casa fornecendo à freguesia**. Muitas, porém, não perambulavam. Expunham os seus tabuleiros às **portas das suas casas**, e ali faziam o seu negócio (PORTO ALEGRE, 1994, p. 100, **grifo meu**).

Assim como os vendedores (ou as vendedoras) do Largo da Quitanda registrados por Saint-Hilaire, as quitadeiras descritas por Achylles Porto Alegre também são negras. Isso leva-nos a inferir que o comércio de quitandas (gêneros alimentícios diversos) da Porto Alegre antiga era feito

2. O grupo mina fazia referência aos africanos oriundos da região da Costa da mina, que aqui foram englobados sob uma única etnia - os minas.



Figura 29: Quitadeiras negras, Porto Alegre / RS - 1901.

Fonte: Prati Fotos antigas.

majoritariamente por pessoas negras, principalmente pelas “negras minas quitadeiras”. Achylles reforça o significativo papel dessas mulheres no abastecimento da cidade, ao destacar que “as ‘minas’ é que andavam de casa em casa fornecendo à freguesia” visto que “não havia naquele tempo, nas ruas, carroças de verduras” (1994, p. 100). Constatamos então as quitadeiras negras (figura 29) como as responsáveis pelo comércio de alimentos na cidade.

O ganho obtido com a venda das quitandas parece ter sido um sólido suporte na renda das mulheres negras, inclusive contribuindo para a conquista da liberdade e para sua manutenção na vida pós-cativeiro. Num

processo de 1850 aparecem como partes dois negros forros: Manuel de Barros, oficial de barbeiro, de cor preta e Albina Vitória da Silva, também de pele escura. Albina tinha como fonte de renda suas quitandas, com as quais conseguia pagar o aluguel da casa onde morava e antes disso o mais importante: havia pago pela sua liberdade! (PICCOLO, 1991, p. 45).

Ainda faltavam 38 anos para o fim da escravidão e tanto Manuel quanto Albina já eram negros libertos (forros), confirmando a ideia de que uma crescente parcela da população negra foi conquistando a sua liberdade ao longo do século XIX. Mas Albina não foi uma exceção ao pagar a sua alforria. Das 3427 cartas de alforrias identificadas pelo historiador Paulo Staudt Moreira, 41% foram de pessoas negras que pagaram pela sua liberdade, comprando-a de seu senhor (2003, p. 258). A formação de pecúlio – poupança – através de suas economias era uma das principais formas utilizadas pelos escravizados para a conquista da liberdade. Assim, com o dinheiro fruto do seu trabalho, economizado tostão por tostão, libertaram a si, seus filhos, seus cônjuges. Em meio a escravidão, as pessoas negras também formavam famílias, com direito a batismo na Igreja do Rosário, a igreja dos pretos.

## **IRMANDADE DO ROSÁRIO RELIGIOSIDADES NEGRAS**

Têm-se registros da existência de batuques já nas primeiras décadas de 1800. Em 1829 um ofício da Câmara Municipal solicita providências para que cessem os “ajuntamentos de negros em candomblé com vozeiros, alaridos e obscenidades” (PICCOLO, 1991, p. 43). Na mesma época e com fortes ligações com os batuques, existiu aquela que podemos considerar a mais antiga instituição negra da cidade de Porto Alegre: a Irmandade do Rosário.



Figura 30: Realeza Negra da Irmandade do Rosário, Porto Alegre / RS - 1828.

Fonte: Acervo de Jean-Baptiste Debret. Disponível: <https://docs.ufpr.br/~lgeraldo/upoimagens3.html>

Ainda em 1786 – cem anos antes da Abolição da Escravidão – um grupo de 220 pessoas negras, livres e escravizadas, fundava a Irmandade do Rosário, confraria negra de devoção católica (MÜLLER, 2013). Homens e mulheres, os irmãos do Rosário souberam fazer uso do espaço burocrático da Igreja católica para se articular em prol dos seus interesses, entre eles a elevação das condições de vida dos homens de cor (idem).

Localizada inicialmente dentro da Igreja Nossa Senhora da Madre de Deus (hoje a Catedral Metropolitana), em 1818 a Irmandade do Rosário inicia a construção da sua própria Igreja, para que pudesse ter mais liberdade nas suas ações. A prática das tradições de origem africana, como danças e cantos, pelos membros da Irmandade do Rosário, não era vista com bons olhos pelos mais conservadores. A realização dos quicumbis teria sido um dos motivos da saída da Irmandade do Rosário da Igreja da Madre de Deus (CORUJA, 1983, p. 27).

As congadas, quicumbis ou maçambiques são rituais religiosos afro-católicos que congregam dança, música e percussão com elementos de matriz africana. Realizados na forma de cortejo, trazem antigos reis africanos como reis do grupo: a Rainha Ginga (Nzinga) e o Rei Congo. Coruja descreve um quicumbi da Irmandade do Rosário, possivelmente nas primeiras décadas do século XIX:

Nesse candombe [da Mãe Rita] também se ensaiavam os cocumbis que pelo Natal nas festas da Senhora do Rosário, **levando à frente o Rei e a Rainha vestidos a caráter**, com a juíza do ramallete e a competente aristocracia negra, **iam dançar ou antes sapatear no corpo da igreja com guizos nos tornozelos**, enquanto dali não os expulsou o falecido vigário José Inácio dos Santos Pereira, padrinho do nosso conhecido vigário José Inácio, de saudosa memória.

Esta expulsão ou proibição deu causa a que o tesoureiro da irmandade Francisco José Furtado promovesse a ereção da atual Igreja do Rosário, mas quando anos depois se concluíra, já não dançavam aí mais os pretinhos; porque os tempos já eram outros, e só em Viamão se via um arremedo de cacumbis, em que o rei e a rainha se caracterizavam com as colchas das sinhás-moças (CORUJA, 1983, p. 27, **grifo meu**).

Em 1828, ano de inauguração da própria igreja, a Irmandade do Rosário é retratada por Jean-Baptiste Debret (pintor oficial da corte portuguesa), durante uma coleta de esmolas (fundos) para a manutenção da igreja (figura 30). Os membros da irmandade estão caracterizados como uma realeza negra, “com o rei e a rainha vestidos a caráter”, tal como descrito por Coruja, indicando tratar-se de um quicumbi nas comemorações de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros.

Não sabemos quando os quicumbis do Rosário deixaram de existir, mas sabemos que outros mantiveram-se. Quase dois séculos após, ainda é possível assistir as congadas do grupo Maçambique de Osório que,



Figura 31: Antiga Igreja do Rosário, Porto Alegre / RS - 1828 a 1950.

Fonte: Prati Fotos antigas.

levando a frente a Rainha Ginga e o Rei Congo e suas varas de dançantes com guizos nos tornozelos (as maçaaias), vão dançando e cantando “o tambor tá batendo, tá repinicando. É o Maçambique, senhor, que o tambor tá chamando...” (BITTENCOURT JUNIOR, 2006). Existente no município de Osório, no litoral do Rio Grande do Sul, o Maçambique conseguiu chegar a contemporaneidade, realizando anualmente as congadas em louvor a Nossa Senhora do Rosário.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário (figura 31), gerida pela Irmandade do Rosário, ficava localizada na Rua do Rosário (atual Rua

Vigário José Inácio), assim denominada em função da Igreja. Inaugurado em 1828, esse templo negro-católico durou até a década de 1950, quando foi demolido para a construção do prédio atual, que permanece sendo Igreja do Rosário, mas não mais gerido pela Irmandade do Rosário, que perdeu força na virada do século XX.

## A RUA DO ARVOREDO MORADIAS

No espaço central, a Rua do Rosário e a Rua do Arvoredo (atual Rua Cel. Fernando Machado) são locais constantemente referidos como de moradia da população pobre e negra (figura 34). Repleta de árvores, a Rua do Arvoredo era composta de casas simples.

[...] entre as casas de capim, distinguia-se pela sua humildade a em que morava o preto velho José Cabelos, andador da irmandade do Rosário, que nos dias festivos se apresentava de casaca, colete bordado, calções, meias e botas [...] (CORUJA, 1983, pp. 101-102).

Maria José, mulher negra, liberta, Rainha Ginga da Irmandade do Rosário na década de 1850, também se declarava moradora da Rua do Arvoredo. Entre os anos de 1850 e 1856, a referida senhora enviou, anualmente, requerimentos às autoridades policiais solicitando licença para os negros “brincarem” – realizarem seus batuques – nos Domingos e Dias Santos (DIAS, 2008, p. 30).

No primeiro requerimento, em fevereiro de 1850, ela solicita que os negros possam “brincar” na Rua de Santa Catarina (atual Rua Dr. Flores), localizada nos fundos da Igreja do Rosário. Alegava que estes “inocentes passatempos” eram costumes feitos há tempo e serviam para

recolherem esmolas para suas festas e enterros. Vejamos a íntegra do requerimento de Maria José:

Ilmo. Sr. Dr. Chefe de Polícia

**Diz Maria José, preta forra, moradora na Rua do Arvoredo, casa nº 64**, que tendo obtido licença do respectivo Sr. Subdelegado de Polícia, como mostra com o inconcluso documento, para que **os pretos** de nação Angola e os das outras nações **pudessem brincar nos Domingos e Dias Santos** de Guarda, como tem sido sempre de estilo, resultando desses **inocentes passatempos, a vantagem de recolherem esmolas para as suas festas, enterros e socorros mútuos em casos de enfermidades**, e que tudo é muito público e notório. Acontece que neste corrente ano de 1850 ainda não puderam brincar, por esse motivo que a suplicante por si e pelas mais pessoas que concorrem e tomam parte nesses brinquedos, vem pedir à V<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. se sirva conceder-lhes **licença para que** nos Domingos e Dias de Santa Guarda **possam brincar na Rua de Santa Catarina, na casa nº 32**, precedendo conhecimento das respectivas autoridades policiais do Distrito, assegurando a suplicante a V<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. serem tais brinquedos inocentes ao modo por que o fazem cada uma das Nações e de não haverem desordens.

Portanto,

Pede a V<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. se sirva assim deferir

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 1850 (DIAS, 2008, p. 30, **grifo meu**).

A solicitação de autorização de forma resignada, argumentando que estes eram “brinquedos”, “inocentes passatempos” que serviam para “recolherem esmolas para as suas festas, enterros e socorros mútuos”, configura uma estratégia não territorial para o exercício de uma prática territorial, no caso, a prática do quicumbi. Demonstra que os

negros foram construindo suas estratégias nos interstícios e que sabiam muito bem a hora do enfrentamento, como partir para construção da sua própria igreja para terem mais liberdade no exercício das suas ações e práticas culturais. Como sabiam também os momentos do não em-bate para atingirem objetivos maiores, como a licença para a realização dos quicumbis.

Na licença concedida em abril de 1850, a autoridade policial explicita a Várzea como local frequentemente designado para a realização dos batuques e danças de negros, devido a sua localização fora dos limites urbanos. Assim despacha o subdelegado, com relação a solicitação de Maria José para o ano de 1850:

[...] nenhuma dúvida há em conceder a licença que ela requer [...] **se for na Várzea** ou na Rua da Olaria e outras iguais **fora do Centro da Cidade**, será melhor por causa das queixas que costumam fazer os vizinhos em virtude do barulho que fazem nos seus batuques (DIAS, 2008, p. 33, **grifo meu**).

Seu Sílvio Moreira Aquino, antigo morador do Areal da Baronesa, ratifica a territorialidade negra batuqueira na Rua do Arvoredo. Ele narra que no final do século XIX, era ali, na Rua do Arvoredo, que se localizava a terreira de Seu Virgílio, seu avô materno, que mais tarde passaria a residir no Areal da Baronesa. O terreno de Seu Virgílio no Areal da Baronesa permanece ocupado pelos seus descendentes.

A partir destas narrativas verificamos que os batuques inicialmente eram realizados nas residências, que tendiam estar localizadas em ruas não centrais do núcleo urbano (atual Centro), como a Rua do Rosário, a Rua de Santa Catarina e a Rua do Arvoredo (figura 34), sendo necessária licença da autoridade policial para a sua realização. Com o tempo, pelas reclamações de vizinhos, as autoridades policiais passam a ser mais

rigorosas com relação as licenças, designando a Várzea – localizada fora dos limites urbanos, mas no seu entorno imediato (figura 34) – como local apropriado a realização de batuques.

Em 1856, o batuque passa a ser proibido pelo Código de Posturas, inclusive em locais fora da cidade. O Art. 122 do capítulo 12º das novas disposições estabelece que “ficam proibidos os candomblés ou batuques, e danças de pretos na Várzea, chácaras ou outro lugar” (PICCOLO, 1991, p. 43). Apesar disso, os batuques não cessaram completamente, pois Achylles Porto Alegre narra a existência de batuques posteriores a essa data.

## BECO DO POÇO

O antigo Beco do Poço, transformado na atual Av. Borges de Medeiros nas décadas de 1920/30, era mais um dos redutos negros da Porto Alegre antiga. Achylles Porto Alegre faz menção a este espaço como um dos locais eleitos para a prática frequente do batuque.

**Havia pontos da cidade onde aos domingos o “batuque” era infalível. O Beco do Poço, o do Jacques e a Rua da Floresta** eram sítios de eleição para o “batuque”. Nos dias de “Folia”, já de longe se ouviam a melopeia monótona do canto africano e o som cavo de seu originalíssimo tambor (PORTO ALEGRE, 1994, p. 101, **grifo meu**).

Note-se que os demais locais apontados estão localizados nas “bordas” do espaço central, como o Beco do Jacques (atual Rua 24 de Maio), ou fora do perímetro central, como a Rua da Floresta (atual Av. Cristóvão Colombo). Crê-se que o batuque na Rua da Floresta poderia ser no local identificado por Coruja como Beco da Marcela, localizado no encontro

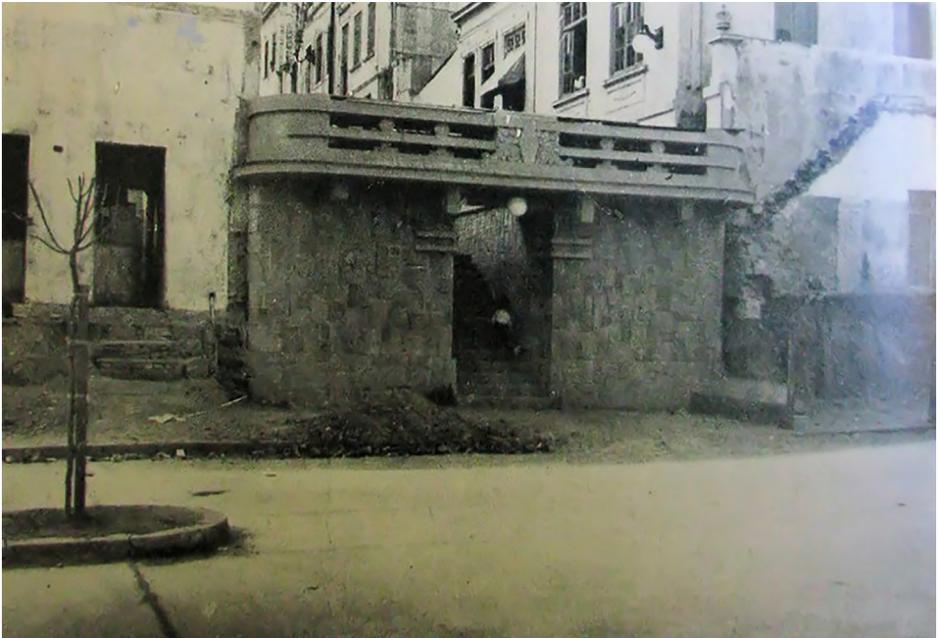


Figura 32: Beco do Jacques (final da atual escadaria da Rua 24 de Maio no encontro com a Av. Des. André da Rocha), Porto Alegre / RS - possivelmente década de 1940.

Fonte: Prati Fotos antigas.

da Av. Cristóvão Colombo (antiga Rua da Floresta) com a Rua Ramiro Barcelos (1983, p. 21).

Localizado no limite entre o Centro e Cidade Baixa, o Beco do Jacques (figura 32) iniciava na Rua Duque de Caxias descendo até a Rua Avaí (nas proximidades da Av. João Pessoa), onde se localizava o Candombe da Mãe Rita. A atual Rua 24 de Maio, antigo Beco do Jacques, tem uma curta extensão, podendo o batuque mencionado por Achylles Porto Alegre ser o Candombe da Mãe Rita ou uma sucessão deste batuque.



Figura 33: Mãe Rita, Porto Alegre / RS - século XIX.

Fonte: Coleção Virgílio Calegari. Acervo Fototeca Sioma Breitman - Museu Joaquim José Felizardo.

## BATUQUES NA VÁRZEA

Em meados do século XIX existiu um batuque intitulado Candombe<sup>3</sup> da Mãe Rita, realizado na Várzea, nas imediações da Cidade Baixa (figura 34).

- 
3. As expressões candombe, candomblé e batuque fazem referência aos cultos religiosos de matriz africana. No Rio Grande do Sul o termo mais utilizado é batuque, candombe é bastante utilizado no Uruguai e candomblé em outras partes do Brasil.

O Candombe da Mãe Rita era na Várzea defronte da casa e curral do antigo matadouro, mais ou menos no terreno então baldio e depois ocupado pelas casas do Firme e olaria do Juca [...].

Aí se reuniam nos domingos à tarde pretos de diversas nações, que com seus tambores, canzás, urucungus e marimbas, cantavam e dançavam esquecendo as mágoas da escravidão, sem que causassem maiores cuidados à polícia [...] (CORUJA, 1983, pp. 26-27).

Este batuque estaria localizado na atual Rua Avaí, próximo da Av. João Pessoa, no limite entre o Centro e o bairro Cidade Baixa. Achylles auxilia na localização, ratificando a existência de uma territorialidade negra batuqueira na Rua Avaí.

Avaí: foi o beco do Firme ou rua do Valo. Alguns escrevem Firme, mas é erro, porque recorda um nome – o de Antônio Francisco Firme. Tais terrenos, antes do arruamento e quando de todo abertos, serviam para a realização de festejos dos negros africanos, que ali realizavam seus ruidosos candomblés (PORTO ALEGRE, 1994, p. 16).

Não se sabe exatamente o período que Mãe Rita viveu em Porto Alegre, mas sabe-se que foi durante o século XIX, provavelmente das primeiras décadas ao fim do século. As poucas informações que se tem sobre esta mãe de santo são o relato de Coruja (referente a 1ª metade do século XIX) e o retrato de Mãe Rita (figura 33) feito pelo fotógrafo Virgílio Calegari, já no final do século.

Mãe Rita não era a única mulher negra a residir no entorno da Várzea. Coruja também faz menção a parteira negra Ana Maria de S. José que, por montar um presépio na época do Natal, era conhecida como Baiana do Presépio.

[...] do meio da Várzea para diante, caminho da Azenha, morava a Baiana do Presépio, que todos os anos pelo Natal abria ao público ilustrado e não ilustrado o seu Presépio da Baiana, muito freqüentado pelos janotas de todas as cores, sexos e condições. Ana Maria de S. José, que assim se chamava ela, ainda sustentou o seu presépio por algum tempo, enquanto se julgava herdeira presuntiva de Antônio Rego Chaves, dono da chácara; mas depois que por direito jurídico passou a herança a mãos poderosas, a pobre mulata velha passou a ser parteira, e assim morreu (CORUJA, 1983, pp. 18-19).

Além do Candombe da Mãe Rita, haviam outros batuques na Várzea. Entre as décadas de 1860/80 eram realizados batuques em frente a Capelinha do Bom Fim, no antigo Caminho do Meio (atual Av. Osvaldo Aranha), do lado oposto da Várzea (conforme pode ser visualizado na figura 34). Classificado como um dos mais populares, o batuque em frente a Capelinha do Bom Fim é descrito por Achylles Porto Alegre:

Havia também os “batuques” ao ar livre.

Nestes tomava parte quem queria, e creio que havia um “maioral” [...].

Um dos mais populares era o do Campo do Bom Fim, em frente à capelinha então em construção.

Cada domingo que Deus dava era certo um “batuque” ali, e o interessante é que muita gente se abalava da cidade para ir ver a dança dos negros (1994, p. 101).

É interessante observar que o autor localiza estes batuques no espaço (em frente a Capelinha do Bom Fim) e no tempo, quando aponta que a capelinha estava em construção. Esta capela teve sua pedra fundamental lançada em 1867, mas só foi concluída em 1883, indicando a época de realização dos batuques citados por Achylles. Isso aponta que os batuques na Várzea, realizados desde a primeira metade do século

XIX, prolongaram-se no tempo, aproximando-se do final do século. É relevante também o fato do autor pontuar que “muita gente se abalava da cidade” para assistir os batuques, ratificando a informação de que a Várzea era um espaço considerado fora dos limites urbanos, conforme pode ser observado no Mapa de 1868 (figura 34).

A cronologia dos batuques na Várzea, com Mãe Rita na primeira metade do século XIX, Maria José (Rainha Ginga da Irmandade do Rosário) na década de 1850 e os batuques em frente a Capelinha do Bom Fim entre as décadas de 1860-1880, evidenciam a existência de uma territorialidade negra batuqueira nesta área da cidade ao longo de todo século XIX. A histórica relação do grupo negro com este espaço da cidade é tão marcante que o nome pelo qual continua a ser popularmente chamado – Parque da Redenção ou simplesmente Redenção – advém desta relação e resiste ao tempo.

Em 1884, para comemorar a libertação (massiva, mas não total) dos escravizados em Porto Alegre, a Câmara Municipal decidiu alterar o nome do Campo do Bom Fim (antiga Várzea) para Campo da Redenção (MOREIRA, 2003, p. 173, 180; ZUBARAN, 2009, p. 3). A ata da “Sessão Extraordinária comemorativa da redempção dos escravos do município de Porto Alegre” realizada em 07/09/1884 na Câmara Municipal, registrou esse momento:

O sr presidente declarando que convocara a Câmara para comemorar a libertação dos escravos na cidade de Porto Alegre e seu município, propõe, para solenizar de uma maneira perdurável o fato grandioso e patriótico, que o Campo do Bom Fim passe a denominar-se “Campo da Redempção”. É unanimemente aprovada esta proposta (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 07/09/1884, p.2).

A partir daí a antiga Várzea, que já era conhecida pela frequente presença negra passou a ter seu nome, Campo da Redenção, vinculado

**MAPA DAS TERRITORIALIDADES NEGRAS  
PORTO ALEGRE / RS - SÉC. XIX**



**MERCADOS**

- 1 LARGO DA QUITANDA
- 2 PRAÇA PARAÍSO
- 3 MERCADO PÚBLICO

**RELIGIOSIDADES**

- 1 IGREJA DO ROSÁRIO
- 2 BATUQUES BECO DO POÇO
- 3 BATUQUES BECO DO JACQUES
- 4 CANDOMBE DA MÃE RITA
- 5 BATUQUES EM FRENTE À CAPELINHA DO BOM FIM

**VIAS DO CENTRO**

- A BECO DO POÇO
- B RUA DO ROSÁRIO
- C RUA DE SANTA CATARINA
- D RUA DO ARVOREDO

**"BORDAS" DO CENTRO**

- E BECO DO JACQUES
- F BECO DO FIRME
- G VÂRZEA

**LAGO GUAÍBA**

**ARROIO DILÚVIO**

**LIMITE DA CIDADE**

**PONTE DE PEDRA**

Figura 34: Mapa das Territorialidades Negras, Porto Alegre / RS - século XIX. Sem escala.

Elaboração: Daniele Machado Vieira. Edição: Lara Ferreira, 2021.

Mapa base: Mapa de Porto Alegre de 1868 (IHGRGS, 2005).

ao grupo negro. Embora a nomenclatura oficial do parque tenha sido alterada para Parque Farroupilha em 1935 (nas comemorações do centenário Farroupilha), este espaço continua sendo chamado de Redenção, rememorando a presença negra que ali conseguiu manter vivo seus batuques.

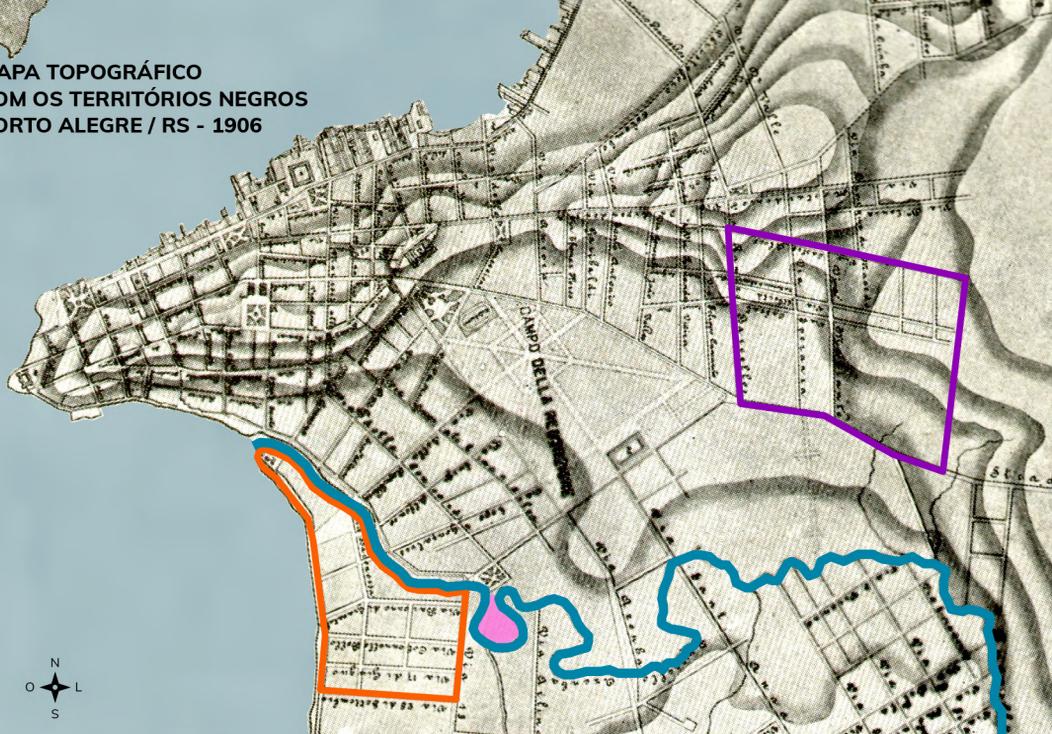
Diante destas constatações podemos afirmar que desde a época da fundação (1772) este era, e ainda é, um núcleo urbano no qual os negros não só trabalhavam, como desenvolviam, dentro dos limites impostos e de suas brechas, as suas práticas culturais, como o batuque e o quicum-bi. É nesse sentido que a historiadora Helga Piccolo reitera que Porto Alegre em meados do século XIX era “uma cidade onde havia não só espaço físico para pessoas negras, mas espaço para que estas pessoas de cor praticassem suas crenças, seus costumes que puderam, assim, preservar” (1991, p. 46). Tendo como base de pesquisa os relatórios de presidentes da província, jornais, correspondências da Câmara Municipal, processos-crime e documentação policial, a autora destaca que “a documentação comprova farta e até minuciosamente” essa presença negra (idem).

## **TERRITÓRIOS NEGROS NO PÓS-ABOLIÇÃO (1888 - 1970)**

Entre o final do século XIX e o início do século XX, formaram-se na cidade de Porto Alegre espaços caracterizados pela concentração de famílias negras residentes, conhecidos como territórios negros. Localizados no entorno do espaço central e nos seus prolongamentos, estes territórios desenvolveram-se a partir de dois eixos de expansão do Centro: o eixo sul e o eixo leste.

O eixo sul era uma área baixa, parte da planície de alagamento do Arroio Dilúvio. Nele localizavam-se o Areal da Baronesa e a Ilhota, que sofriam constantemente com as cheias do Arroio Dilúvio. O eixo leste tinha uma topografia íngreme, sobre a qual se desenvolveram a Colônia Africana e, posteriormente, a Bacia do Mont’Serrat, conforme pode ser observado no Mapa Topográfico de 1906 (figura 35).

**MAPA TOPOGRÁFICO  
COM OS TERRITÓRIOS NEGROS  
PORTO ALEGRE / RS - 1906**



**TERRITÓRIOS NEGROS**

ILHOTA

AREAL DA BARONESA

COLÔNIA AFRICANA

LAGO GUAÍBA

ARROIO DILÚVIO

Figura 35: Mapa topográfico com os territórios negros, Porto Alegre / RS - 1906. Sem escala.

Elaboração: Daniele Machado Vieira. Edição: Lara Ferreira, 2021.

Mapa base: Mapa Topográfico de Porto Alegre de 1906 (IHGRGS, 2005).

## O AREAL DA BARONESA

O Areal da Baronesa era uma “nesga de terra arenosa” (SANHUDO, 1961, p. 186) delimitada pelo Guaíba (a oeste) e margeado pelo Riachinho (trecho final do Arroio Dilúvio) a leste. O Areal compreendia, além da Praça Cônego Marcelino, as ruas Baronesa do Gravataí, Barão do Gravataí, Cel. André Belo, Miguel Teixeira e algumas transversais menores (FRANCO, 2006, p. 58). Tinha como limites a Av. Praia de Belas (a oeste), a Rua Treze de Maio (atual Av. Getúlio Vargas) e o Riachinho (a leste), a Rua Vinte e Oito de Setembro (ao sul) e a

## MAPA DO AREAL DA BARONESA PORTO ALEGRE / RS - 1906



### TERRITÓRIOS NEGROS

-  AREAL DA BARONESA
-  CENTRO
-  ILHOTA
-  COLÔNIA AFRICANA
-  LAGO GUAÍBA
-  ARROIO DILÚVIO

Figura 36: Mapa do Areal da Baronesa, Porto Alegre / RS - 1906. Sem escala.

Elaboração: Daniele Machado Vieira. Edição: Lara Ferreira, 2021.

Mapa base: Mapa de Porto Alegre de 1906 (IHGRGS, 2005).

Ponte de Pedra (ao norte) (figura 36). Na atualidade a área abarcada pelo outrora Areal da Baronesa faz parte dos bairros Cidade Baixa e Menino Deus.

Sua origem está relacionada ao loteamento da chácara de Maria Emília da Silva Pereira, a Baronesa do Gravataí, no ano de 1879 (MATTOS, 2000, p. 39). Atendendo ao pedido efetuado pela Baronesa, em fevereiro de 1879 a Câmara Municipal aprovou o parcelamento da chácara:

Presente o requerimento da Exma. Baronesa do Gravathay, apresentado um mapa de sua chácara à margem do Guaíba, dividida em terrenos urbanos, e oferecendo uma praça e novas ruas; resolve a Câmara aceitar este oferecimento, aprovando a aludida sem ônus algum para seus cofres (Ata da Câmara, 12/02/1879 *apud* MATTOS, 2000, p. 39).

A fama de benevolente adquirida pela Baronesa do Gravataí devido a libertação espontânea dos seus escravizados é contestada pela documentação mapeada pela historiadora Jane Rocha de Mattos (2000, p. 38). Tal documentação demonstra que os escravos da Baronesa compraram as suas alforrias, contrariando a libertação espontânea por parte da Baronesa.

Também é bastante divulgada a informação de que a Baronesa teria decidido parcelar e vender a chácara depois de um incêndio no seu palacete, uma suntuosa edificação localizada onde hoje fica a Fundação Pão dos Pobres (FRANCO, 2006, p. 58). Porém o incêndio do referido prédio é noticiado pelo Jornal “A Federação” apenas em 09/janeiro/1899, contradizendo o sinistro antes do parcelamento da área, além de que na época da notícia inclusive já faziam 11 anos do falecimento da Baronesa (MATTOS, 2000, p. 77).

Com o loteamento da chácara, a zona passou a ser conhecida como “Arraial da Baronesa”. Porém, a grande quantidade de areia existente na região acabou por consagrar o lugar como “Areal da Baronesa” (SANHUDO, 1961, p. 186). A presença abundante de areia vermelha na região é destacada pelos antigos moradores, em diversos momentos.

Seria um equívoco afirmar que a ocupação da região por pessoas negras está relacionada ao loteamento da chácara da Baronesa ou à libertação dos escravizados, ocorrida massivamente, mas não totalmente, em Porto Alegre no ano de 1884. A presença de moradores negros na área pode ser constatada já no ano de 1870, conforme apontado pelos processos crimes investigados por Mattos (2000, p. 41). O processo nº 1209, de agosto de 1870, relata a existência de diversos negros residentes na área: Luiza Helena Correia, lavadeira, livre; Maria Emília, costureira e Pedro Luiz França, homem negro em idade avançada.

Entre as testemunhas arroladas estava **Luiza Helena Correia, preta, 60 anos, livre e lavadeira**, natural do RJ/Corte, disse ter visto alguém em um cavalo branco agredir a

MAPA DO AREAL DA BARONESA  
PORTO ALEGRE / RS - 1881



TERRITÓRIOS NEGROS

AREAL DA BARONESA

LAGO GUAÍBA

ARROIO DILÚVIO

Figura 37: Mapa do Areal da Baronesa, Porto Alegre / RS - 1881. Sem escala.

Elaboração: Daniele Machado Vieira. Edição: Lara Ferreira, 2021.

Mapa base: Mapa de Porto Alegre de 1881 (IHGRGS, 2005).

vítima, mas não sabia quem era. A outra testemunha, **Maria Emília**, parda, 25 anos, costureira, solteira, que na hora do acontecido estava lavrando no “campo de Bellas”, e viu o réu espancando um “preto velho”, que era **Pedro Luiz França** (Processo nº 1209, Agosto de 1870, APERS *apud* MATTOS, 2000, p. 42, **grifo meu**).

Outro processo de 1877 tinha como réu, Lourenço, escravizado, 25 anos, que residia na casa de seu senhor na Av. Praia de Belas (MATTOS, 2000, p. 42). Tais fontes apontam que negros, tanto livres quanto

escravizados, já habitavam a região antes do parcelamento da área. Nos dois processos a Av. Praia de Belas é citada como endereço das partes envolvidas, provavelmente porque sendo ainda área de chácaras, o lado frontal ficava para a Av. Praia de Belas (figura 38).

O fato da área ter sido retratada em diversas crônicas, como nas de Achylles Porto Alegre, como abrigo para negros em fuga, também aponta que a presença negra na região antecede o loteamento da área e a Abolição da Escravidão (1888).

O Mapa de 1881 retrata pela primeira vez o espaço do Areal da Baronesa num mapa (figura 37). Até este momento os mapas da cidade englobavam somente o espaço central e seu entorno imediato, como a Cidade Baixa e a Várzea.

### **Rua 28 de Setembro: antiga Rua dos Pretos Forros**

A Rua 28 de Setembro, limite sul do Areal da Baronesa, compreendia parte do que hoje conhecemos como Av. Ipiranga. Mais precisamente, o trecho localizado entre a Av. Praia de Belas (limite oeste da cidade à época) e a Rua 13 de Maio (atual Av. Getúlio Vargas), conforme destacado no Mapa Toponímias da Emancipação Negra (figura 38). A data de 28 de setembro faz menção a Lei do Ventre Livre, instituída em 28 de setembro de 1871, que passou a declarar livres os filhos de mulher escravizada que nascessem a partir daquela data (BRASIL, 1871). É emblemático que o limite sul do Areal da Baronesa, território negro, fosse um logradouro cuja denominação fazia referência a um marco da emancipação da população negra.

A constatação da histórica presença negra neste espaço, através das toponímias (nomes dos lugares), se torna mais evidente se levarmos em conta que a denominação anterior da Rua 28 de Setembro era Rua dos Pretos Forros. O termo forro deriva de alforria, designando aqueles que

## MAPA TOPONÍMIAS DA EMANCIPAÇÃO NEGRA - AREAL DA BARONESA PORTO ALEGRE / RS - 1888

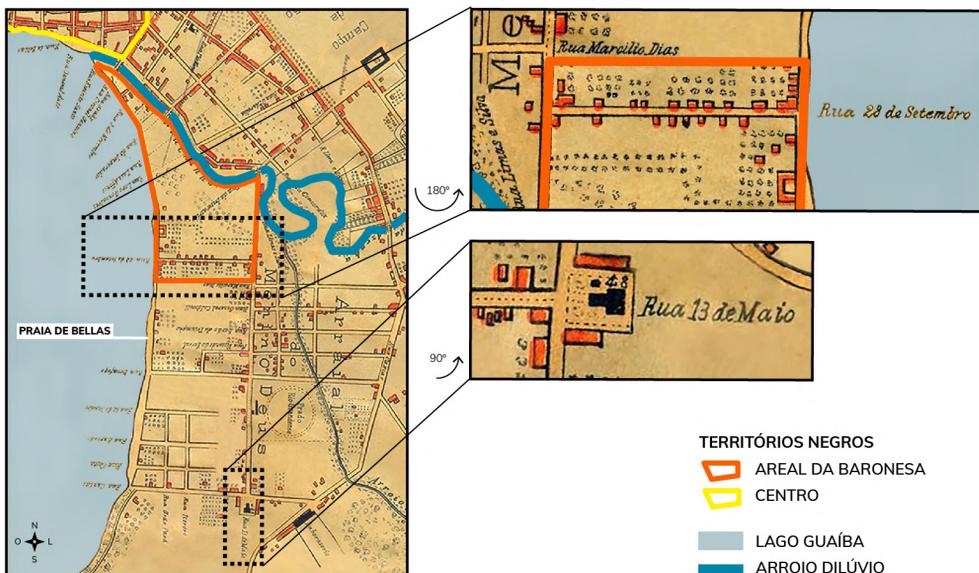


Figura 38: Mapa Toponímias da Emancipação Negra no Areal da Baronesa, Porto Alegre / RS - 1888. Sem escala.

Elaboração: Daniele Machado Vieira. Edição: Lara Ferreira, 2021.

Mapa base: Mapa de Porto Alegre de 1888 (IHGRGS, 2005).

havam conquistado a liberdade. Considerando que forro referia-se a negros libertos, a antiga e costumeira denominação “Pretos Forros” parece indicar o status dos moradores daquela rua (ROSA, 2019, p. 92).

Segundo Franco, a abertura da Rua dos Pretos Forros remete ao ano de 1870:

Já em 27/abr/1870, a Câmara ficou inteirada de que vários moradores de chácaras em terrenos comprados a Manoel Henrique da Silva Fróes haviam feito doação dos palmos faltantes para que fosse aberta no local uma rua com 80 palmos de largura, conforme as posturas municipais. Parece ter sido aí o nascimento da *Rua dos Pretos Forros*, que, na planta de 1888, já surge denominada como 28 de Setembro (2006, p. 425).

Documentos evidenciam que em meados de 1870 essa rua já existia. Em 1874 a Rua dos Pretos Forros é citada como endereço de Rafael, homem pardo, de profissão carpinteiro, parte no processo crime nº 1249 (MATTOS, 2000, p. 47). No Mapa de 1881 (figura 37) a Rua dos Pretos Forros já aparece traçada, mas não está nomeada.

No Mapa de 1888 (figura 38) a via já está nomeada como Rua 28 de Setembro e assim vai se conservar até a década de 1940, quando é sobreposta pela Av. Ipiranga e o canal do Arroio Dilúvio, que começa a ser retificado. A Estatística Predial de 1892 aponta a existência de 46 casas térreas, 2 sobrados e assobradados neste logradouro, considerado por Franco como populoso (2006, p. 425). A elevada densidade populacional pode ser observada já no Mapa de 1888, no qual a Rua 28 de Setembro está repleta de construções, enquanto ruas do arraial vizinho, o Menino Deus, não apresentam ocupação semelhante.

Em agosto de 1897 a Rua 28 de Setembro aparece no jornal *A Gazetinha* sendo mencionada como “Rua 28 de Setembro antiga Pretos Forros”. Na ocasião, moradores da área relatam os problemas causados pela chuva, solicitando providências à Intendência Municipal, através do jornal.

Amigo Sr. Redator. [...] chame a atenção do Sr. Intendente municipal para que ele verifique ou mande ver a Rua 28 de Setembro antiga Pretos Forros, no arraial do Menino Deus.

Com as últimas chuvas ficou aquela rua que é a mais transitada talvez, em um estado de horror. Existe três verdadeiros precipícios que são capazes de engolir carros, cavalos, cocheiro e passageiros. Diversos veículos têm ficado sepultados com os eixos partidos. Ainda ontem vimos uma carroça de cerveja enterrada, e na ocasião passava os cavalos do piquete do comando do distrito que enterraram-se até as ancas. Ora é duro pagar-se impostos de negócio, décimas de propriedades sem se ter ao menos o trânsito livre (*A GAZETINHA*, 08/08/1897, p. 1).

A Rua dos Pretos Forros ficou imortalizada no poema de mesmo nome de Athos Damasceno Ferreira (1944, pp. 107-110), que traz o peso da escravidão na metáfora das “grossas, pesadas e rudes correntes”, o temor das mulheres negras ao saberem que os filhos carregados em seus ventres virariam escravos. Aliás, é por isso que a lei se denomina “ventre livre”, pois embora as mães permanecessem escravizadas, seus ventres gerariam filhos livres. Por fim o autor traz elementos da religiosidade e cultura negra como o batuque, o cucumbi (quicumbi); bem como instrumentos musicais que dão ritmo a tais manifestações: congos, ganzás, xequerês e agogôs.

### Rua dos Pretos Forros

Não é o barulho das grossas, pesadas e rudes correntes  
que acorda o silêncio na boca da noite: – É O VENTO.  
[...]

As mães caminharam, chorando e escondendo no ventre  
os abortos que eram promessas de braços  
às eiras, aos campos e às tristes senzalas...  
[...]

Aqueles, que um dia sofreram,  
encolhem o vulto, ajoelham na terra,  
e roçam a face no chão que regaram de suor e de pranto...

Há uma grande saudade chamando na luz das estrelas.

E rompe o batuque,  
começa o cucumbe,  
e as vozes procuram, envolvem o mundo perdido,  
ao bárbaro ruído soturno,  
dos congos,  
ganzás,  
xequerês e agogôs...

Além de denominarem, as toponímias também demarcam o uso do espaço. A Rua dos Pretos Forros faz menção a grande quantidade de negros libertos residentes naquela via. E simbolicamente tem sua denominação alterada para Rua 28 de Setembro, data da Lei do Ventre Livre, mantendo o sentido de liberdade negra vinculado àquele espaço.

O 28 de setembro tornou-se uma data amplamente comemorada entre os negros da capital gaúcha, tamanha foi a importância da Lei do Ventre Livre para esse grupo. Além do seu artigo principal, ventre livre, a Lei 2040 de 1871 também estabeleceu uma série de importantes regulamentações: i) para os escravizados: direito a formação de pecúlio (poupança, acúmulo de economias), autorização para firmarem contrato de prestação de serviços com terceiros para pagamento de sua alforria (por no máximo 7 anos), possibilidade de recorrer à justiça para serem libertos pelo preço de sua avaliação; ii) para os senhores: obrigatoriedade de matrícula dos seus escravizados; iii) para as províncias: constituição de fundo de emancipação (com prioridade de libertação para famílias escravizadas) (BRASIL, 1871).

A formação de pecúlio, regulamentado pela Lei do Ventre Livre, foi um dos principais recursos utilizados pelos escravizados para a conquista da liberdade. Em Porto Alegre, nos últimos 30 anos da escravidão (1858-1888), 41% das mais de 3000 alforrias identificadas foram pagas com recursos dos próprios escravizados ou de algum familiar, evidenciando a importância do pecúlio (MOREIRA, 2003, pp. 258-259). Esses percentuais foram seguidos pelas alforrias condicionais (30%) e com um percentual menor (18,9%) as alforrias sem ônus ou condição (idem, p. 187). A lei do Ventre Livre e suas diversas regulamentações foram amplamente utilizadas pela população negra nas suas ações em busca da liberdade, constituindo-se essa lei num marco significativo na passagem do cativo para a liberdade.

## Rua 13 de Maio

O limite leste do Areal da Baronesa (figura 38) também remete a uma data significativa para a população negra: Rua 13 de Maio, data da Abolição da Escravidão, instituída pela assinatura da Lei Áurea em 13/05/1888 (BRASIL, 1888).

A Rua 13 de Maio (atual Av. Getúlio Vargas) recebeu essa denominação em 1º/06/1888, já no mês seguinte a Abolição:

Como homenagem à abolição da escravatura, resolução de 1º/06/1888 mudou o nome da Rua do Menino Deus para Rua 13 de Maio. Com essa denominação, a artéria conheceu talvez os seus melhores momentos em termos de importância. [...] Entre 1906 e 1909, fizera-se o calçamento da avenida e excelentes casas de moradia foram edificadas em toda a extensão da artéria, tornando-a uma das ruas mais nobres da cidade, durante um ciclo de trinta ou quarenta anos (FRANCO, 2006, p. 193).

Em 1935, numa homenagem ao presidente da época, a Rua 13 de Maio tem seu nome modificado para Av. Getúlio Vargas. Segundo Franco “em 24/11/1935, por ocasião da visita do Presidente Getúlio Vargas ao Estado, o Prefeito Alberto Bins baixou decreto, mudando o nome de 13 de Maio para Av. Getúlio Vargas, que até hoje conserva” (2006, p. 193). Essa mudança de nomenclatura apaga da memória urbana a relação da cidade com seus habitantes negros, apaga as marcas negras presentes no espaço urbano.

Nas décadas seguintes à Abolição, o 28 de setembro e o 13 de maio eram datas amplamente celebradas pela comunidade negra de Porto Alegre. As “comemorações da liberdade” eram festejadas com diversas atividades, entre elas a encenação das peças “O Filho Bastardo” e “A filha da escrava” do dramaturgo negro Arthur Rocha na Sociedade

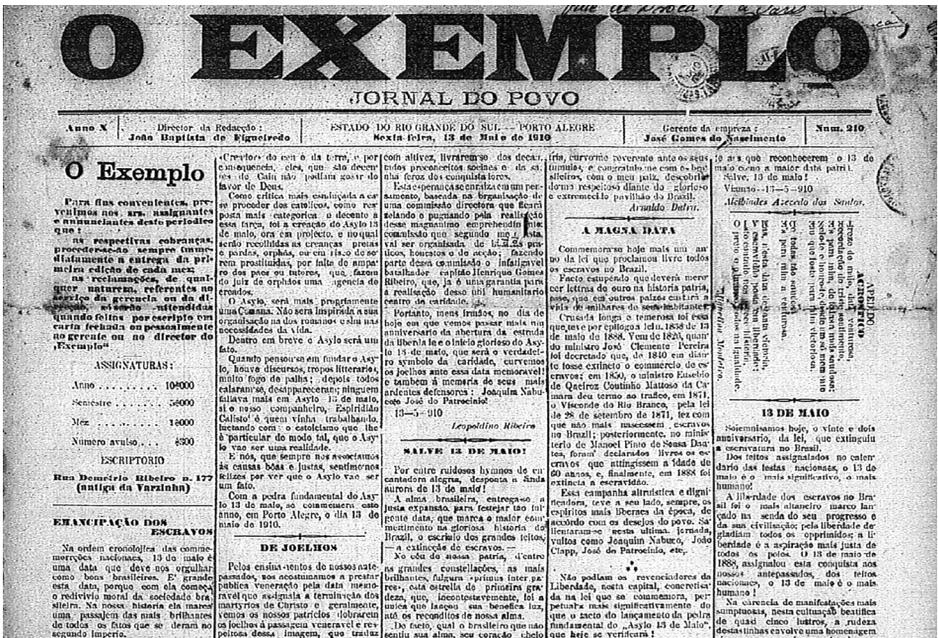


Figura 39: Destaques dos anúncios comemorativos do 13 de maio de 1910 no Jornal “O Exemplo”, Porto Alegre / RS.

Fonte: Acervo on-line coleções jornal “O Exemplo” - <http://afro.culturadigital.br/>

Floresta Aurora (ZUBARAN, 2008, p. 176). Na interpretação da historiadora Maria Angélica Zubaran “as comemorações do 28 de setembro e do 13 de maio foram utilizadas pelas lideranças negras para a reescrita e a reinvenção da história negra, para narrar e dar significado às memórias comuns da escravidão e da abolição” (2008, p. 170).

Estes marcos da emancipação negra também eram comemorados nas páginas do Jornal “O Exemplo” – a voz do homem de cor preta. Isso pode ser observado nos artigos “Emancipação dos escravos”, “Salve 13 de maio!”, “A magna paz” e “13 de maio” alusivos à data, os quais circularam na primeira página do jornal negro “O Exemplo” no ano de 1910 (figura 39).

As ideias expressas por estes homens nas páginas do jornal O Exemplo, mostram que esses marcos históricos foram utilizados de modo

celebratório, mas também crítico. No 13 de maio de 1893, Esperidião Calisto, redator do “O Exemplo”, usa a data para denunciar a continuidade do preconceito na sociedade brasileira, qualificado por ele como “já não tão selvagem, porém mais aviltante”, pois embora o cativo tenha sido destruído “sobreviveu o preconceito de raça, oficialmente instituído não em leis, mas impregnado nos costumes, o que é mais pernicioso” (O EXEMPLO, 13/05/1893, p. 3). Finaliza destacando que “devemos festejar efusivamente a data luminosa de 13 de maio, como o início da reivindicação de nossos direitos de cidadãos brasileiros. Salve! 13 de Maio!” (idem).

Em 1904, o 28 de setembro foi um momento de crítica à Independência do Brasil (proclamada em 1822), retratada como incompleta, pois este solo “independente” ainda gerava seres cativos (O EXEMPLO, 09/10/1904, p. 2 *apud* ZUBARAN, 2008, p. 174). Para além de celebrar a liberdade, essas datas emancipatórias foram utilizadas para marcar a consciência e a insatisfação negra, servindo para reivindicar direitos, denunciar os preconceitos ainda sofridos e rejeitar os estereótipos racistas que recaiam sobre eles.

## O Carnaval na Areia

O carnaval do Areal da Baronesa era popularmente conhecido como o “carnaval na areia”, pois as ruas eram de chão batido, um verdadeiro “areião”. A partir de alguns depoimentos, a historiadora Iris Germano relata que “as rodas de samba do Areal levantavam muita poeira e, à medida que a batucada e as danças iam ‘*esquentando*’, as pessoas ficavam com as roupas e os cabelos empoeirados” (1999, p. 174). Este inclusive foi o título de uma notícia sobre o carnaval de 1948 do Areal da Baronesa:

## O Carnaval na Areia

O carnaval do corrente ano na Rua Barão de Gravataí foi um dos mais animados da cidade. No Coreto oficial, instalado a Rua Barão de Gravataí, defronte à Travessa Pesqueiro, atuou quase permanentemente uma animada banda de música que animou os folguedos. Terça-feira última, em obediência ao programa oficial, a Comissão julgadora efetivou o concurso geral. Dentre os 27 cordões, grupos, etc. foram classificados os seguintes, que estão convidados para receberem os prêmios a que fizeram jus, a partir das 19 horas de Domingo próximo: [...] (CORREIO DO POVO, 13/02/1948, p. 6 *apud* GERMANO, 1999, p. 174).

O fato deste carnaval ser empoeirado pelo visto não era um empecilho, pois a notícia relata que este foi um dos carnavais mais animados da cidade, sendo que a folia contou com uma banda de música em tempo quase integral.

A animação do carnaval do Areal da Baronesa era tamanha que frequentemente ganhava destaque nas páginas dos jornais e revistas. Composto por uma grande quantidade de blocos e cordões, em 1949 este é classificado como um bairro 100% carnavalesco.

O Arraial da Baronesa, a esta altura do ano, é o bairro porto-alegrense cem por cento carnavalesco. À noite, a batucada das dezenas de blocos e ranchos que lá tem sua sede, se confundem numa só. E se prolonga pela noite adentro, pois creio que na Baronesa ninguém acredita em dormir às vésperas do Carnaval. Nos fundos de uma churrascaria da rua Baronesa do Gravataí há um quintal que alguém pretendeu transformar em cancha de voleibol ou coisa que o valha. A gente das cercanias, porém, não é muito do esporte. De sorte que logo encontrou outra utilidade para o quintal: aquilo servia na medida para um terreiro de samba [...] (REVISTA DO GLOBO, 19/02/1949, p. 32, *apud* GERMANO, 1999, p. 187).

## Um Momo Preto para o Areal

Nos anos 1940, o rei Momo oficial da cidade era o Vicente Rao, um antigo folião. Em 1948, um grupo teve a idéia de criar um Rei Momo para o Areal da Baronesa. Mas para que a ideia tivesse êxito, o rei Momo havia de ser negro. É nesse contexto que Adão Alves de Oliveira, Seu Lelé, se torna o lendário rei momo negro do Areal da Baronesa. Podemos inferir que a expectativa de sucesso do rei momo do Areal está relacionada ao fato dele ser negro, representando efetivamente o Areal da Baronesa, uma área que se caracterizava por uma população de maioria negra. Assim, a identificação e o sucesso não estavam relacionados apenas ao fato de ser uma pessoa do local, mas à sua representatividade racial. Era significativo que o Areal da Baronesa, área da cidade reconhecida como um território negro, tivesse como seu representante um rei momo negro, nascido e criado no Areal.

Adão Alves de Oliveira, popularmente conhecido como Seu Lelé, narra como se tornou o primeiro Rei Momo Negro do Areal da Baronesa:

E de repente eu recebi um convite de um cidadão chamado Arlindo Rosa. [...] [que pensou em] criar um novo invento: carnaval do Areal da Baronesa.

[...] Mas, para que esse carnaval venha a ter assim, penso eu, um êxito – isso o Arlindo Rosa dizendo – você seria uma das figuras principais [...] como Rei Momo [...] o rei Momo Preto. [...] não vá pensar que sou só eu. Já consultei com outras pessoas e amigos seus e eles aprovaram a ideia.

Aí eu terminei aceitando. Então fomos para a primeira experiência. Rei Momo preto no Areal da Baronesa (OLIVEIRA, 1991, p. 5).

Seu Lelé descreve a festa carnavalesca de 1948 – primeira vez que o Areal da Baronesa e a cidade tiveram um Rei Momo Negro. Houve toda uma encenação, com Seu Lelé saindo do Areal, vindo de cáique pelo Guaíba (as margens da Praia de Belas) e desembarcando na Ponte

de Pedra para abrir o carnaval. A chegada de Sua Majestade – o Momo Negro – é anunciada com toque de clarins.

A Praia de Belas, ainda naquele tempo, vinha até aqui a beirada. Ali então tinha um caíque já a minha espera. E contrataram um cidadão que era muito antigo pescador, aquela coisa, pra me levar. Eu fiquei louco de medo, me benzendo, essas coisas, pra descer na Ponte de Pedra. Então quando chegou na Ponte de Pedra no primeiro ano, aí alguém já avisou para os blocos que tava lá já em fila indiana de que o Rei Momo estava chegando naquele momento. [...] E aí já começou os clarins a tocar. [...] tocando alto e bem forte. Jogaram uns três ou quatro foguetes. Ali iniciava-se o primeiro carnaval do Areal da Baronesa com o Rei Momo preto (OLIVEIRA, 1991, p. 7).

Após a majestosa chegada, os foliões e os diversos cordões que o aguardavam seguiram em comitiva pela Rua João Alfredo (antiga Rua da Margem) até o seu coreto, localizado na esquina da Rua Baronesa do Gravataí com a Rua Barão do Gravataí.

E ali então os cordões já saíram. E ali, então, pra tornar mais característica a coisa, [...] para mim arranjaram um tal de petiço, aqueles [cavalo] menor. [...] Eu quase que arrastava os pés no chão. Então eu na frente, e tomando a frente ali na João Alfredo e os cordões em fila indiana vinham atrás. Então seguimos pela João Alfredo até chegar na Barão do Gravataí. Daí entramos. Aí já tava aquelas pessoas da rua, da comunidade ali, nas janelas, aquela coisa, tudo pra colaborar, incentivar. **E naquele tempo o Areal da Baronesa era aquela areia vermelha, aquela poeira danada.**[...] Mas foi um sucesso, foi uma coisa maravilhosa. As ruas tudo decoraram, aqueles que podiam, alguns trechos com bandeirinha, aquela coisa. Até chegar na esquina da Baronesa. Quando cheguei ali, tinha um coreto (OLIVEIRA, 1991, p. 7, **grifo meu**).

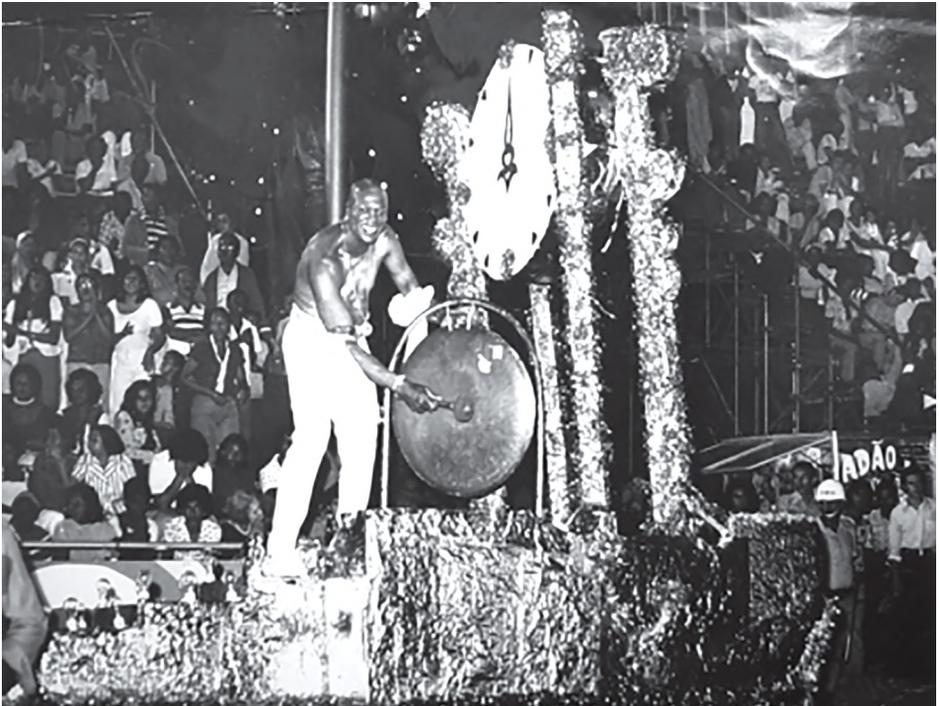


Figura 40: Adão Alves de Oliveira, Seu Lelé, no Desfile dos “Intocáveis”, Porto Alegre / RS - 1977.  
Fonte: SANTOS (2005, p. 145).

Ao chegar no seu coreto, Seu Lelé toma posse como primeiro Rei Momo do Areal da Baronesa, discursando para os foliões:

[...] Povo do meu reinado, é com grande satisfação, não medindo esforço, nem energia para vir lá da minha Etiópia para abrir o carnaval aqui no Brasil. E aqui, até então, vai os meus decretos para que vocês possam curtir e se divertir esses três dias. Todos aqueles que tiverem contas a pagar, seja no armazém, seja no açougue, seja lá no botequim, não paguem. Deixem que eu assumo essas responsabilidades. Deixem que eu assino um cheque, um cheque bem carnavalesco. [...] o resto tudo é festa, até o último dia de carnaval [...] (OLIVEIRA, 1991, p. 8).

Adão Alves de Oliveira, seu Lelé, reinou como momo do Areal da Baronesa por durante quatro anos, de 1948 a 1951. Seu coreto ficava localizado na esquina da Rua Baronesa do Gravataí com a Rua Barão do Gravataí. O trajeto descrito por Seu Lelé foi realizado durante os quatro anos em que foi Rei Momo do Areal da Baronesa:

O qual na minha época de Rei Momo, as quatro vezes eu vim pela Praia de Belas, eu chegava ali na Ponte de Pedra. Ali me aguardavam. Então eu pegava a [Rua] João Alfredo, fora a fora, entrava ali na Av. Getúlio Vargas, esquina com a [Rua] Barão do Gravataí, e entrava na [Rua] Barão do Gravataí. Pra depois ir para o meu coreto lá com a esquina da Baronesa do Gravataí [...] (OLIVEIRA, 1991, p. 4).

A abertura do carnaval na Ponte de Pedra era feita também pelo rei momo oficial da cidade, como declarado por Seu Lelé: “e tinha também por parte do Vicente Rao, a chegada do Rei Momo. [...] o Rao fazia, às vezes, uma chegada pelo Riacho que não existe mais, que tinha a tal famosa Ponte de Pedra” (OLIVEIRA, 1991, p. 3). Note-se que ele marca o desaparecimento do Riacho, ocorrido com a canalização do Arroio Dilúvio.

A presença de um Rei Momo Negro ficou marcada na história dos carnavais de rua do Areal da Baronesa e da cidade. O Rei Momo Negro do Areal da Baronesa é praticamente um mito entre uma parcela dos negros de Porto Alegre, principalmente aqueles ligados ao carnaval. Isso porque Seu Lelé foi o primeiro e único Rei Momo Negro existente na cidade de Porto Alegre. Nesta perspectiva, a pesquisadora Josiane Abrunhosa da Silva faz a seguinte consideração sobre a eleição de um Momo Negro para o Areal:

Neste carnaval, a criação de um Rei Momo preto é significativa, tanto pela simbologia do soberano como da cor, que no contexto adquire uma conotação positiva

e contrasta com o Rei Momo oficial do carnaval que era branco. [...] E ao proclamarem um Rei Momo Preto os moradores do Areal demarcam a existência de um território definido pela contrastividade que este tinha em relação a outros, pois ali reinava um rei *preto* (1993, p. 176).

No vídeo do Projeto Outros Carnavais, o advogado e pesquisador Osvaldo Ferreira dos Reis pondera sobre a simbologia e a imortalização daquele momento na memória do carnaval de Porto Alegre:

Agora, o que ficou marcado foi a grande presença do Rei Momo Lelé como Rei Momo Negro e depois toda a teatralização que foi feita. Porque ele desce na Ponte de Pedra e vai [...] carregado por pessoas e chega e toma posse como Rei Momo [...] (REIS, 2014 *apud* SANTOS, 2016).

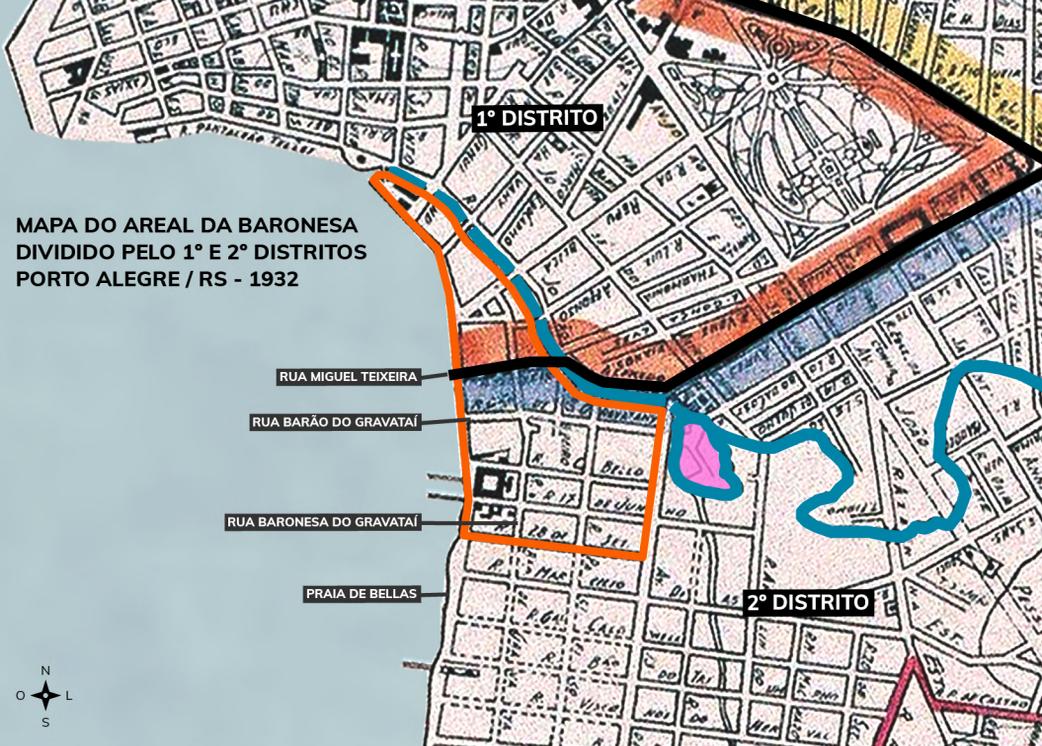
No ano seguinte à criação do carnaval com o Rei Momo Negro no Areal da Baronesa, os moradores da Rua Miguel Teixeira decidiram criar o seu próprio coreto, a menos de 100 metros do coreto oficial da Rua Baronesa do Gravataí. Elegeram Alfredo Raimundo Macalé como rei momo, ficando este conhecido como o rei momo branco do Areal.

[...] no ano seguinte, aí já existia dois carnaval no Areal da Baronesa. Aí então tava criado assim um problema. Aquela coisa que era o carnaval da Miguel Teixeira. Aonde então surgia o Rei Momo, aí o Rei Momo branco no Areal da Baronesa. Que era dois Rei Momo no mesmo bairro. Não mais um só. Que era o Rei Momo Macalé. Que hoje é capitão reformado da Brigada, e que é o presidente das Entidades Carnavalescas aqui de Porto Alegre e Rio Grande do Sul. Aí era o carnaval do Areal da Baronesa, propriamente dito, e o carnaval da Miguel Teixeira (OLIVEIRA, 1991, p. 8).

Segundo Macalé, que foi também um dos fundadores do coreto da Rua Miguel Teixeira, eles decidiram criar seu próprio coreto porque o carnaval da Rua Baronesa do Gravataí tinha pouca infraestrutura, era um areião. Nas palavras dele: “A Baronesa não era nem calçada, era areião. Pessoal assistia o carnaval, podia chegar e tomar um banho para deitar, porque a cabeça tava de areia que era uma coisa de louco, de poeira” (MACALÉ, 1991, p. 3).

Podemos perceber a diferenciação do espaço pela infraestrutura (ou pela falta dela) tanto na fala de Seu Lelé, quanto na fala de Macalé. Em outro momento Seu Lelé destaca “mas o nosso evento foi criado primeiro no Areal da Baronesa, na poeira. A Miguel Teixeira era calçadinha e tudo. Mas o nosso não” (OLIVEIRA, 1991, p. 9). Verifica-se que a Rua Miguel Teixeira usufruía de calçamento, enquanto que o local do coreto de Seu Lelé (no encontro das Ruas Barão e Baronesa do Gravataí), localizado a menos de cem metros, ainda tinha as ruas de terra.

O Mapa dos Distritos de Porto Alegre, de 1932 (figura 42), evidencia uma possível explicação para esta diferenciação de infraestrutura urbana. No recorte do mapa (figura 41) é possível ver que o Areal da Baronesa está dividido pelo 1º e 2º distritos. A Rua Miguel Teixeira é justamente, o limite entre ambos os distritos, ficando localizada no 1º distrito. Já a Rua Barão do Gravataí, paralela à Rua Miguel Teixeira, está dentro do 2º distrito. As melhorias urbanas estavam limitadas ao 1º distrito, que abarcava o espaço central, a Redenção e a Cidade Baixa até a Avenida Venâncio Aires. O restante das áreas estavam no 2º ou no 3º distrito. Assim, a Rua Miguel Teixeira estava no espaço contemplado pelas melhorias urbanas, o 1º distrito, conforme pode ser observado no recorte do mapa (figura 41). Já a Rua Barão do Gravataí (local do coreto do Rei Momo Negro), embora nas proximidades, estava na face sul do Areal da Baronesa, área ainda não contemplada pelos projetos de modernização de infraestrutura urbana.



TERRITÓRIOS NEGROS  
 AREAL DA BARONESA  
 ILHOTA

LIMITE ENTRE DISTRITOS  
 LAGO GUAÍBA  
 ARROIO DILÚVIO

Figura 41: Mapa do Areal da Baronesa dividido pelo 1º e 2º Distritos, Porto Alegre / RS - 1932. Sem escala.

Elaboração: Daniele Machado Vieira. Edição: Lara Ferreira, 2021.

Mapa base: Mapa dos Distritos de Porto Alegre de 1932 (IHGRGS, 2005).

Diferentemente dos demais cordões carnavalescos e blocos, os quais circulavam pela cidade relacionando-se com outros coretos, o carnaval da Rua Miguel Teixeira “não saía” era fixo.

[...] o pessoal da Miguel Teixeira não saía. Os moradores mesmo dali, ficavam ali, aquela beleza, aquela maravilha. Nem precisavam sair de casa. E o outro pessoal, da [Rua] Baronesa [do Gravataí], não. Eles tinham a Barão. Vinham fora a fora pela [Rua] Barão [do Gravataí] e entravam pela [Rua] Baronesa [do Gravataí] (OLIVEIRA, 1991, p. 9).

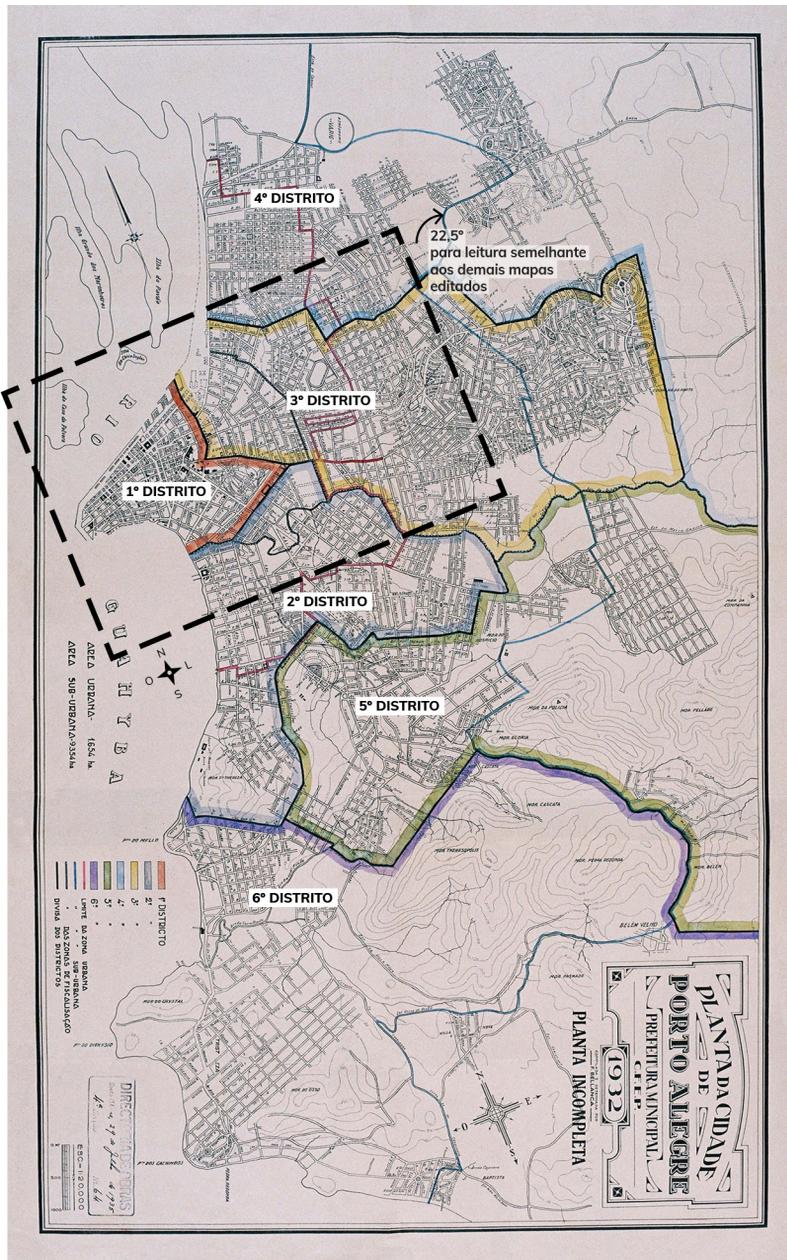


Figura 42: Mapa dos Distritos de Porto Alegre / RS - 1932.

Edição: Lara Ferreira, 2021. Mapa base: Mapa dos Distritos de Porto Alegre de 1932 (IHGRGS, 2005).

Os blocos e cordões de carnaval das diferentes partes da cidade tinham por costume se deslocar pela cidade: indo à Rua da Praia (para serem vistos) ou para participar da festa em outros coretos. Havia assim uma grande circulação pelos diversos territórios carnavalescos. Os percursos incluíam diferentes territórios no interior da cidade, atravessados na maioria das vezes a pé até o local da festa, onde eram aguardados (GERMANO, 1999, p. 191).

Os fundos para a festa eram angariados junto à comunidade: armazéns, botecos, comerciantes, complementado com rifas, muambas, etc. Em uma entrevista o rei Momo Lelé relata que inclusive a roupa de Momo dele foi fruto de arrecadação no entorno. A Praça Garibaldi era um dos principais pontos de realização de muambas. As muambas são uma espécie de pré-carnaval, servindo à época para chamar os foliões para os dias de carnaval e também para arrecadar fundos para a festa.

[...] Tinha as tais de muambas que saía um grupo de 60, 70. Nós íamos para o Centro da cidade angariar fundos. Passava ali pela Rua dos Andradas, chegava no Café Colombo ou no Majestic Hotel. Tudo assim. Ali a gente parava nas redações de jornal. A gente chegava, então eles tocavam, ou vinha lá, descia um jornalista, ou coisa parecida, vinha conversar com agente. Saber os problemas, aquela coisa, aquela expectativa para os dias oficiais. Como é que iam sair e tudo, as fantasias, essas coisas [...] (OLIVEIRA, 1991, p. 31).

A reportagem abaixo descreve o pré-carnaval de 1946, no qual, dois meses antes, os grupos já estavam nas ruas arrecadando fundos para os dias de folia oficial.

A onda começou muito cedo, dois meses atrás, surgidas das bandas da antiga Ilhota e da Praça Garibaldi, via rua João Alfredo, ou do Monte Serrat, numa longa

e penosa peregrinação. As latinhas saltitavam de margem a margem da rua da Praia, recolhendo níqueis. As porta-estandartes estridulando os sambas e marchas na direção dos jornais. E, por alguns minutos, a cidade entristecida se animava ao som das cuicas e tamborins [...] (REVISTA DO GLOBO, 09/03/1946, p. 35 *apud* GERMANO, 1999, pp. 188-189).

Os blocos e cordões do Areal da Baronesa e da Ilhota saíam pela Rua João Alfredo ou pela Av. Praia de Belas, indo até a Ponta da Cadeia (atual Usina do Gasômetro) para entrar na Rua da Praia. Ali passavam pelo Hotel Majestic (atual Casa de Cultura Mário Quintana), depois paravam no Jornal Correio do Povo, para serem fotografados. Havia vezes em que blocos pertencentes a diversos bairros se reuniam para fazer este trajeto e chamar o público para o carnaval.

[...] Por exemplo, os meus aqui da Baronesa, Ideal, pra usar essa coisa, a gente já sabia o itinerário. Saía da Barão ou saía pela Praia de Belas. Ou senão saía pela Getúlio Vargas. Entrava na João Alfredo, fora a fora. Às vezes a gente caminhava um pouco bastante. Fazia a volta lá pra... a Volta da Cadeia [...] Aí vinha, e depois pegava a Rua da Praia lá embaixo. Aí chegava e entrava no Majestic [...] Na Rua da Praia que eles começavam mesmo, que eles saíam tocando às vezes ou, só na cadência, como eles diziam, só na cadência, pá, pá, pá. Aí quando chegava lá na Rua da Praia [...] ali já começava a meter música. [...] Quando chegava ali no Mário Quintana, Casa Mário Quintana. Ali era o Majestic. Entrava ali. [...] E ali caía aquelas moeda [...] Mas o pessoal colaborava. E saía cada um de um lado, numa calçada com umas latinhas, bonitinha, fechadinha [...] Então saía do Majestic cordão ia, vinha embora [...] aí nós chegava no Correio do Povo, na redação. Aí fazia aquela apresentação no Correio do Povo. Até o cara vir com a máquina e bater a fotografia. Eles batiam a fotografia, a gente já sabia. E ia embora [...] (OLIVEIRA, 1991, pp. 31, 32 e 33).

Diversos eram os trajetos realizados pelos blocos dentro da cidade. A maior parte dos blocos incluía nos seus trajetos ruas do Bairro Cidade Baixa (principalmente a atual Rua João Alfredo, antiga Rua da Margem e a Av. Venâncio Aires), a Av. Osvaldo Aranha (no Bairro Bom Fim) e a Rua da Praia (atual Rua dos Andradas), no Centro. Alguns deles passavam também pela Av. Independência e pela Rua Esperança (atual Rua Miguel Tostes), uma das principais ruas da Colônia Africana à época.

Boa parte dos relatos das sociabilidades e territorialidades presentes no Areal da Baronesa, assim como nos outros territórios negros carnavalescos foram extraídas das entrevistas com antigos carnavalescos. Os carnavais também tinham cobertura jornalística frequente. Cabe, porém, ressaltar que os anos 1930 e 1940 correspondem ao período em que o carnaval é apropriado como “símbolo nacional”, passando a ser retratado pelos principais meios de comunicação, os quais tinham como função ao mesmo tempo contribuir para a “construção de uma nacionalidade” e disciplinar os festejos (GERMANO, 1999; ROSA, 2008).

### **Avenidas: o modo simples de morar**

Não há como não tomar emprestado o subtítulo “O modo simples de morar” utilizado pela fotógrafa e historiadora Irene Santos num dos trechos sobre o Areal da Baronesa no livro de memórias *Colonos e Quilombolas* (2010a, p. 43). Porque, ainda hoje, fazendo trabalho de campo pelas ruas do Areal da Baronesa encontramos “o modo simples de morar” materializado nas casas antigas, nas relações de vizinhança, na resistente presença de “avenidas” e travessas, que são resquícios daquele Areal da Baronesa que a princípio já não existiria mais.

Segundo o relato de antigos moradores, o Areal era cheio de “avenidas”. Seu Lelé menciona a presença de muitas avenidas na área: “muita avenida, tinha mais ou menos umas 9 ou 10 avenidas ali, não é? Tudo



Figura 43: “Avenida” no Areal da Baronesa, Porto Alegre / RS - meados séc. XX.

Fonte: Acervo Dorvalina Fialho (SANTOS I, 2010a, p. 43).

morava ali” (OLIVEIRA, 1991, p. 10). As avenidas eram terrenos com moradias coletivas de aluguel, compostas por diversas casinhas de madeira ou peças, contíguas, paralelas a um pátio ou corredor. Os banheiros e tanques eram coletivos e ficavam localizados num pátio compartilhado. Segue a descrição da paisagem de uma das avenidas do Areal da Baronesa:

[...] rua calçada com paralelepípedos, ladeada de pequeníssimas casas de madeira. Nesta época, essas casas eram chamadas de *peças* porque normalmente eram compostas de um quarto e sala que também servia de cozinha. Havia pia, tanque, chuveiro e banheiros comuns. Esta *rua* era cheia de varais para secar roupas e lá viviam pessoas sozinhas e famílias com quatro a cinco membros (SANTOS I, 2010a, p. 43).



Figura 44: Frente de duas avenidas na Travessa Pesqueiro, Porto Alegre/RS - 2016.

Fonte: Daniele Machado Vieira. Trabalho de Campo, 02/12/2016.

As figuras 43 e 44 representam dois momentos das avenidas no Areal da Baronesa. A figura 43, extraída do livro *Colonos e Quilombolas* (SANTOS I, 2010a), retrata as antigas avenidas, de meados do século XX. Já a figura 44, tem ao seu centro a imagem de dois remanescentes destas antigas avenidas. São dois terrenos de uma mesma família, com diversas residências de cada pequeno núcleo familiar. São cerca de quatro residências em cada terreno. As casas são construídas da frente para os fundos do terreno, com um pequeno corredor na lateral, que dá acesso a todas as residências. Os corredores dos dois pátios estão de frente um para o outro, separados pelo baixo muro branco situado bem no centro da imagem.



Figura 45: Casas antigas na Rua Miguel Teixeira, defronte a Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, Porto Alegre / RS - 2016.

Fonte: Daniele Machado Vieira. Trabalho de Campo, 02/12/2016.

Além das “avenidas” existem diversas travessas na área, como a Av. Luís Guaranha, onde se localiza o Quilombo do Areal, comunidade que se reconhece como legatária do Areal da Baronesa (MARQUES, 2013, p. 159).

As casas da figura 45 ficam localizadas no trecho da Rua Miguel Teixeira que faz limite com a Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, uma via muito movimentada, que além das pistas de carro tem um corredor de ônibus. A paisagem ao redor evidencia que estas construções pertencem a uma outra época, pois o entorno é composto por prédios residenciais mais novos, de escritórios ou de repartições públicas, como o prédio do IBAMA (de vidros escuros à direita).

## ILHOTA

### Ilhota

Esta é a ponte que desemboca nos quilombos.

O riacho barrento, roçando os barrancos,

enlaça nos braços molengos e longos

a ilha crivada de becos

bibocas

baiúcas de barro batido...

Veneza? ... Pois sim! ...

Caíques, fingindo de gôndola, atados aos frades de pedra

flutuam ...

Decerto ninguém vai falar de pandeiros,

de flautas,

violões,

cavaquinhos...

[...]

A cidade não sabe que tem uma ilha,

uma ilha que o riacho barrento e amoroso separa da terra...

(FERREIRA, 1944, pp. 89-90)

A Ilhota de que fala o poema de Athos Dasmaceno Ferreira ficou imortalizada nas crônicas de carnaval e batuque, na memória e nos sambas saudosistas da cidade, como zona boêmia, berço do samba. Zona empobrecida, era habitada por uma população majoritariamente negra. Circundada pelo Arroio Dilúvio tinha sua ligação com o entorno feita através de pontes de madeira como a da figura 46.

A Ilhota era uma pequena área, totalmente circundada por uma das curvas do Arroio Dilúvio, após o seu encontro com o Arroio Cascatinha.



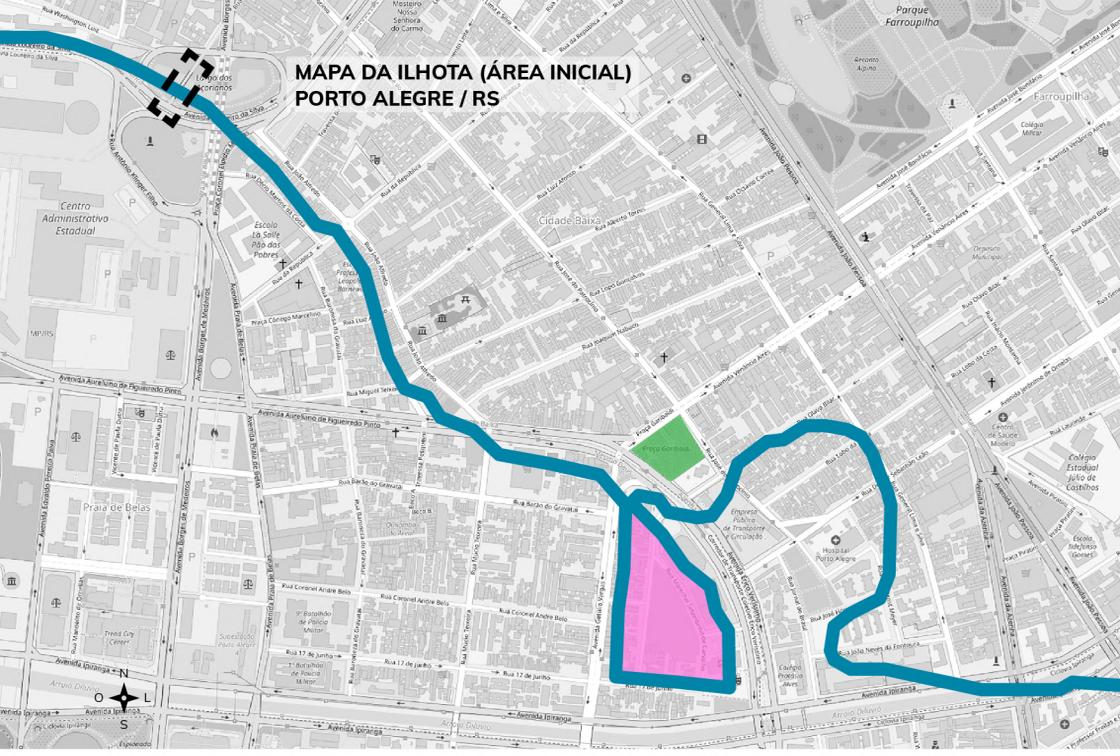
Figura 46: Ponte sobre o Arroio Dilúvio com a Ilhota ao fundo, Porto Alegre / RS - entre 1910 e 1942.

Fonte: Acervo Fototeca Sioma Breitman - Museu Joaquim José Felizardo.

Localizava-se ao sul da Praça Garibaldi, mais precisamente entre a Rua Arlindo (atual Av. Érico Veríssimo) e a Rua 13 de Maio (atual Av. Getúlio Vargas), tendo como limite sul a Rua 17 de Junho (antiga Rua dos Coqueiros) (SANTOS I, 2010a, p. 36).

A origem da Ilhota remonta ao ano de 1905, quando o Arroio Dilúvio ainda não era canalizado e passava por dentro do bairro Cidade Baixa até desembocar na Ponte de Pedra. Nesta época, o Arroio Dilúvio nascia em Viamão e vinha “serpenteando”, paralelo ao que hoje conhecemos como Av. Ipiranga, cruzando a cidade de leste a oeste. Quando chegava na altura da antiga Rua Arlindo (atual Av. Érico Veríssimo) ele formava um grande meandro<sup>4</sup>, com uma curva tão acentuada que

4. Curva acentuada de um rio.



**MAPA DA ILHOTA (ÁREA INICIAL)  
PORTO ALEGRE / RS**

**TERRITÓRIOS NEGROS**

● ILHOTA - área inicial

■ PRAÇA GARIBALDI

■ ARROIO DILÚVIO - curso original

▭ PONTE DA PEDRA

Figura 47: Mapa área inicial da Ilhota sobre mapa atual de Porto Alegre / RS. Sem escala.  
Elaboração: Daniele Machado Vieira. Edição: Lara Ferreira, 2021.  
Mapa base: Open Street Map (2021).

quase se fechava nas proximidades da Praça Garibaldi, conforme pode ser observado no Mapa de 1906 (figura 48). Por determinação do intendente José Montauray, em 1905, os dois extremos deste meandro foram unidos, acarretando a formação de uma pequena ilha em seu interior (FRANCO, 2006, p. 208), que passaria a ser chamada de Ilhota. Após circundar a Ilhota, o Arroio Dilúvio seguia paralelo a Rua da Margem (atual Rua João Alfredo) até desembocar na Ponte de Pedra. O relato memorial do cronista Sanhudo retrata o percurso do Arroio Dilúvio e sua relação com a Ilhota:

Naquele tempo, ele [o Arroio Dilúvio], malgrado o grande número de voltas, vinha, de modo geral, na direção leste-oeste, cruzava a ponte da Azenha, **fazia um enorme saco aí pelas proximidades da rua Arlindo – era a famigerada Ilhota** –, acercava-se da praça Garibaldi e, de lá, depois de passar pelos arcos da ponte do Menino Deus, seguia no sentido noroeste, mais ou menos paralelo à rua da Margem, tomando aí o nome pitoresco de Riachinho até chegar na famosa e poética Ponte de Pedra, que, em tempos mais remotos ainda, era o coração de um bosque que muita recordação dava aos nossos avós... (1975, p. 87, **grifo meu**).

Embora a Ilhota tenha sido formada em 1905, no Mapa de 1906 (figura 48) ela ainda aparece “aberta”, com a Praça Garibaldi ao norte. Neste mapa as ruas limítrofes: Arlindo (L), 13 de Maio (O), 17 de Junho (S) e 28 de Setembro (futura Av. Ipiranga) estão traçadas e nomeadas. É possível visualizar que as faces leste (em direção à Av. Azenha) e sul da Ilhota (em direção a Rua Marcílio Dias) ainda não estão urbanizadas, por fazerem parte da área de abrangência do Arroio Dilúvio, com seus constantes alagamentos.

Dez anos depois, no Mapa de 1916 (figura 49), a Ilhota já apresenta a configuração física com a qual se consagrou: uma ilha dentro da cidade. Já aparecem traçadas uma via principal e duas vias menores. Em ambas as imagens é possível visualizar o caminho feito pelo Arroio Dilúvio ao redor da Ilhota, seguindo paralelo à Rua da Margem e desembocando no Guaíba logo após passar pela Ponte de Pedra.

A área da Ilhota era uma zona baixa, parte da planície de alagamento do Arroio Dilúvio e por isso sujeita a frequentes inundações. A descrição do sinuoso percurso do Arroio Dilúvio pela cidade nos ajuda a visualizar a paisagem formada por este curso d’água:

MAPA DA ILHOTA  
PORTO ALEGRE / RS - 1906



TERRITÓRIOS NEGROS

ILHOTA

FUTURA AV. IPIRANGA

- 1 PONTE DA PEDRA
- 2 PONTE DO MENINO DEUS
- 3 PONTE DA AZENHA

LAGO GUAÍBA

ARROIO DILÚVIO

Figura 48: Mapa da Ilhota, Porto Alegre / RS - 1906, com destaque do traçado Av. Ipiranga e pontes sobre Arroio Dilúvio. Sem escala.

Elaboração: Daniele Machado Vieira. Edição: Lara Ferreira, 2021.

Mapa base: Mapa de Porto Alegre de 1906 (IHGRGS, 2005).

O Arroio do Sabão [...] vinha fazendo mais volta do que cobra corrida ao longo das suas duas léguas bem medidas.

Ainda há pouco menos de trinta anos, este tenebroso e diluviano Arroio Sabão, engrossado pelas águas do Arroio Cascata, chicoteado pelas chuvas e, por vezes, rebojado pelo vento sul, provocava tais e tão terríveis inundações nessa zona baixa da Ilhota, Arraial da Baronesa, Santana, [...] que só quem viu pode imaginar! (SANHUDO, 1975, pp. 84-85).

## MAPA DA ILHOTA PORTO ALEGRE / RS - 1916

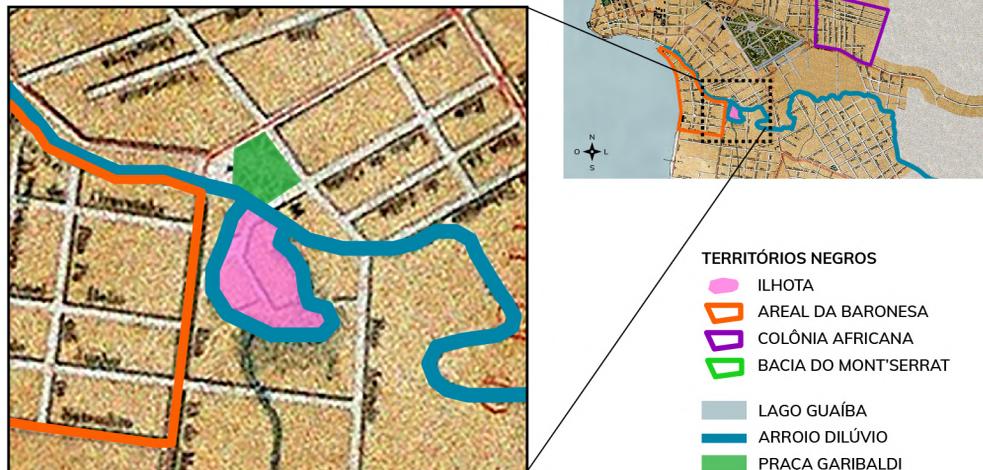


Figura 49: Mapa da Ilhota, Porto Alegre / RS - 1916. Sem escala.

Elaboração: Daniele Machado Vieira. Edição: Lara Ferreira, 2021.

Mapa base: Mapa de Porto Alegre de 1916 (IHGRGS, 2005).

Formada em sua grande maioria por becos, a Ilhota tinha como vias principais a Rua Ilhota e a Travessa Batista (figura 51), onde residia a família do cantor e compositor Lupicínio Rodrigues, sambista que conquistou projeção nacional (FRANCO, 2006, p. 208).

Podemos visualizar um pouco da paisagem interna da Ilhota na fala de Dona Isaura, com 85 anos à época da entrevista. Nascida na Colônia Africana e moradora da Ilhota nos anos 1940, ela relata como era este núcleo: “A Ilhota que eu conheci era um correr de casas, ou seja, uma casa do lado da outra. A mais bonita pertencia a família do Lupicínio Rodrigues [...]” (SANTOS I, 2010a, pp. 36-37).

Dona Isaura era cozinheira e lavadeira, assim como diversas mulheres destes núcleos habitacionais de famílias de baixa renda. Muitas das atividades de trabalho desenvolvidas pelas mulheres e homens destes espaços estavam relacionadas à prestação de serviços; para as mulheres

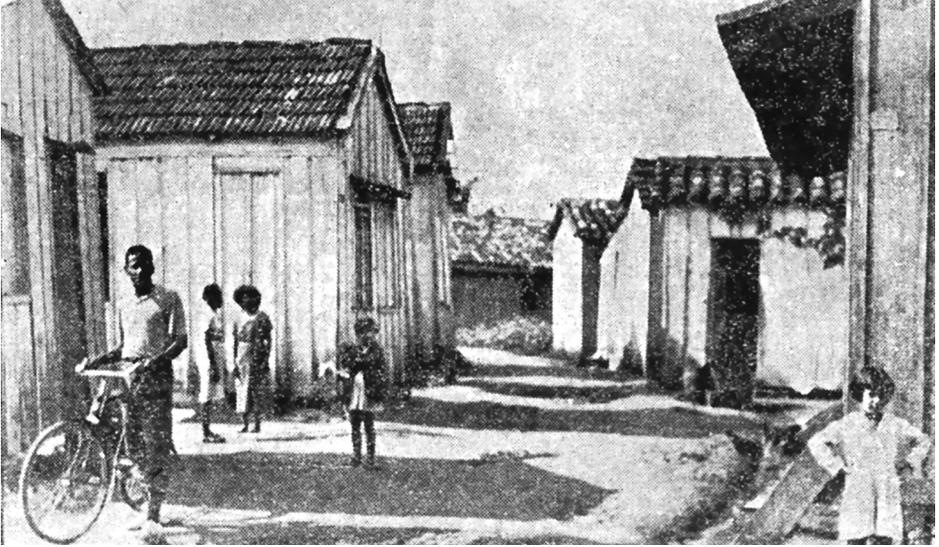


Figura 50: Paisagem interna da Ilhota, Porto Alegre / RS - década de 1930/40.

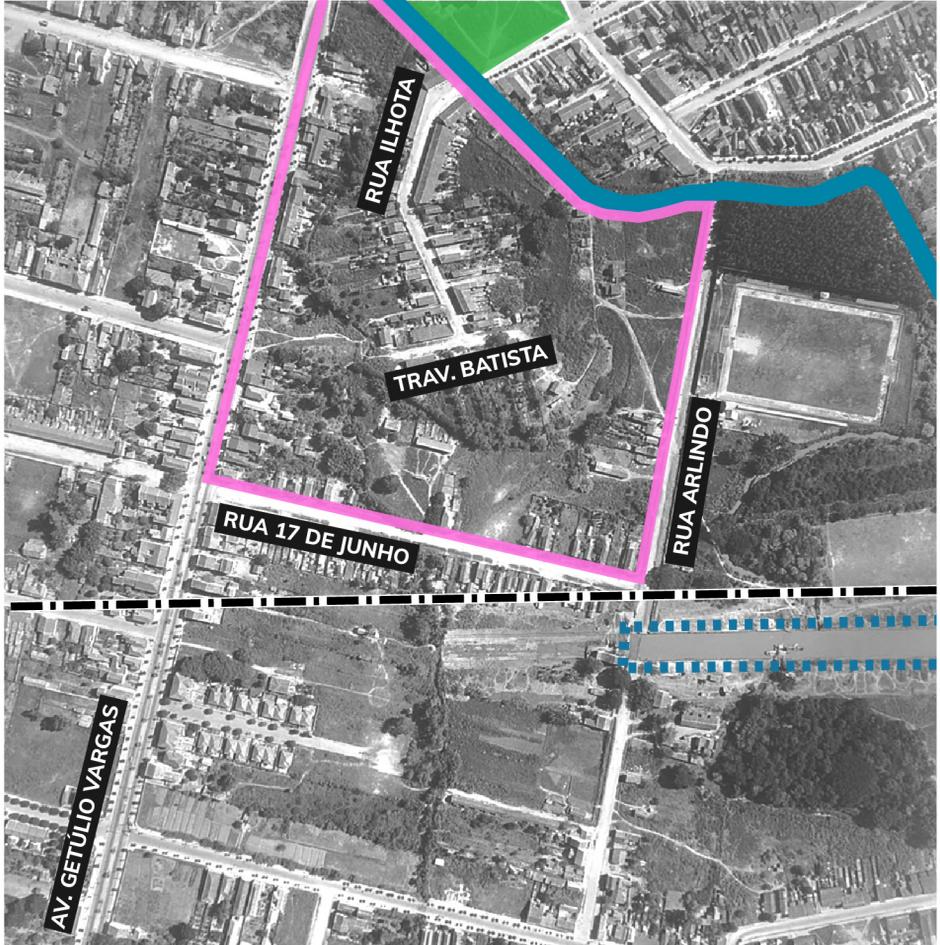
Fonte: Marcello Campos (Arquivo pessoal).

em geral os serviços domésticos, incluindo o cozinhar e a lavagem de roupas para fora.

Seu Sílvio Moreira Aquino, antigo morador do Areal da Baronesa, relata que sua avó também era lavadeira, lavando roupas para famílias do Centro. Ele conta que as mulheres lavavam roupas na beira do Guaíba, às margens da Av. Praia de Belas.

A solidariedade entre a vizinhança é uma marca ressaltada com frequência. Mulheres que se auxiliavam em diversas situações: no trabalho, no cuidado das crianças, no compartilhamento de mantimentos para que ninguém passasse necessidade. Uma antiga moradora lembra essa época:

A gente se ajudava mutuamente, principalmente as mulheres. Cuidávamos dos lavados enquanto uma ou outra lavadeira saía para fazer as entregas ou busca de roupas. Controlávamos as crianças para que não ficassem soltas na rua e, por vezes,



LEGENDA

-  ILHOTA
-  PRAÇA GARIBALDI
-  FUTURA AV. IPIRANGA
-  ARROIO DILÚVIO - não canalizado
-  ARROIO DILÚVIO - canalizado

Figura 51: Marcação sobre foto aérea da Ilhota, Porto Alegre / RS - década de 1940.

Fonte: Acervo particular Marcello Campos.

Marcação da autora sobre imagem original.

cedíamos alimentos para aquelas famílias que se apertavam por falta de dinheiro, principalmente no final do mês (SANTOS I, 2010a, p. 45).

Embora os constantes alagamentos do Arroio Dilúvio já fossem motivo de preocupação desde o final do século XIX, a canalização deste curso

d'água só saiu do papel após a grande enchente de 1941, que assolou a cidade. A retificação do traçado e a canalização do Arroio Dilúvio foram o ponto inicial para o desaparecimento da Ilhota. A obra de retificação do canal do Arroio Dilúvio correndo alinhado pela Av. Ipiranga fez desaparecer o riacho que circundava a Ilhota, acabando também com os alagamentos na área. Essa mudança na fisionomia abriu caminho para a urbanização da área, que foi acompanhada da remoção dos seus moradores.

Na tomada aérea da década de 1940, o Arroio Dilúvio está em fase de canalização (figura 51). Notemos que uma parte dele já está canalizado, chegando até a Rua Arlindo, que seria na atualidade o cruzamento das Avenidas Érico Veríssimo e Ipiranga. Porém, no canto superior da imagem é possível identificar uma parte do Riachinho ainda não canalizada, ao norte da Ilhota (marcado pela linha contínua).

Em 1946, o Decreto Municipal nº 333 listou os imóveis a serem demolidos para as obras de canalização do Arroio Dilúvio, assim como para o saneamento e urbanização da zona da Ilhota (FRANCO, 2006, p. 208). Segundo o autor foram catalogados 62 prédios na Rua Ilhota (principal via da área) e 15 prédios na Travessa Batista, totalizando 77 construções, dando uma ideia da quantidade de famílias residentes na Ilhota em 1946.

Com a canalização do Arroio Dilúvio, a Ilhota se expandiu para leste na direção da Av. Azenha, ocupando a parte sul da Rua Dr. Sebastião Leão até as imediações da Rua Lima e Silva (figura 52). Na década de 1950 é possível observá-la próxima à Ponte da Av. Azenha. Notemos que o campo de futebol contíguo à Rua Arlindo na imagem aérea da década de 1940 aparece cercado por vegetação (figura 51). Na década seguinte, nos anos 1950, com o trecho do Arroio Dilúvio ao redor da Ilhota já canalizado, o mesmo campo de futebol tem o seu entorno densamente ocupado por moradias (figura 52).



Figura 52: Ilhota (parte expandida) vista a partir da ponte da Av. Azenha, Porto Alegre / RS - década de 1950.

Fonte: Acervo Fototeca Sioma Breitman - Museu Joaquim José Felizardo.

Marcação da autora sobre imagem original.

No final dos anos 1960 a Ilhota deixou de existir, com grande parte de seus moradores removidos para o bairro Restinga, localizado no extremo sul da cidade, distante cerca de 26 km do Centro. Sem nenhuma infraestrutura à época, a Restinga foi o local escolhido para “acolher” as populações residentes em núcleos habitacionais de baixa renda, removidas de diversos pontos da cidade (GAMALHO, 2009). As remoções iniciaram em 1967; de 1969 a 1974 foram aproximadamente 11 mil moradias removidas, sendo 10% para a Restinga (idem, p. 49).

Assim, a Ilhota, área que sofria com a falta de urbanização, quando começa a receber urbanização tem seus moradores removidos para outra área igualmente carente de infraestrutura. E lá vão-se os pobres, expandir a cidade, às margens do espaço urbanizado.

## COLÔNIA AFRICANA

A Colônia Africana foi um arraial caracterizado pela grande presença de famílias negras, existente na cidade de Porto Alegre por no mínimo 5 ou 6 décadas: de meados de 1880 até pelo menos os anos 1940/50. Na atualidade ela corresponderia a área do Bairro Rio Branco, sem coincidir exatamente com os limites deste.

A Colônia Africana tem sua ocupação inicial relacionada a famílias negras que ali se instalaram por volta da época da Abolição da Escravidão (1888), perdurando até pelo menos os anos 40/50 do século XX. De acordo com Jayme Moreira da Silva, morador da Colônia Africana durante toda a vida, falecido em 2014 aos 98 anos, “a Colônia Africana era povoada por escravos libertos e pelos seus descendentes. Filhos, netos e bisnetos e assim por diante. Mais alemães e italianos que ali se estabeleceram” (2005, p. 19). A hipótese de ocupação inicial por negros libertos é fortalecida pelo fato de que em 1884 abolicionistas comemoraram a emancipação de 134 escravizados no 3º Distrito, região na qual vai se localizar a Colônia Africana (ROSA, 2019, p. 150). Relatos apontam que os negros libertos teriam se instalado nas bordas dos casarões do que hoje conhecemos por Av. Independência e chácaras existentes nas imediações do atual bairro Rio Branco.

A ocupação da área relacionada à época da Abolição da Escravidão também está presente no livro “Porto Alegre: guia histórico”, no qual o verbete sobre a Colônia Africana a descreve como:

Área da cidade em que se estabeleceram, em torno da época da Abolição, numerosas famílias negras. Compreendia os altos do atual Bairro Rio Branco, ou, mais precisamente, das ruas Castro Alves, Casemiro de Abreu, Vasco da Gama, Cabral e Liberdade. [...] Na legislação municipal, aparecem referências ao arbalde da Colônia Africana pelo menos desde 1896 [...]. Na imprensa local,

entretanto, desde o princípio da década de 1890, podem ser encontradas referências à “Colônia Africana”, e não raro desairosas (FRANCO, 2006, p. 114).

Em 1888, ano da Abolição da Escravidão, a área da Colônia Africana aparece pela primeira vez num mapa. Este é o primeiro mapa de Porto Alegre que abarca também os arraiais, localizados na zona suburbana, retratando a cidade de forma mais abrangente. Até este momento os mapas restringiam-se ao Centro, núcleo urbano principal à época. No Mapa de 1888 (figura 53) a Colônia Africana já tinha cinco ruas traçadas: três paralelas (Ruas Castro Alves, Casemiro de Abreu e Boa Vista, atual Rua Cabral) e duas transversais (Ruas Esperança e Mariante), além da Rua Ramiro Barcelos, seu limite a oeste. Note-se que a Colônia Africana é o limite leste desta parte da cidade, acabando numa ampla área de vegetação (indicada por arbustos) que posteriormente será conhecida como Morro do IPA (área alta onde está localizado o Instituto Porto Alegre - IPA). O mapa também retrata a ocupação incipiente, com poucas construções.

Em meados da década de 1890 a Colônia Africana não só já existia, como já estava consagrada com esta denominação, com notícias de jornais mencionando-a pelo nome: Colônia Africana. Um dos primeiros registros escritos sobre a Colônia Africana é um anúncio de 1894, o qual oferta para venda “terrenos bem localizados” em diversas áreas da cidade, entre elas a Colônia Africana:

Tem a venda terrenos bem localizados, sito as ruas Independência, Silveira Martins, Santo Antônio, Campo do Bom Fim, Garibaldi, Venezianos, Concórdia e **na Colônia Africana às ruas Ramiro Barcelos, Castro Alves e Venâncio Ayres** (A FEDERAÇÃO, 29.01.1894, p. 3, **grifo meu**).

## MAPA DA COLÔNIA AFRICANA PORTO ALEGRE / RS - 1888

### TERRITÓRIOS NEGROS

-  COLÔNIA AFRICANA
-  CENTRO
-  AREAL DA BARONESA
-  LAGO GUÁIBA
-  ARROIO DILÚVIO

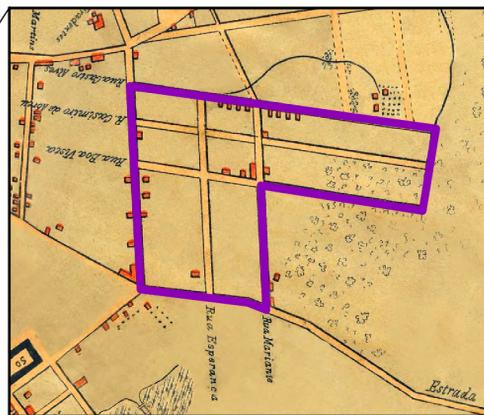


Figura 53: Mapa da Colônia Africana, Porto Alegre / RS - 1888. Sem escala.

Elaboração: Daniele Machado Vieira. Edição: Lara Ferreira, 2021.

Mapa base: Mapa de Porto Alegre de 1888 (IHGRGS, 2005).

Além de ser um dos mais antigos registros sobre a Colônia Africana, este anúncio é importante porque indica a região pelo nome (confirmando que a área já era conhecida por essa denominação), apontando também as ruas pertencentes a ela “ruas Ramiro Barcelos, Castro Alves e Venâncio Ayres [atual Rua Vasco da Gama]”, localizando a Colônia Africana no tempo e no espaço.

Por outro lado, nesta época a Colônia Africana passa a ser mencionada com frequência na imprensa, sendo retratada de forma desabonadora, em geral ligada a criminalidade (KERSTING, 1998, p. 118).

Embora não tenha sido reconhecida oficialmente como uma área da cidade, são feitas menções à Colônia Africana na condição de arraial (o equivalente a um bairro) em pelo menos dois documentos do poder público municipal, em 1896 e 1898 (KERSTING, 1998, p. 105). Em 09 de abril de 1896, o ato nº 6 da Legislação Municipal altera a

denominação de algumas ruas com o mesmo nome, incluindo duas localizadas na Colônia Africana:

Considerando que a existência de oito ruas nesta Capital tendo duas o mesmo nome, traz entre outros inconvenientes o de originar dúvidas que podem embarçar ou perturbar as relações sociais, decreta

Art. 1º - A rua Boa Vista, na **Colônia Africana**, se denominará Cabral, em comemoração a Pedro Álvares Cabral, descobridor do Brasil; conservando o nome de Boa Vista a de igual nome no arraial de S. Miguel.

Art. 2º - A rua Venâncio Aires, **na mesma Colônia Africana**, se denominará Vasco da Gama, em comemoração do descobridor da Índia, digno precursor de Cabral; conservando o nome de Venâncio Aires a de igual nome nesta cidade [...] (*apud* KERSTING, 1998, p. 159, **grifo meu**).

O que mais interessa neste trecho não é a alteração dos nomes das ruas em si, mas a referência à Colônia Africana num documento do poder público municipal, inclusive citando as ruas que a compõem, como a Rua Cabral e a Rua Vasco da Gama. Esse documento ratifica a existência da Colônia Africana em 1896, a área compreendida por ela e a ciência do poder público quanto a sua existência e localização.

Em 1898 a Colônia Africana é novamente citada pelo poder público, desta vez para fins de taxação de impostos da zona suburbana, figurando ao lado dos arraiais São José, Glória, Cristal, Belém Velho e Belém Novo, bairros ainda hoje existentes. Segundo Kersting, o texto abaixo, no qual a Colônia Africana é mencionada, é reproduzido por anos a fio (de 1898 a 1924) nos relatórios do intendente José Montauray de Aguiar Leitão e nos projetos de leis do orçamento do município.

Receita suburbana – Parágrafo 18º – Prédios:

As casas das povoações de Pedras Brancas, Mariana Pimentel, Belém Velho, Belém Novo, Barra, núcleos coloniais e arraiais de São José, São João, Glória, **Colônia Africana**, Gravataí, morro do Cristal e suas adjacências, compreendendo a Praia de Belas, rua Doutor Silveiro e as transversais a esta, **pagarão cinco por cento (5%)** sobre o valor locativo, ou, quando tratar-se de casas ocupadas pelos respectivos proprietários, cinco por cento (5%) sobre o juro de seis por cento (6%) do capital empregado na construção.

Quando o valor do prédio for inferior a um conto de réis, cobrar-se-a a taxa fixa de \$3000 (Lei n. 23, de 29/5/1898. Legislação Municipal. Porto Alegre, p. 40. IHGRGS *apud* KERSTING, 1998, **grifo meu**)

Franco localiza a Colônia Africana nos “altos do atual Bairro Rio Branco, ou, mais precisamente, [nos altos] das ruas Castro Alves, Casemiro de Abreu, Vasco da Gama, Cabral e Liberdade” (2006, p. 114). A parte alta destas ruas inicia somente a leste da Rua Mariante em direção ao Morro do IPA (Instituto Porto Alegre). Assim, o autor está restringindo a Colônia Africana apenas a região à leste da Rua Mariante em direção ao Morro do IPA. Isso significaria apenas 1/4 da área atualmente concebida como da antiga Colônia Africana. Conforme pode ser verificado no mapa (figura 54), a pesquisa feita por Kersting (1998) já havia ampliado a área proposta por Franco, estendendo-a na direção oeste da Rua Mariante até a Rua Ramiro Barcelos e ao Sul da Rua Cabral até quase atingir o Caminho do Meio (atual Av. Protásio Alves).

No início do século XX a Colônia Africana começa a se ampliar, já tendo muitas ruas traçadas no mapa da cidade de 1916 (figura 72, capítulo 4). De acordo com as fontes e os antigos moradores, a Colônia Africana iniciaria na Rua Ramiro Barcelos estendendo-se até os altos do Morro do IPA, chegando a atingir a Av. Maria (atual Av. Cel. Lucas de

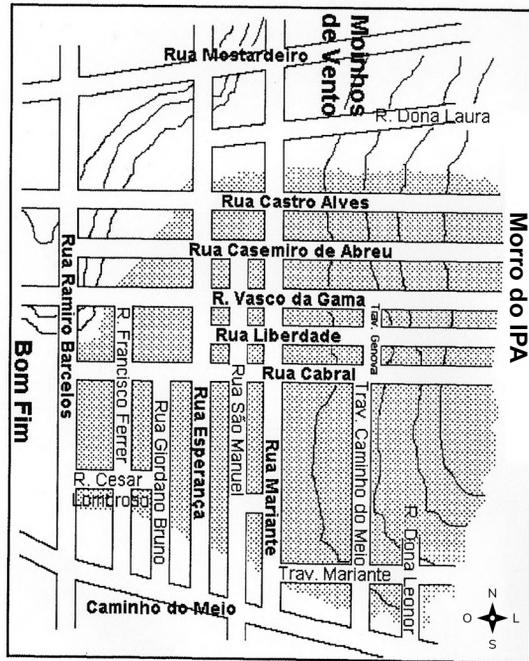


Figura 54: Área aproximada da Colônia Africana, Porto Alegre / RS - primeira metade do séc. XX.  
Fonte: Kersting (1998, p. 102).

Oliveira) no sentido oeste-leste e da Rua Castro Alves até a Av. Protásio Alves, no sentido norte-sul. As ruas Castro Alves, Casemiro de Abreu, Vasco da Gama e Cabral acompanhavam praticamente toda a extensão deste antigo território negro na direção oeste-leste, pois iniciavam na Rua Ramiro Barcelos, alcançando o Morro do IPA. No sentido norte-sul, o arraial tinha como principais transversais a Rua Esperança (atual Rua Miguel Tostes) e a Rua Mariante, que dividia a Colônia Africana em uma parte baixa, a oeste, e uma parte alta a leste.

Quanto à denominação Colônia Africana, embora a toponímia – nome do lugar – possa ser entendida como evidente, cabe analisar alguns elementos que ajudam a compreender o motivo da designação. Trazendo



Figura 55: Vista da Rua Esperança (atual Rua Miguel Tostes) para a Av. Independência, Colônia Africana, Porto Alegre / RS - final do século XIX.

Fonte: Acervo Fototeca Sioma Breitman - Museu Joaquim José Felizardo.

o questionamento de muitos, o historiador Marcus Vinicius de Freitas Rosa, em sua tese, problematiza: “por que *colônia*? Por que *africana*?” (2019, p. 147). O autor verifica que as fontes sobre a região da Colônia Africana no final do século XIX descrevem uma área de características semi-rurais, com quintais para criação de animais (cabras, galinhas, etc.) e pequenas hortas, convergindo à ideia de colônia como região de características rurais (idem, p. 148-149). As poucas imagens que se tem da área da Colônia Africana nesta época, retratam a paisagem de um espaço com poucas moradias e amplos espaços verdes (figura 55). O Mapa de 1888 (figura 53) confirma essa caracterização da região, evidenciando a ocupação rarefeita do espaço, com as ruas acabando numa ampla área verde.

Sobre os moradores do lugar, qualificados como *africanos*, as diversas fontes da época não deixam dúvidas de que a região era majoritariamente habitada por negros: nascidos no Brasil ou africanos e seus descendentes (como os constantes nos Livros de Registros da Santa Casa). Assim, o termo “colônia africana” condiz com a ideia de uma região, inicialmente rural, habitada por negros (ROSA, 2019, p. 149). Mesmo o cronista Sanhudo, que constrói uma imagem pejorativa, carregada de estereótipos sobre o lugar, aponta a denominação da área como decorrente do grupo racial negro, predominante na “região que, mais habitada por pretos, foi ficando com o pitoresco e significativo nome de Colônia Africana” (1975, p. 113).

Embora o arraial não tenha sido composto exclusivamente por negros, podemos afirmar que o era majoritariamente, a tal ponto de ter sua denominação vinculada a este grupo étnico-racial. Situação semelhante ocorreu na região denominada Pequena África na cidade do Rio de Janeiro.

Kersting considera que a área começou a se descaracterizar como “essencialmente negra” por volta de 1910, devido a intensa presença de imigrantes, principalmente na parte próxima a Av. Protásio Alves (1998). No período entre 1910/20 são identificados na área imigrantes de diversas nacionalidades: alemães, italianos, espanhóis, portugueses, judeus, russos, austríacos (ROSA, 2019). A partir deste momento a Colônia Africana, segundo Kersting, vai “subindo o morro” em direção a parte alta onde está localizado o IPA. Quanto a isso, Seu Jayme Silva relata que

Foi com a valorização dos terrenos da Colônia Africana que os negros foram expulsos de lá. Quando se instalaram na Ramiro Barcelos e suas travessas [...] ali não tinha saneamento. Ninguém queria. Sobrou para os pretos. A Colônia ia da Ramiro até a Lucas de Oliveira, lá em cima. Depois começava o Mont’Serrat. Para

baixo, ela ia até a rua Leopoldo Bier, que já é o bairro Santana.

Todo mundo que tinha a posse dos terrenos começou a vender e foi subindo o morro do IPA em direção a Petrópolis, Mont’Serrat (SANTOS I, 2010a, p. 110).

Uma possibilidade para este deslocamento é o aumento de impostos da parte “baixa” entre a Rua Ramiro Barcelos e a Rua Mariante, que desde 1898 passou a se localizar dentro da zona urbana. Já o lado leste da Rua Mariante em direção ao Morro do IPA ainda era considerado zona suburbana, com uma taxação menor. Enquanto os imóveis localizados na zona urbana tinham uma taxação de 10%, os imóveis localizados na zona suburbana pagavam uma taxa de 5% (KERSTING, 1998, p. 122).

Em 1913 a área passa a ser denominada oficialmente de bairro Rio Branco em homenagem ao Barão do Rio Branco. Contudo parece que a nova denominação não consegue emplacar, pois num relatório da Intendência Municipal de 1918 a área é citada como “Bairro Rio Branco (antiga Colônia Africana)” (FRANCO, 2006, p. 114). O fato de ainda ser necessário colocar entre parênteses o antigo nome – Colônia Africana – denota que esta nomenclatura ainda era amplamente utilizada para se referir a área, sendo a denominação Bairro Rio Branco ainda pouco conhecida. A narrativa do Padre Matias Wagner, que chegou a área em 1916 para ser pároco da Igreja Nossa Senhora da Piedade, ratifica essa informação, pois ele descreve a área como “o bairro Rio Branco, mais conhecido por Colônia Africana” (1958, pp. 18-21 *apud* KERSTING, 1998, p. 138).

Sobre o fim da Colônia Africana, sabe-se que aos poucos as famílias negras foram vendendo seus terrenos e a área não só foi se transformando, mas deixando de ser caracteristicamente negra. Embora em 1918 ela já seja referida como “antiga Colônia Africana”, há indícios de que tenha resistido por pelo menos mais duas ou três décadas. Em 1940, dois registros

da imprensa sobre o carnaval, no Jornal Correio do Povo e na Revista do Globo, mencionam a Colônia Africana e seus moradores como parte da festa carnavalesca, nos permitindo questionar a descaracterização deste espaço como território negro nos anos 1910/20.

### Entre casinhas de aluguel e chalets de tábuas: residências

Na virada do século XIX para o XX residiam na Colônia Africana negros nacionais, africanos e seus descendentes. A jovem Justina de Souza (23 anos, parda, filha de Vicente Ferreira, que trabalhava como criada, nascida no Rio Grande do Sul), o centenário João Congo (africano, preto, solteiro) e seu filho Luiz Itaperuna (38 anos, preto, carroceiro, nascido no Rio Grande do Sul) eram alguns desses moradores, conforme os registros do Livro de Portas da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre referentes aos anos de 1899/1900 (KERSTING, 1998, p. 211). Somavam-se a eles outros homens e mulheres negros, cujo sustento vinha dos ofícios de carroceiro, jornaleiro (que trabalha por jornadas), criada, engomadeira, sapateiro, cangueiro, lavadeira, cozinheira, servente, serrador. Classificados em sua totalidade como “pobres” (conforme os registros), habitavam moradias populares como os vários cortiços e casinhas de aluguel, destinadas à população de baixa renda (ROSA, 2019, p. 151). Mas essa não era a única possibilidade de ser um negro morador da Colônia Africana.

Haviam também aqueles que eram proprietários de suas residências. É o caso de Carolina e Benedito de Oliveira, bisavós de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, moradores da Rua Esperança (atual Rua Miguel Tostes). Edificado no raiar do século XX, o chalet de madeira dos bisavós de Petronilha resistiu até a década de 1990, quando foi demolido por conta da destruição feita pelos cupins. Com família

residindo na Colônia Africana desde o início do século XX, Petronilha resgata a formação da área:

A Colônia Africana resultou de um loteamento. Negros que viviam em áreas distantes do centro da cidade foram adquirindo seus terrenos e construindo seus sólidos chalés, casas de madeira. Assim o fizeram meus bisavós Carolina e Benedito Oliveira. A casa deles, situada à rua Esperança, foi edificada em 1902, e demolida, por conta da destruição feita pelos cupins, em 1994. Ela era uma negra mina, exímia doceira, ele um preto alto, forte, exercia a profissão de pedreiro (SILVA, 2010, p. 14).

Nascida em 1942, na Colônia Africana, Petronilha ainda guarda o documento enviado em 1905 por sua bisavó, Carolina de Oliveira, à Intendência Municipal solicitando autorização para a construção de sua residência – um chalet de tábuas. Uma verdadeira relíquia que marca o início da vida da família na Colônia Africana, o documento diz o seguinte:

Ilmo Sr. Dr. Intendente

A abaixo firmada, **possuidora de um terreno sito à Rua Esperança (Colônia Africana)** querendo agora mandar edificar um Chalet de taboas dentro do referido terreno para sua moradia, com 15 palmos de frente por 38 de fundos, vem respeitosamente pedir a vossa licença para tal fim. Juntamente a planta, conforme preceitua nossa Lei Municipal, o que espera favorável deferimento.

Saúde e fraternidade

Porto Alegre, setembro de 1905.

Carolina de Oliveira (SILVA, 2010, p. 13, **grifo meu**)

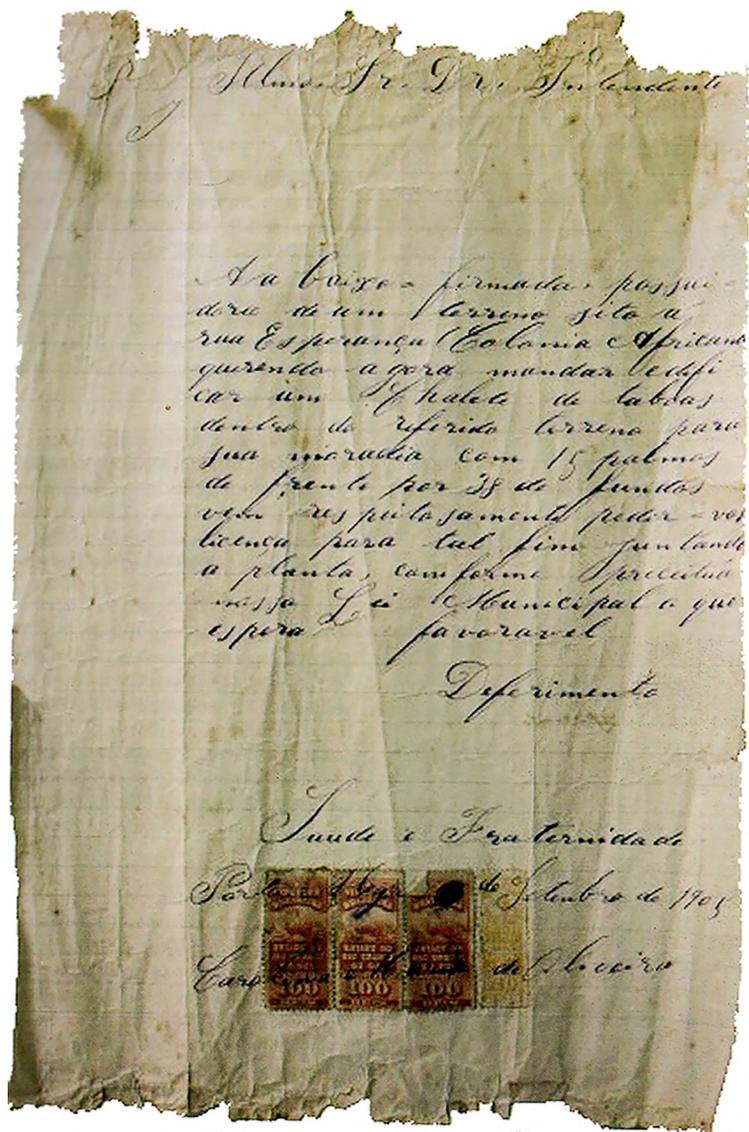


Figura 56: Solicitação à Intendência de autorização para construção de um chalet na Colônia Africana, Porto Alegre / RS - 1905.

Fonte: Acervo pessoal Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (SANTOS I, 2010a, p. 13).

Em busca da ascensão social e financeira, “compartilhar progressos e benefícios era quase uma norma” entre os moradores da Colônia Africana, ressalta Petronilha (SILVA, 2010, p. 15). A professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva seguiu essas orientações, tornando-se uma referência em educação para as relações étnico-raciais, além de ser a relatora do Parecer 03/2004 do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2004). Tendo realizado toda a sua formação na UFRGS, desde a 1ª turma do Colégio de Aplicação (1954) até o Doutorado (1987), Petronilha aposentou-se como professora emérita da UFScar (Universidade Federal de São Carlos), sendo uma referência intelectual aos pesquisadores negros.

### **Religiosidades: celebrações ao “ritual africano”**

Uma das narrativas presente no livro *Colonos e Quilombolas* relata que “as Casas de Nação sempre existiram na Colônia e nos outros lugares todos onde viviam os pretos” (SANTOS I, 2010a, p. 116). Seu Jayme Moreira da Silva, nascido e criado na Colônia Africana, relata a presença dos cultos de matriz africana no bairro, rememorando as histórias ouvidas de seu avô Abel de Souza, morador da Colônia Africana desde o início do século XX (2005, p. 16). Nas suas falas ele destaca a presença de Mãe Chininha, importante figura religiosa de matriz africana, referindo-se à antiga Pedreira do Morro da Piedade como local de oferendas.

A Rua Cabral, com início na Rua Ramiro Barcelos, ia até a Igreja Nossa Senhora da Piedade. [...]. No centro da rua iniciava uma pedreira de lindas pedras azuis. Ao lado da pedreira tinha uma estrada estreita, junto à divisa da instituição que

ia ao topo do morro. Este **relato de meu avô Abel**, feito em uma madrugada quando chegava de seu serviço. Lembro-me de tudo! **Era uma noite com uma tempestade cheia de relâmpagos e trovões!** Ele me disse: Meu neto olha lá fora. Clareava a noite, até as **sete pedras de Xangô, do Morro da Piedade. Quem conhecia bem as sete pedras do Xangô era Mãe Chininha, mãe de Santo que residia nas imediações.** Ela que com seus filhos de santo ali fazia suas oferendas [...]. Naquele tempo, os negros se reuniam para piqueniques junto às sete pedras de Xangô para agradecer pelo atendimento de seus pedidos. Em certas noites do ano, da casa do meu avô, avistavam-se as velas acesas no topo do morro. Era uma vista linda! Quando ia amanhecendo, **muitos frequentadores dos bai-les do Salão do Rui ou Salão Modelo dirigiam-se ao Morro da Piedade para seus pedidos de amor** (SILVA, 2005, p. 33, **grifo meu**).

O relato de Seu Jayme traz uma série de elementos sobre religiosidade e sociabilidade negra na Colônia Africana. A questão da religiosidade negra de matriz africana como algo natural, não estigmatizado, mesmo para frequentadores de outros cultos, visto que Seu Jayme era católico. Outra questão é a relação de Xangô com a pedreira, pois os símbolos deste orixá são a machadinha (da justiça), as pedreiras e as cachoeiras. Este orixá também é senhor dos raios e dos trovões, elementos presentes na narrativa ouvida numa noite de temporal.

A marcante presença de batuques – religiosidade de matriz africana no Rio Grande do Sul – extrapola as memórias dos moradores da região. O cronista Sanhudo percebe a Colônia Africana como um “lugar que fugiu à tradição” pois não se desenvolveu ao redor da capela local, a Igreja de Nossa Senhora da Piedade, localizada nos altos da Rua Cabral (1975, p. 113). Apesar de sua construção ter iniciado em 1889, a “igrejinha foi permanecendo esquecida” sendo inaugurada apenas em 1913, levando mais três anos para receber um padre (idem). Assim, conforme Franco “a

religião católica entrou tarde na Colônia Africana. [...] Terá concorrido para isso a força dos cultos afro-brasileiros” (2006, p. 114).

Segundo Seu Jayme, da primavera até a quaresma, a Colônia Africana era só festa (SILVA, 2005, p. 21). No mês de setembro iniciavam as celebrações em louvor a Nossa Senhora da Piedade (padroeira da igreja católica da região). Ele relata que mesmo os negros adeptos ao catolicismo, não deixavam de frequentar “a religião tradicional africana, de origem de seus avós [...] cultuada em toda a Colônia Africana” (idem, p. 53). Embora os festejos católicos fossem frequentados por pessoas brancas e negras, as comemorações feitas pelas famílias negras se davam de forma diferenciada, seguindo o “ritual africano” (SILVA, 2005, p. 53) com piqueniques, música, comidas típicas, apresentações de dança e participação de mães de santo. Jayme Silva descreve a sequência de comemorações, realizadas ao “ritual africano”:

- Primeiro domingo: **piquenie no morro da Piedade** na subida da rua Cabral [...]. Ali exista um grande gramado de uma beleza encantadora! As **solenidades iniciavam com palestra feita por mãe Chininha**, com muito amor e respeito e os pedidos de cura e paz para os familiares que residiam na cidade. Encerrado estas cerimônias começavam com o som das músicas pelos trios, conjuntos oriundos de diversas orquestras da cidade! Vinha gente de todos os bairros: Menino Deus, Areal da Baronesa, Navegantes e iniciavam os comes e os bebes e danças. Após o meio dia eram servidas comidas típicas africanas nas quais nossos avós eram peritos: galinhas e carnes na farofa, caldo africano com pirão, cabrito assado. Na sobremesa doce de coco, rapaduras, batata doce assada na brasa, muitos aperitivos de Santo Antônio da Patrulha, muitos sucos fermentados ao estilo africano: abacaxi, laranja e gengibre. A partir das 14:00 horas apresentavam-se bailarinas e bailarinos, pretas lindas, era um amor, bem vestidas, com cores cintilantes, saias rodadas, bem justas a cintura e turbantes ao estilo africano. As festividades iam até o fim da tarde. No final, mãe Chininha encerrava com oração e pedidos de proteção (2005, pp. 53-54, **grifo meu**).

A festa continuava pelos próximos dois domingos. O ritual era igual ao primeiro dia e ao final “as pretas velhas batuqueiras de todas as nações africanas, ali reunidas, pediam proteção da santinha da subida do Morro da Piedade” (SILVA, 2005, pp. 54-55). Podemos perceber que a relação com o catolicismo não impedia que os negros continuassem a cultivar hábitos relacionados aos seus antepassados. Ao final da festa, seguia-se em direção ao “Salão Modelo onde era lançado o grito de carnaval para o próximo ano” (idem). Ou seja, ao final da festa de celebração católica, comemorada com diversos elementos do batuque, se abria o carnaval, mostrando a relação entre diversos elementos, que a princípio, são contrastantes.

A religiosidade de matriz africana na Colônia Africana também está presente nos relatos do Padre Matias Wagner, primeiro pároco da Igreja Nossa Senhora da Piedade, que chega à área em 1916. Porém o religioso faz menção aos cultos africanos de forma pejorativa e desrespeitosa, inclusive relatando as reações negativas dos negros adeptos dos cultos afro-brasileiros diante de suas tentativas de catequizá-los. Ele narra um episódio em que uma mulher negra adepta do batuque não aceitou receber a benção dele, pois não queria nada que viesse da Igreja, nem no leito de morte (WAGNER, 1958 *apud* KERSTING, 1998, pp. 188-189). A negação da senhora em aceitar a presença da Igreja, mesmo diante da morte, pode estar relacionada a ataques, diretos ou indiretos, da Igreja católica local às religiões de matriz africana e seus praticantes. Muitos negros forneciam ajuda (financeira e braçal) para as Igrejas, mas mesmo assim não eram acolhidos pelos padres. Essa diferenciação de tratamento está presente em uma narrativa:

Tinha também muito preto de Irmandade que era batuqueiro. Preto católico, temente a Deus, que comprava tijolos para construir as igrejas e o padre nunca

tinha tempo para batizar os filhos deles. No batuque eles tinham vez, eram gente. Nas irmandades também. Ser irmão era uma maneira de um negro apoiar o outro, ajudar a arrumar emprego, acolher quando vinha do interior, já no cais do porto, na Praça da Harmonia (SANTOS I, 2010a, p. 117).

A entrevistada então afirma que seu pai dizia que o segredo era um negro apoiar o outro, independente da religiosidade ou de outras ideologias. Essa necessidade de apoio mútuo entre os negros é uma fala recorrente em diversas narrativas negras, sendo retratada na expressão “nós por nós”. Assim revela a entrevistada: “O pai que não era de Nação, nem de Batuque, nem de Irmandade, dizia que o segredo era manter tudo isso vivo. Era um negro apoiar o outro, sempre. Porque ninguém faria pela gente” (SANTOS I, 2010a, p. 117).

### **Bailes e Carnavais: festejos na Colônia Africana**

Poucos dias antes da primavera de 1932, a Sociedade Bailante “Orgulho da Colônia” promoveu o grande baile “Noite da Colônia”, realizado no Salão Modelo, devidamente ornamentado para o grande evento (A FEDERAÇÃO, 10.09.1932, p. 6). A “Noite da Colônia” foi animada pela Jazz Band Espia Só, destacado conjunto musical da Colônia Africana composto somente por músicos negros, exaltado na Colônia Africana e fora dela (ROSA, 2008, p. 129). Nas páginas do jornal não foram poupados elogios à Diretoria por seu empenho em proporcionar um baile “deslumbrante” e cheio de “brilhantismo” aos sócios e convidados.

A escolha da denominação Orgulho da Colônia demarca o caráter afirmativo daquela sociedade, composta por moradores orgulhosos da sua região, da sua Colônia Africana, ou simplesmente Colônia como carinhosamente a chamavam. Ter orgulho da Colônia significava

exaltar o território da Colônia Africana, assim como a sua herança africana, contrapondo e rechaçando as imagens pejorativas sobre a área. Aqueles homens e mulheres aproveitavam os momentos de grande visibilidade, atingida com as festividades, para reverter estereótipos depreciativos sobre a região e seus moradores, frequentes na imprensa e na sociedade de um modo geral (ROSA, 2008, p. 129). Esses eventos, além da diversão, do encontro com os seus semelhantes de cor, eram também momentos para afirmar o investimento na auto-valorização coletiva, na construção do orgulho de ser negro e a satisfação de pertencer a um espaço caracterizado por essa presença, materializados na denominação “Orgulho da Colônia”.

Localizado na esquina da Rua Esperança (atual Rua Miguel Tostes) com a Rua Casemiro de Abreu, o Salão Modelo (também conhecido como Salão do Ruy) era um amplo salão, local de sociabilidades das famílias negras da Colônia Africana.

Tinha uma escadaria imponente com corrimão de madeira lustrada. Por ali desciam as rainhas das festas da Colônia para a coroação no palco, lugar de apresentação das grandes orquestras. Desciam as cantoras, Horacina Correa era a mais querida, tão elegante e afinada. Desceram também Dalva de Oliveira e Herivelto Martins, Grande Otelo, Orlando Silva e Francisco Alves. Não era pouca coisa, não (SANTOS I, 2010a, p. 86).

Na primavera iniciavam as festas de preparação para o carnaval na Colônia Africana. Segundo Seu Jayme, estas festas angariavam fundos para o carnaval, que durou até aproximadamente 1945 (SILVA, 2005, p. 57). Diversos cordões, blocos e grupos carnavalescos animavam a festa na Colônia Africana.

Nesta época a Colônia Africana era só festa! Ali reinava harmonia, paz e muito amor. Isto era na primavera! Negras lindas, bem vestidas e os rapazes com suas roupas bem alinhadas nos bailes da primavera. Ali iniciavam os preparativos para o carnaval, os blocos da Colônia Africana eram os seguintes: o bloco denominado Os Fazendeiros, da rua Giordano Bruno, sob a direção de Ulisses Martins; Cordão Carnavalesco Os Prediletos, sob a direção de Flávio Correia e Ademar Martins. Após veio o Bloco os Turunas sob a direção de Alípio Dias [...] (SILVA, 2005, p. 34).

Os Prediletos e Os Turunas eram os blocos de carnaval mais importantes, revezando-se nos primeiros lugares dos concursos. No carnaval de 1934, o Prediletos ficou em primeiro lugar e o Turunas com a segunda colocação no Concurso de Blocos realizado no Alhambra (SANTOS I, 2010a, p. 73). Apaixonada por carnaval, a foliã Dolzira Padilha, moradora da Colônia Africana até 1935, relembra os carnavais daquela época narrando os festejos das décadas de 1920/30:

[...] eu estou contando de 28, mas já era antes de [19]28. Então esse “Prediletos” tirava campeão. [...] tinha um moço que era de cor também e ele formou-se médico [...] o Veridiano... E então ele é desses Prediletos, ele era fanático. Todo mundo conhecia o Veridiano.

[...] e tinha também os “Turunas” dessa minha grande amiga Horacina Correa, que eu falo com ela assim com uma dorzinha, porque ela era da Difusora, ela era da Farroupilha, ela era da Gaúcha, que foi de todas essas (PADILHA, 1991, p. 2).

O moço de cor, carnavalesco, médico, a quem Dolzira se refere é Veridiano Farias, um dos primeiros médicos negros da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Formado em 1951, Veridiano Farias, que ficou conhecido como “o teimoso” por sua

persistência em ingressar na Faculdade de Medicina (GOMES, 2016), também tinha a música como paixão, tocando na noite portoalegrense e no carnaval atuando como ensaiador do bloco Os Prediletos (SANTOS, 2005, pp. 78-79). Falecido precocemente em 1952, hoje dá nome a Rua Dr. Veridiano Farias, no Bairro Petrópolis (idem).

Dona de uma bela voz, Horacina Correa era solista “a voz principal do Cordão Carnavalesco Turunas” (SANTOS I, 2010a, p. 92). Ela também cantava em diversas rádios. Sua carreira ganhou amplitude nacional e internacional, indo morar no Rio de Janeiro e fazendo turnê pela Argentina. Além de amiga, Dolzira era uma grande fã de Horacina. Ela conta que por causa do trabalho tinha que acordar muito cedo e não conseguia sair para ver o bloco dos Turunas. Mas quando o bloco voltava, ela ouvia a voz de Horacina e não se aguentava. Levantava da cama e ia para o portão ver a Horacina Correa e os Turunas passarem.

E eu morava na Rua Esperança, mas eu não podia ver o cordão, esse Turuna saí, porque eu trabalhava numa fábrica de vime e a gente tinha que chegar na hora, quer dizer, eu tinha que me deitar cedo, né. O marido saía pro bloco e eu ia me deitá. Mas quando era seis horas eu não resistia, não resistia porque o cordão vinha de volta, né 6h, 4h, da madrugada. Então quando ela vinha, uma voz que era assunto muito sério, sabe? A voz dela. Então ela cantava assim, como é que eu vou canta...:

“Ei-la seu coisada enfeza na batucada,  
Ei-la seu coisada enfeza na batucada,  
Pimenta do reino é preta, mas faz um pirão gostoso...”

Ai, quando essa mulher gritava isso, eu tinha que me levantá, ah eu tinha que me levantá, tinha que vê ela passá. Então ela passou muito bonita um ano, foi em [19]31, isso eu me lembro bem, ela toda de cossaco, era cor de rosa e branco a fantasia deles e essa mulher vinha cantando, mas então era um sucesso, agarravam

ela numa cadeira, traziam ela na cadeira [...] ela era Horacina Correa. E eu era louca por ela, eu ficava no portão [...] (PADILHA, 1991, p. 2)

Os blocos saiam de seus locais de origem e se dirigiam a coretos localizados em outras partes da cidade ou em outros territórios negros. A circulação entre os diversos territórios carnavalescos era uma prática comum. O público ia atrás, percorrendo vários quilômetros a pé pela cidade.

É, andava por uma porção de lugares sabe, andavam por muito lugar porque eles andavam. Eles passavam na Rua Esperança [...] passavam na frente do Baltimore. Todo mundo gostava de passar pelo Baltimore e era muito bonito também quando vinha bloco, então um bloco se encontrava com o outro, então cantavam ali as marchinhas [...] (PADILHA, 1991, p. 14).

Os ensaios eram realizados nas cavernas, casas com pátio que serviam de sede aos blocos, nas quais eles ensaiavam e se reuniam quando necessário. A caverna dos Prediletos ficava na Rua Francisco Ferrer, na Colônia Africana, conforme trecho da entrevista de Dona Dolzira: “[...] tinha também outro bloco que eu gostava muito, chamava-se ‘Os Prediletos’, então esse era na Colônia, na rua Francisco Ferrer” (PADILHA, 1991, p. 1).

Haviam também os concursos carnavalescos, eventos bastante concorridos realizados nos cinemas e cine-teatros. Dona Dolzira traz um pouco da ambiência de um concurso realizado no Cinema Baltimore em 1931. Este cinema ficava localizado na Av. Osvaldo Aranha, em frente ao Parque da Redenção.

Em 31 [...] eu fui pra lá muito bonita [...]. Aí quando a gente subia né, lá pra galeria, tinha que fica lá. Quando, quando chegava qualquer bloco eu pensava: “Daqui a pouquinho vem meu marido, né, eu vô descê, vou sambá” [...] quando

era daqui a pouquinho chegava o bloco do meu marido. Aí quando chegava eu ficava tão louca, tão louca, tão louca (risos).[...] Então a gente descia e eu dava graças a Deus quando via meu marido sortá o trombone que é prá gente pulá, né. Aí então a gente pulava, aí já chegava outro bloco: pré, pré, Predileto! pré, pré, Predileto! (PADILHA, 1991, p. 7).

Nascida em 1910, Dolzira Padilha foi moradora da Rua Esperança (atual Rua Miguel Tostes) na Colônia Africana até 1935. Seu marido, Euclides Padilha, era carnavalesco e saía no cordão “Divertidos e Atravessados” pertencente à Cidade Baixa. Músico, ele tocava diversos instrumentos: violino, trombone, bandolim. Dona Dolzira, que na época da entrevista morava na Av. Cel. Lucas de Oliveira, relata que antigamente esta rua se chamava Av. Maria em menção à Maria Mostardeiro, proprietária que foi vendendo a área em lotes.

[...] esta rua aqui, que vocês estão aqui, não era Lucas de Oliveira, era Av. Maria. A dona disto aqui era Maria Mostardeiro, vendia pros pobre [...] aproveitamos a oportunidade pra compra esta casinha aqui. [...] E depois então foi que botaram Lucas de Oliveira, mas muita gente ainda procura Av. Maria (PADILHA, 1991, p. 1).

Essas memórias trazem um pouco dos festejos de carnaval na Colônia Africana nas décadas de 1920/30. Não se sabe até quando durou o carnaval na Colônia Africana, mas sabe-se que até pelo menos 1940, pois neste ano ainda é possível encontrar referências na imprensa retratando o carnaval neste antigo território negro.

Em janeiro de 1940, o jornal *Correio do Povo* retrata o pré-carnaval que visava antecipar o que seria o carnaval daquele ano e ao mesmo tempo angariar fundos para os dias da folia do momo:

Muito cedo os morenos desceram os morros, desembocaram da Colônia Africana e acordaram os sisudos paralelepípedos da Rua da Praia com o ruído de seus tambores, o matraquear de suas tamancas e a estridência de suas cornetas. As latinhas correram de mão em mão, enchendo-se de níqueis e as passeatas foram-se repetindo nas noites de sábado, até que o povo se lembrou de que o carnaval estava perto (CORREIO DO POVO, 27/01/1940).

Em fevereiro daquele ano, nos dias de carnaval, um baile no Salão do Ruy (antigo Salão Modelo) ganha destaque. A notícia narra a festa carnavalesca “no ‘Ruy’, a sociedade de pretos da Rua Esperança”, confirmando os depoimentos de antigos moradores que destacam o Salão do Ruy como um importante ponto de encontro e sociabilidade negra da Colônia Africana.

**Na Colônia Africana, numa esquina da Rua Esperança, há uma das sociedades mais movimentadas de Porto Alegre. Trata-se do “Ruy”, como todo mundo a conhece. [...]**

Estas duas fotos debaixo foram tomadas **no “Ruy”, a sociedade de pretos da Rua Esperança**. Quando chegamos, esparramava-se parafina no salão, enquanto se aguardava a chegada do cordão em passeata pela Rua da Praia. Dentro em pouco, explode uma voz no salão: “Cavalheiros e senhoritas: está na porta o ‘Bloco dos Aristocratas’. Pedimos o obséquio de abrirem alas para a entrada do nosso cordão”. E os Aristocratas surgem “fulgurantes” (à esquerda), o remeleixo em grande pompa, requebrando ao som da marchinha “Vai haver confusão na cidade, este ano vamos ter carnaval de verdade...”

**Os bailes carnavalescos da Sociedade Ruy Barbosa são sucesso na certa. É de lá que se ouve, na cidade, o primeiro toque de chamada para o carnaval, e é lá que se faz o Carnaval mais tipicamente brasileiro de Porto Alegre** (REVISTA DO GLOBO, 17/02/1940, p. 45, grifo meu).



Figura 57: Carnaval no Salão do Ruy na Colônia Africana, Porto Alegre / RS - 1940.

Fonte: Revista do Globo, 17/02/1940, nº 269, p. 45.

Ambas as notícias se referem a Colônia Africana como espaço negro e carnavalesco, com “os morenos descendo o morro, desembocando da Colônia Africana” e saindo de lá “o primeiro toque de chamada para o carnaval” considerado “o mais tipicamente brasileiro” da cidade. O destaque ao Salão do Ruy como “a sociedade de pretos”, uma das mais movimentadas da cidade, cujos bailes são sucesso na certa, indica que ainda havia uma significativa presença negra na área, que se organizava e mantinha as suas práticas culturais, como os bailes e o carnaval. Se em 1940, mais de 20 anos depois do bairro ter sido rebatizado de Rio Branco (1913), a área ainda era referida como Colônia Africana, é sinal que ela ainda existia e que sua denominação resistia, pelo menos na memória.

## BACIA DO MONT’SERRAT

### Segundo Sérgio da Costa Franco, o Mont’Serrat

Trata-se de bairro que nasceu em torno de 1910. Em 1913, a Cia. Predial e Agrícola anunciava terrenos à venda na Rua Dr. Freire Alemão. No ano de 1915, publicidade de imprensa já aludia à “pedreira de Mont’Serrat”. E a planta municipal de 1916 apresenta o traçado inicial do bairro, o quadrilátero entre as ruas Anita Garibaldi e Eudoro Berlink, a Av. Maryland e a Rua Arthur Rocha (2006, p. 279).

O autor não faz nenhuma menção à presença de famílias negras ou empobrecidas, como faz para os demais territórios negros, ainda que este bairro seja constantemente referenciado como um dos territórios negros existentes na cidade de Porto Alegre na primeira metade do século XX. As menções a que me refiro advêm não apenas das narrativas dos moradores ou de frequentadores deste bairro, mas também das crônicas de Sanhudo (1975) e das reportagens sobre carnaval da década de 1940.

Na crônica intitulada “A Bacia do Mont’Serrat”, Sanhudo relata a existência de moradores na área ainda antes de 1910, ano em que se consideraria o início oficial do bairro marcado pela construção da Igreja Nossa Senhora Auxiliadora. Na atualidade esta igreja está localizada na Rua 24 de Outubro, oficialmente dentro dos limites do Bairro Auxiliadora, contíguo ao Mont’Serrat. Sobre as origens do Mont’Serrat, o autor traz as seguintes informações:

O bairro, ou melhor, o arraial, começou realmente com a construção da igreja de Nossa Senhora da Auxiliadora, aí pelo ano de 1910 [...].

Mas é verdade que antes disso já havia moradores aí nesses valões da antiga rua Álvaro Chaves, hoje Arthur Rocha (SANHUDO, 1975, p. 111).

Apesar disso, a área da Bacia do Mont’Serrat só vai aparecer pela primeira vez num mapa em 1916 (figura 58), tendo como limites a Rua Arthur Rocha a leste, a Rua Nova York (atual Av. Cel. Lucas de Oliveira) a oeste, a Estrada da Pedreira (hoje a Av. Plínio Brasil Milano) a norte e a Rua Anita Garibaldi ao sul. Esse quadrilátero engloba uma parte considerável da área que posteriormente será a Bacia do Mont’Serrat (figura 59). De acordo com o Mapa de 1916, a área do Mont’Serrat é o limite desta parte da cidade, assim como a área da Colônia Africana, havendo um amplo espaço em branco (a princípio não urbanizado) na face sul e

leste. Na área em branco ao sul, posteriormente irão se localizar os bairros Bela Vista e Petrópolis. Observa-se também que há um espaço entre o Mont’Serrat e o Bairro Moinhos de Vento (localizado a oeste), não sendo o Mont’Serrat a continuidade da urbanização deste.

Contudo o bairro Auxiliadora, localizado no limite norte do bairro Mont’Serrat (figura 59), já tem algumas ruas traçadas no Mapa de 1906. Sanhudo relata a ligação entre os bairros Auxiliadora e Mont’Serrat, os quais são adjacentes.

O arrabalde foi se desenvolvendo em torno da paróquia local, tanto que atualmente temos, por lei, o bairro Auxiliadora e **o bairro Mont’Serrat, que englobamos sob a epígrafe de “bacia do Mont’Serrat”**.

Um [o bairro Auxiliadora] nasceu e se criou ao lado da igreja, e **o outro [o bairro Mont’Serrat], na bacia propriamente dita [...]** (1975, pp. 111-112, **grifo meu**).

Nesse trecho podemos verificar que o autor especifica a localização do bairro Mont’Serrat como “na bacia propriamente dita”. O termo “bacia” se refere ao relevo da área, formado por uma parte baixa em seu centro, cercado por partes altas (tanto no sentido sul-norte, quanto no sentido leste-oeste), apresentando o formato semelhante ao de uma “bacia”, com uma parte interna baixa e bordas altas. Crê-se que devido a forma côncava do relevo a área foi popularmente batizada de “Bacia do Mont’Serrat”. A possível denominação da área relacionada ao relevo é confirmada pelo cronista Sanhudo, que ao referir-se a nomenclatura do local destaca que “o interessante é que aqui se notabilizou justamente pela depressão ao norte do cerro, popularizando-se como bacia do Mont’Serrat” (1975, p. 112).

Para os adeptos das religiões de matriz africana, o termo “bacia” está relacionado ao pertencimento dos terreiros do bairro a uma mesma matriz/linha religiosa (RECH, 2012, p. 31). Ou seja, tem uma origem

## MAPA DA BACIA DO MONT'SERRAT PORTO ALEGRE / RS - 1916

### TERRITÓRIOS NEGROS

-  BACIA DO MONT'SERRAT
-  ILHOTA
-  AREAL DA BARONESA
-  COLÔNIA AFRICANA
-  LAGO GUAÍBA
-  ARROIO DILÚVIO



Figura 58: Mapa da Bacia do Mont'Serrat, Porto Alegre / RS - 1916. Sem escala.

Elaboração: Daniele Machado Vieira. Edição: Lara Ferreira, 2021.

Mapa base: Mapa de Porto Alegre de 1916 (IHGRGS, 2005).

espiritual comum, assim como um espaço geográfico de referência, que também lhe é comum. Deste modo, pertencem a uma mesma “bacia”.

Para fins de distinção entre o bairro e o território negro, quando nos referirmos ao bairro oficial usaremos o termo Mont'Serrat e quando formos nos referir ao território negro utilizaremos a nomenclatura popularmente atribuída a ele “Bacia do Mont'Serrat” ou simplesmente “Bacia”.

A área do território negro Bacia do Mont'Serrat, delimitada no mapa (figura 59), se aproxima da área oficial do bairro. A localização dos marcadores territoriais negros na área, como as casas de religião de matriz africana, os salões de baile e os coretos de carnaval permitiram traçar a área aproximada deste território negro. Assim, a Bacia do Mont'Serrat tem como limites aproximados, no sentido norte-sul, da Av. Plínio Brasil Milano até Rua Pedro Ivo (já na parte alta do bairro, ou nas bordas da Bacia); e na direção leste-oeste, da Rua Pedro Chaves Barcelos até a Av.

## MAPA DA BACIA DO MONT'SERRAT PORTO ALEGRE / RS



Figura 59: Bacia do Mont'Serrat sobre mapa dos bairros de Porto Alegre / RS - séc. XX.  
Sem escala.

Elaboração: Daniele Machado Vieira. Edição: Lara Ferreira, 2021.

Mapa base: Mapas Digitais Oficiais da Prefeitura de Porto Alegre.

Mariland. Assim como a Rua Pedro Ivo, estas duas últimas ruas também podem ser consideradas como “bordas” da Bacia por estarem em um plano elevado em relação a sua área interna.

Diferentemente do bairro Mont'Serrat, a área ocupada pela Bacia do Mont'Serrat se estende até o segmento formado pela Rua 24 de Outubro e pela Av. Plínio Brasil Milano (figura 59). Na prática esta era uma situação esperada, visto que a ruptura entre o bairro Auxiliadora e o Mont'Serrat ocorre a partir desta via, pois embora o bairro Mont'Serrat tenha como limite norte a Rua Eudoro Berlink, as ruas transversais prosseguem por mais uma quadra, finalizando apenas no segmento formado pela Av. Plínio Brasil Milano e pela Rua 24 de Outubro. Para o lado

norte desta via iniciam ruas do Bairro Auxiliadora que, com exceção da Av. Mariland, não são continuidades nem prolongamentos das ruas do bairro Mont’Serrat.

No que se refere a presença negra na área, se Franco (2006) não faz nenhuma menção, o cronista Sanhudo o faz e de forma extremamente desabonadora. Sanhudo não só explicita a marcante ocupação negra na região, como também a localiza na área da Bacia do Mont’Serrat:

Vi, assim, **naquela parte em que se originou o nome da bacia** [depressão], muitos e sorridentes filhos de Cam que, em grupos, despreocupadamente, estirados ao longo dos barrancos das suas desprotegidas ruas, conversavam, escutavam futebol pelo rádio, ou então, o que é mais próprio deles, reunidos num improvisado conjunto orquestral, ensaiavam os característicos instrumentos tão nossos familiares, entoando as lamúrias da música de Lupicínio. Era a alma do samba que estava vibrando no meio daquela gente alegre! (1975, p. 112).

Parece que a presença negra na área do Mont’Serrat era mesmo significativa, visto que Sanhudo faz menção apenas a este grupo racial, detendo-se a detalhar o que chamou, em tom jocoso, de uma “paisagem *sui generis*” – única, característica daquele gênero. Assim, nas palavras do autor: “se o leitor se der ao trabalho de percorrer as ruas ainda em estado primitivo desse bairro da cidade, verá uma paisagem *sui generis*” (SANHUDO, 1975, p. 112).

O autor compõe a paisagem acrescentando à narrativa características como “despreocupados”, “estirados”, as quais são representações de ociosidade, que julgou própria dos habitantes daquele espaço. Em suas crônicas sobre os territórios negros, Sanhudo faz uma descrição tendenciosa, carregada de adjetivos desqualificadores e julgamento moral, produzindo uma visão pejorativa destes espaços e de seus moradores.



Figura 60: Chalet na Colônia Africana, Porto Alegre / RS - 1910.

Fonte: Acervo Jayme Moreira da Silva (SANTOS I, 2010a, p. 12).



Figura 61: Casa de madeira na Rua Anita Garibaldi (Bairro Mont'Serrat), Porto Alegre / RS - 2015.

Fonte: Daniele Machado Vieira. Trabalho de Campo 23/01/2015.

Em geral, relaciona a chegada de melhoramentos urbanos à melhoria “social” destes espaços. Contudo, o autor nos traz informações importantes sobre estes espaços, como a localização, a origem temporal e explicações sobre a denominação.

Assim, embora tenhamos muitas críticas, acabamos por utilizar essas crônicas como “prova” de que estes espaços se caracterizavam de fato pela relevante presença negra. Ao fazer uso de registros deste tipo é necessário realizar uma contra-leitura, “pinçando” as informações relevantes, que sirvam para contar uma outra história destes espaços urbanos e de suas experiências. Estas informações são complementadas e contrastadas com as narrativas orais dos antigos moradores, as quais trazem a densidade e o simbolismo da experiência negra vivenciada naqueles espaços.

Sanhudo descreve a paisagem da Bacia, depois de ter “palmilhado” “esses logradouros da famigerada Bacia do Mont’Serrat”. Em tom paternalista relata a presença dos “humildes moradores” com suas “modestas casinhas”, ressaltando, contudo, a presença de “boas e encantadoras residências”. Na

narrativa do autor, a Bacia do Mont’Serrat “é um lugar de aspecto alegre. O grande número de modestas casinhas, atestando os seus humildes moradores, mostram, por si só, a vida do bairro. É verdade, todavia, que já há boas e encantadoras residências” (SANHUDO, 1975, p. 112).

As imagens das casas de madeira e seu entorno ilustram o que seria a paisagem da Colônia Africana e da Bacia do Mont’Serrat na primeira metade do século XX. A primeira imagem retrata um chalet na Colônia Africana por volta de 1910 (figura 60) e a segunda, uma construção semelhante encontrada (atrás de tapumes) na Rua Anita Garibaldi, durante uma saída de campo ao bairro Mont’Serrat no início de 2015 (figura 61).

O território negro Bacia do Mont’Serrat ao qual nos referimos já não existe mais, devido, em boa medida, a grande transformação social e econômica do bairro nas últimas décadas. Mas ainda há uma presença negra que resiste à vertiginosa verticalização e elitização do bairro. Na atualidade o bairro é um dos mais “nobres” da cidade de Porto Alegre/RS. Um dado que chama a atenção e que ressalta a drástica transformação e elitização do bairro é o rendimento médio dos responsáveis por domicílio ser de 12,50 salários mínimos, segundo dados do Observa Poa com base no Censo de 2010.

### **Rua Arthur Rocha: celebrando a intelectualidade negra**

Segundo o cronista Sanhudo, a Rua Arthur Rocha foi o primeiro espaço a ser ocupado na região que hoje conhecemos como bairro Mont’Serrat. Contudo, nessa época a via ainda se chamaria Rua Álvaro Chaves, descrita pelo cronista como “valões” indicando a precariedade de infraestrutura do espaço, relacionadas à declividade e à acumulação de umidade. Essa primeira leva de moradores teria ocorrido ainda antes de 1910, data



O historiador Sérgio da Costa Franco faz construção semelhante a nossa, acompanhando a via nos mapas da cidade, confirmando a informação de que a Rua Arthur Rocha (primeira rua da Bacia do Mont’Serrat) “homenageia o poeta, dramaturgo e jornalista Artur Rodrigues da Rocha, nascido e falecido em Rio Grande (1859-1888)” (2006, p. 41). Essa rua seria só mais um dos muitos espaços da cidade que imortalizaram intelectuais, não fosse o fato de Arthur Rocha ser um intelectual negro, gaúcho; e do bairro Mont’Serrat, inicialmente, ter se caracterizado pela marcante presença negra. Nesse contexto, a informação de Franco se torna extremamente valiosa, pois confirma a nossa premissa de que aquela que fora a primeira via do Arraial do Mont’Serrat, território negro reconhecido como “Bacia do Mont’Serrat”, tem sua denominação relacionada a uma importante figura negra da época: o dramaturgo riograndino Arthur Rodrigues da Rocha ou simplesmente Arthur Rocha.

Franco não faz nenhuma menção ao fato de Arthur Rocha ser negro, quiçá por desconhecimento, o que faria essa via passar despercebida por nós. Isso só não ocorreu porque o dramaturgo negro é citado no artigo que trata das comemorações de liberdade da comunidade negra em Porto Alegre, escrito por Zubaran (2008, p. 177).

Não sabemos o motivo da alteração da nomenclatura do logradouro de Rua Álvaro Chaves para Rua Arthur Rocha, mas poderíamos especular que fora uma solicitação da comunidade negra residente no local ou uma referência a ela, como no caso do Parque da Redenção. Fato é que faz todo sentido que este logradouro, inicialmente ocupado pela população negra, tenha sido denominado Arthur Rocha, visto que era comum, e ainda é, legar aos espaços denominações relacionadas a personagens marcantes para determinado grupo.

Arthur Rodrigues da Rocha ou simplesmente Arthur Rocha (figura 64), como se auto-denominava, era um intelectual negro

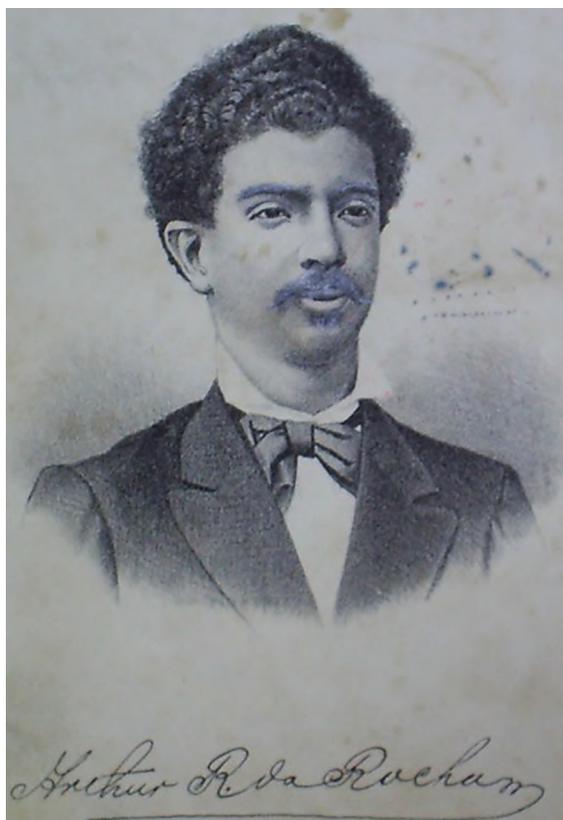


Figura 64: Dramaturgo negro Arthur Rodrigues da Rocha, Rio Grande do Sul (1859-1888).

Fonte: Isabel Silveira dos Santos (2009, p. 49).

cultuado pela comunidade negra portoalegrense no final do século XIX e início do século XX. Nascido na cidade de Rio Grande, aos 13 anos já residia em Porto Alegre. Apesar da sua curta existência (1859-1888) este poliintelectual – dramaturgo, ator, jornalista, contista, ativista político – produziu 14 peças teatrais (entre 1875 e 1884), estando sete delas publicadas em três volumes intitulados “Teatro de Arthur Rocha” (SANTOS IS, 2009, p. 56).

Reverenciado pela comunidade negra, Arthur Rocha, já falecido, tinha suas peças teatrais encenadas como parte das comemorações de liberdade ocorridas nas datas de 28 de setembro e 13 de maio, nos primeiros

**O EXEMPLO**

*to Costa  
cia compadres  
res Pereira  
A. Pereira  
casamento, pas-*

**Floresta Aurora**  
**QUARTA-FEIRA, 28 de Setembro de 1904.**  
**Espectaculo de gala.**  
**Anniversario do Centro**

O centro dramatico desta sociedade commemora a gloriosa data de **28 de Setembro**, levando a scena o drama

**A filha da escravo,**  
primorosa joia litteraria da lavra do immortal escriptor **ARTHUR ROCHA.**

*is tem sido o me-  
lições que o tem-  
as e muros em  
al que reixon na  
poz por terra o*

Figura 65: Anúncio-convite para as comemorações do 28 de Setembro, Jornal O Exemplo, Porto Alegre / RS - 1904.

Fonte: Acervo on-line coleções jornal "O Exemplo" - <http://afro.culturadigital.br/>

anos do século XX (ZUBARAN, 2008, p. 176). Essas datas referem-se a dois marcos da emancipação negra: o 28 de setembro é a data da assinatura da Lei do Ventre Livre (1871) e 13 de maio marca a Abolição da Escravidão em 1888. O convite para as comemorações do 28 de setembro de 1904, publicado no jornal negro "O Exemplo", destaca a encenação da peça "A Filha da Escrava" "primorosa joia literária da lavra do imortal escritor Arthur Rocha" nas festividades ocorridas na Sociedade Floresta Aurora (figura 65). Ainda em atividade, o Floresta Aurora é o mais antigo clube social negro do país, fundado em 1872, em Porto Alegre/RS. Na celebração do 13 de maio de 1904 foi encenada a peça "O Filho Bastardo", também de Arthur Rocha.

Isabel Silveira dos Santos, pesquisadora da obra de Arthur Rocha, identifica nas peças do autor a construção de uma narrativa pedagógica, destacando a presença do discurso abolicionista; a valorização da instrução, do letramento e do trabalho, produzindo desta forma outros sentidos do que significava ser negro nas décadas finais do período escravocrata:

Arthur Rocha pedagogicamente produz significados alternativos sobre o que significava ser negro(a), pardo(a), ao construir, nas suas narrativas teatrais, **personagens negras cultas, elegantes e bem sucedidas**, como é o caso dos personagens José e Sérvulo naquela época, constituindo exemplos que poderiam ser seguidos pela comunidade negra (SANTOS IS, 2010, p. 13, **grifo meu**).

Parte do distinto grupo de intelectuais negros livres do final do século XIX, Arthur Rocha foi, merecidamente, elevado a um lugar de destaque no panteão dos homens negros ilustres, creio que em grande medida por ser um representante da terra. Olhando a partir desse lugar de destaque a que fora alçado, consideramos que a escolha de Arthur Rocha para nomear o logradouro na Bacia do Mont'Serrat não foi aleatória, mas uma decisão consciente relacionada a vontade de marcar a presença negra naquele espaço a partir de um de seus ícones.

### **Bicas d'água e quaradouros**

O Mont'Serrat era conhecido como um bairro de lavadeiras. Os antigos moradores relatam a existência de diversas bicas d'água espalhadas pelas ruas do bairro. Próximo as bicas, acumulavam-se as tinas de lavar roupas, nas quais as mulheres exerciam o ofício, passado de geração em geração.

Dona Shirley Machado, neta e filha de lavadeiras da Bacia do Mont'Serrat, lembra o ofício das mulheres da sua família. Além de lavadeiras, os saberes das mulheres abrangiam a costura, o cozinhar, o preparo de doces.

Na rua Fabrício Pilar tinha uma bica d'água. Ali onde hoje tem uma casa de religião tinha uma bica e tinha umas trinta, quarenta tinas para lavar roupa. O Mont'Serrat era um bairro de lavadeiras e as mulheres da minha família exerciam o ofício. Tínhamos também tias costureiras e cozinheiras, especialistas em doces:

de côco, de batata, quindim, fios de ovos. Eram trouxas e mais trouxas de roupa, tudo anotado pela mãe em cadernos velhos, sobras do ano letivo dos filhos, com aquelas garatujas de mulher pouco letrada. Ela tomava nota de tudo que recebia por semana, da quantidade de sabão enviada pelas patroas, o estoque de anil, as datas dos pagamentos. [...] (SANTOS I, 2010a, p. 110).

A entrevistada, que ainda hoje reside no bairro Mont’Serrat, detalha a técnica de lavagem que cresceu vendo sua mãe e sua avó fazerem diariamente:

Para a lavagem da roupa não havia detergente ou sabão em pó, só era usado o sabão grosso, em barra, que a mãe cortava com a faca [...]. Depois de separadas roupas brancas e roupas de cor, as peças eram fervidas e ensaboadas numa tina de madeira cheia de água. [...]. As peças todas eram bem esfregadas [...] e então as peças brancas iam para o quaradouro. Passavam umas horas descansando ao sol para clarear, enquanto eram borrifadas com água.

Os quaradouros eram quadrados de madeira feitos com pauzinhos. Dentro do quadrado tinha grama ou areia grossa, tábuas ou pedras, para as roupas não tocarem o chão. Depois de quaradas as peças eram levadas à outra tina, enxaguadas e torcidas até a água ficar limpa e cristalina, também sem cheiro de sabão (SANTOS I, 2010a, pp. 110-111).

Apesar de conhecer minuciosamente o processo de lavagem de roupas, Dona Shirley não se tornou lavadeira. Não herdou a profissão passada de geração em geração. Ela relata que, intencionalmente, sua mãe não a ensinou o ofício das mulheres da família, pois ela iria estudar! A busca pela cidadania, emancipação e ascensão social através da escolarização é uma constante nas narrativas de diversas famílias negras.



Figura 66: Remanescente de bica d'água na Bacia do Mont'Serrat, Porto Alegre / RS - 2015.

Fonte: Daniele Machado Vieira. Trabalho de Campo 23/01/2015.

**A mãe não me ensinou nada disso**, eu aprendi vendo, ouvindo, acompanhando e até lavando peças pequenas [...]. A vó ensinou as lições do ofício para a mãe que seria lavadeira, como ela. **Eu ia bem na escola, tinha esperança de futuro**, jeito para professora, para advogada. A mãe sabia (SANTOS I, 2010a, p. 111, **grifo meu**).

Este relato é importante, pois narra a ruptura do ofício manual herdado dos antecessores. Destaco aqui o ofício manual não no sentido de desvalorizá-lo, porque sim, estes são saberes, visto que não são todas as pessoas que sabem lavar, cozinhar, costurar; mas no sentido de marcar que este é o tipo de trabalho que, desde a época da escravização, continua

sendo relegado a nós, negros. E não é que não sejamos capazes de desenvolver atividades “intelectuais”, como a docência ou a advocacia, mas faltam oportunidades ou mesmo perspectiva.

Com as transformações ocorridas no bairro, as bicas, assim como as lavadeiras foram desaparecendo. Mas ainda é possível encontrar um remanescente na Rua Carlos Trein Filho, nas proximidades da Av. Plínio Brasil Milano. Em frente a uma antiga e bem conservada casa de madeira, uma bica resiste; rugosamente destoa, junto com a casa de madeira, da paisagem ao seu redor.

### **Bacia:** povoada por casas de batuque

As drásticas transformações ocorridas no bairro nas últimas décadas tiveram um grande impacto sobre os moradores negros e suas práticas. O desaparecimento das casas de batuque (terreiros) foi uma delas. A grande presença de casas de religião de matriz africana é uma característica sempre destacada nas narrativas sobre as áreas que estamos chamando de territórios negros. O Mont’Serrat não foge à regra, sendo referenciado como lugar de batuqueiro forte.

A antropóloga Jacqueline Britto Pólvora que teve sua pesquisa situada na casa de Mãe Laudelina do Bará, já nos anos 1990 retrata o processo de transformação pelo qual passara a Bacia do Mont’Serrat:

Atualmente, o Mont’Serrat, bem como os arredores que compunham a Colônia Africana, é um misto de populações divididas entre carros importados e casas velhas de madeira, comidas por cupins. Entre os negros que resistiram à selvageria dos interesses imobiliários encontra-se Mãe Laudelina do Bará, 81 anos, dos quais 53 como Mãe de Santo, cultuando a tradição que em Porto Alegre é conhecida como *lado de oió* (PÓLVORA, 1996, p. 164, *grifo da autora*).

Mãe Laudelina do Bará, antiga mãe de santo da Bacia do Mont'Serrat com casa de batuque situada na Rua Freire Alemão, compõe a terceira geração de uma família de santo da área. Seu pai de santo, Joãozinho do Bará, é constantemente referenciado como uma importante figura do batuque do Rio Grande do Sul. É neste sentido que Pólvora afirma que

O Mont'Serrat também passa a ser território importante para os batuqueiros quando estes se referem ao bairro *como lugar de batuqueiro forte*, uma menção as antigas casas de religião [de matriz africana] que por lá existiram. A própria família de Santo de Mãe Laudelina do Bará (sua Mãe e avô de Santo) foram moradores do Mont'Serrat (1996, p. 165, *grifo da autora*).

Engana-se quem pensa que o terreiro de mãe Laudelina do Bará era uma exceção. Além desta, existiram muitas outras casas de religião de matriz africana no bairro. Tal afirmação está presente não apenas na pesquisa de Polvóra (1996), mas também na de Rech (2012) e nas narrativas do livro de memórias Colonos e Quilombolas (SANTOS I, 2010a).

Muitas outras casas de religião existiram nesse território, e pode-se dizer que atualmente são poucas as que restam, já que muitos moradores foram reterritorializados para bairros mais novos e/ou para pequenas cidades que compõem a região metropolitana [...] (PÓLVORA, 1996, p. 165).

A grande quantidade de terreiros no bairro e sua ligação com nomes importantes do batuque no Estado são pontos constantes nas narrativas sobre a Bacia do Mont'Serrat. Uma das narrativas colhida pela fotógrafa Irene Santos revela a presença de sete casas de batuque em uma única rua da Bacia do Mont'Serrat, sendo uma delas a casa de Joãozinho do Bará, responsável pela iniciação de mãe Laudelina no batuque. “Na

Rua Comendador Rheingantz havia sete casas de religião, de orixás fortes. Na frente da casa dos meus pais morava o Pai Joãozinho do Bará, muito conhecido na cidade” (SANTOS I, 2010a, p. 116). Aqui é feita menção à Bacia como lugar de orixás fortes, antes já referida como lugar de batuqueiros fortes. Na prática tem o mesmo sentido, porque o orixá é o dono da cabeça do batuqueiro.

As entrevistas feitas por Tiago Bassani Rech apontam outras casas de religião e suas localizações dentro da Bacia do Mont’Serrat (2012). Seu João, nascido na Colônia Africana no final da década de 1940, relata que frequentava batuques no Mont’Serrat, confirmando a existência de diversas casas de batuque e indicando a localização de algumas delas nas ruas Pedro Ivo, Tito Lívio Zambecari, Comendador Rheingantz e Felipe Neri.

Então a gente dizia: Ah! **Vamos lá na bacia, que era o Mont’Serrat**, que era junto com o Rio Branco. Mas **ali tinha várias casas**. Tinha o Joãozinho do Bará. Eu cansei de ir em batuque nas festas dele lá, né. Tinha a **Antonieta** também **lá em cima na Pedro Ivo**. Quem tocava para ela era a Evinha de Xangô, falecida [...] [...] tinha o **seu Manoel** que era do Xapanã **lá em cima na Tito Lívio**. [...] tinha **na Felipe Nery. O Joãozinho era da Reinghantz** (entrevista seu João *apud* RECH, 2012, p. 40-41, **grifo meu**)

Pai Luiz Antônio de Xangô, atualmente com terreiro na Rua Barão do Amazonas, também faz referência a Mãe Laudelina do Bará, nesta época já falecida, relatando que seu primeiro contato com a religião de matriz africana foi aos 12 anos de idade, na casa desta mãe de santo (RECH, 2012, p. 108).

Mas a religiosidade dos negros da Bacia do Mont’Serrat não ficava restrita aos cultos afro-brasileiros, havendo também a opção pelo catolicismo, talvez por ser melhor aceito socialmente. Contudo, o fato de



## Bailes e Piqueniques

Não há como falar da Bacia do Mont’Serrat sem falar de Júlio Ferreira, Seu Pretinho. Importante agitador cultural das décadas de 1940/60, Júlio Ferreira, promovia bailes nos principais salões frequentados pela comunidade negra, além dos tradicionais piqueniques no Passo do Feijó (SANTOS, 2005, p. 136). Também participava da organização do carnaval de rua, compondo blocos de carnaval como o “Aí vem a Marinha” e “Não vai pra ti”. Algumas das atividades promovidas por Seu Pretinho – piqueniques, torneio de futebol, festa de Natal e Ano Novo – podem ser conferidas num convite do “Grupo carnavalesco Não vai pra ti” chamando para a abertura da temporada de piqueniques:

Este grupo abrindo a sua temporada de PIC-NIC, tem o prazer de convidar-vos assim como vossa distinta família para este grandioso pic-nic e torneio de football, no dia 27 de novembro, na maior descoberta que o Pretinho fez, parada 32, Estrada Passo do Feijó.

Foi convidado o Jazz do popular Wilmar Ferras.

Não esqueçam a tradicional festa de Natal e Primeiro do Ano no Campo do Rio Guaíba F.B.C. (SANTOS, 2005, p. 52)

Os piqueniques dominicais marcaram época. Iniciavam pela manhã e estendiam-se pela tarde, com música e danças após o almoço. Organizados por clubes de futebol e grupos carnavalescos, aconteciam na primavera e no verão. Muitas são as lembranças desses piqueniques, com festas campestres e bailes vespertinos, alternativas de lazer para as famílias negras porto-alegrenses, entre os anos 1940/60 (SANTOS, 2005, p. 50). O Passo do Feijó era um dos locais preferidos de Seu Júlio Ferreira, mas esses eventos também eram realizados nos campos da Bacia do Mont’Serrat. É o que conta Érico da Rosa Machado, com 72 anos em

2005, lembrando os encontros e outro organizador: “o velho Aparício, um antigo motorneiro da Carris, que se destacava por suas bem sucedidas festas campestres, na antiga Bacia do Mont’Serrat, que congregavam uma multidão nas manhãs e tardes de domingo” (idem, p. 51).

Parte da diversão das famílias negras da Bacia do Mont’Serrat ficava por conta dos salões de baile e suas festas frequentes. Havia quatro salões de baile: o Salão do Natal (Rua Pedro Chaves Barcelos), o Salão do Licurgo (ao lado da Igreja Nossa Senhora Auxiliadora), o Salão do Prediletos (na Rua Felipe Neri) e o Salão do Bioga (SANTOS I, 2010a, p. 96).

O Salão do Natal era comandado por Orfelina Martins Bento, popularmente conhecida como Dona Negrinha (SANTOS I, 2010a, p. 96). Natural de Montenegro, ela passou a residir no Mont’Serrat no início dos anos 1930. Osvaldo Ferreira dos Reis, advogado e pesquisador da Porto Alegre negra, além de neto de Seu Júlio Ferreira, conta que “no mesmo local onde era o salão e a casa de Dona Negrinha ainda residem seus netos com suas famílias, preservando a memória de seus antepassados” (idem). Não só os descendentes de Dona Negrinha, como os de Seu Júlio Ferreira ainda residem no Mont’Serrat.

capítulo 4

# deslocamento dos territórios negros no espaço urbano



Localizados inicialmente no espaço central, os territórios negros de Porto Alegre foram ao longo do tempo sofrendo um paulatino deslocamento para as bordas da cidade. O quadro e o mapa a seguir são uma síntese desse processo de deslocamento dos territórios negros no espaço urbano (figuras 68 e 69). Verificou-se que os momentos em que ocorreram os deslocamentos dos territórios negros dentro da cidade estão relacionados a momentos de ruptura, que marcam o início de uma nova fase do processo de urbanização.

O Mapa Deslocamento dos Territórios Negros no Espaço Urbano de Porto Alegre – século XIX a 1970 (figura 69) demonstra que cada momento de existência dos territórios negros corresponde a uma localização espacial diferente dentro da cidade e conseqüentemente, um período temporal. Do mesmo modo, cada momento dos territórios negros está relacionado a determinada fase do espaço urbano e suas especificidades. Assim, cada momento dos territórios negros está inserido num contexto de cidade, com uma série de características próprias, relativas a uma fase do espaço urbano. As fases do espaço urbano são demarcadas por eventos, acontecimentos que provocam uma ruptura, dando início a uma outra fase.

São três os momentos de localização dos territórios negros dentro do espaço urbano: 1º momento: Centro (meados do século XVIII - final século XIX), 2º momento: entorno do Centro (final do século XIX - 1960/70) e 3º momento: periferia (anos 1940/70 em diante). Esses períodos não são estanques, eles fazem parte de um contínuo processo de deslocamento dos territórios negros rumo à periferia.

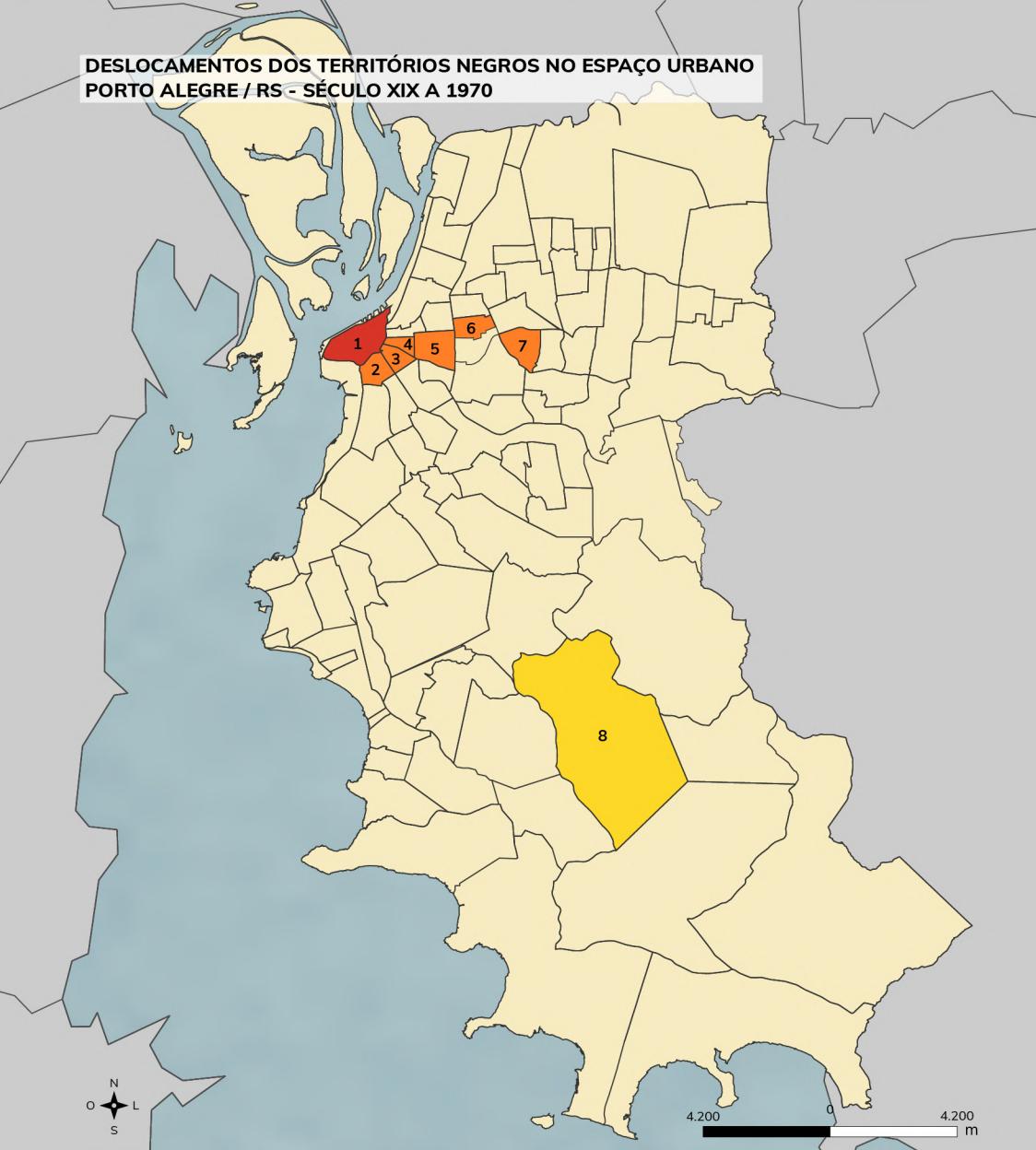
**DESLOCAMENTO DOS TERRITÓRIOS NEGROS (TN) NO ESPAÇO URBANO  
PORTO ALEGRE / RS - SÉC. XVIII A 1970**

FASES TN	LOCALIZAÇÃO TN	FASE URBANO	PERÍODO TEMPORAL	CARACTERÍSTICAS	MECANISMOS DE DESLOCAMENTO TN	RUPTURA	AGENTES - Produção do Urbano
1º MOMENTO TN: concentração no Centro	Centro e suas bordas	Cidade Colonial	Meados séc. XVIII - Final séc. XIX	<ul style="list-style-type: none"> <li>Compartilhamento do espaço</li> <li>Arquitetura colonial</li> <li>Urbanização incipiente</li> <li>Territorialidades negras: funcionais e religiosas</li> <li>Estruturação da população negra</li> <li>Surgimento TN no entorno do Centro</li> </ul>	<b>Alteração nas relações sociais</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Abolição</li> <li>República: ideário de modernidade e separação de classes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Abolição (1888)</li> <li>República (1889)</li> <li>1ª modernização (serviços básicos)</li> </ul>	-
2º MOMENTO TN: Arco Negro entorno do Centro	Centro e Entorno do Centro (transição)	Inauguração da Modernidade Urbana	1897 - 1923	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorias dos Serviços Básicos (restritas ao perímetro central)</li> <li>Empréstimos e endividamento municipal</li> <li>Aumento de impostos</li> <li>Ideário de modernidade e rechaço ao passado colonial - atraso</li> <li>Desejo de embelezamento do Centro</li> <li>Combate aos cortiços e moradias populares</li> <li>Consolidação dos TN no entorno do Centro e seus prolongamentos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento de Impostos</li> <li>Novas regras de construções</li> <li>Taxação dos cortiços</li> </ul>	<b>Bota-abaixo e remodelação do Centro:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Demolição de becos</li> <li>Abertura e alargamento de avenidas</li> </ul>	<b>Intendência:</b>  José Montauray de Aguiar Leitão (1897 - 1924)
	Entorno do Centro	Bota-abaixo e Remodelação do Centro	1924 - 1937	<ul style="list-style-type: none"> <li>Demolições de becos (eliminação)</li> <li>Abertura e alargamento de vias</li> <li>Grandes obras restritas ao perímetro central</li> <li>Novos empréstimos</li> <li>Modernização da "sala de visitas" – o Centro                             <ol style="list-style-type: none"> <li>Grandes avenidas</li> <li>Viaduto Otávio Rocha</li> </ol> </li> <li>Desfiguração do Centro antigo</li> <li>Expansão da cidade sobre as áreas dos TN</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Demolições: becos e casario colonial</li> <li>Atualização do padrão de construções (Novo Código 1926)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Expansão da Modernidade Urbana</li> <li>Obras no entorno do Centro</li> <li>Urbanização do Eixo Sul:                             <ol style="list-style-type: none"> <li>Desvio e canalização do Arroio Dilúvio</li> <li>Aterro Orla da Praia de Belas</li> </ol> </li> </ul>	<b>Intendência:</b>  1º Otávio Rocha (1924 - 1928)  2º Alberto Bins (1928 - 1937)
3º MOMENTO TN: Dispersão Periférica	Entorno do Centro e Periferia	Urbanização dos Arraiais	1941 - 1970	<ul style="list-style-type: none"> <li>Expansão dos melhoramentos urbanos para os arraiais</li> <li>Extensas obras de saneamento e urbanização do eixo sul                             <ol style="list-style-type: none"> <li>Retificação e canalização do Arroio Dilúvio</li> <li>Aterro Orla da Praia de Belas</li> </ol> </li> <li>Incorporação das antigas margens do Arroio Dilúvio ao tecido urbano (TN: Areal da Baronesa e Ilhota)</li> <li>Desmantelamento dos TN e dispersão periférica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoramentos urbanos nas áreas dos TN</li> <li>Mercantilização do solo (aumento do valor dos terrenos e alugueis)</li> <li>Urbanização da Ilhota e do Areal da Baronesa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Urbanização das áreas TN</li> <li>Deslocamento TN e outros agrupamentos populares para periferia</li> <li>Periferização: construção de grandes conjuntos habitacionais na longínqua periferia</li> </ul>	<b>Intendência:</b>  Loureiro da Silva (1937 - 1943) e prefeitos posteriores

Figura 68: Quadro com a síntese dos três momentos dos territórios negros no espaço urbano, Porto Alegre / RS - séc. XVIII a 1970.

Elaboração: Daniele Machado Vieira, 2017.

**DESLOCAMENTOS DOS TERRITÓRIOS NEGROS NO ESPAÇO URBANO  
PORTO ALEGRE / RS - SÉCULO XIX A 1970**



**FASES TERRITÓRIOS NEGROS**

- CONCENTRAÇÃO NO CENTRO (séc. XVIII - final séc. XIX)
- ARCO NEGRO ENTORNO DO CENTRO (final séc. XIX - 1940/1970)
- DISPERSÃO PERIFÉRICA (meados séc. XX - atualidade)
- LAGO GUAÍBA
- PORTO ALEGRE
- RIO GRANDE DO SUL

**BAIRROS**

- |                |                  |
|----------------|------------------|
| 1 CENTRO       | 5 RIO BRANCO     |
| 2 CIDADE BAIXA | 6 MONT' SERRAT   |
| 3 FARROUPILHA  | 7 TRÊS FIGUEIRAS |
| 4 BOM FIM      | 8 RESTINGA       |

**1º  
MOMENTO**

- **Localização:** Centro;
- **Período:** meados séc. XVIII - final séc. XIX;
- **Ruptura:** Abolição, República e início da modernização da área central - arrumando a "sala de visitas" (BAKOS, 1996).

**2º  
MOMENTO**

- **Localização:** entorno do espaço central e prolongamentos; cinturão negro (PESAVENTO, 1995);
- **Período:** final séc. XIX - 1940/70;
- **Ruptura:** expansão da modernidade urbana para o entorno do Centro, grandes obras de remodelação urbana (canalização do Arroio Dilúvio, aterro da Praia de Belas).

**3º  
MOMENTO**

- **Localização:** periferização das camadas de baixa renda;
- **Período:** 1940/70 - atualidade;
- **Ruptura:** urbanização do entorno do Centro / áreas dos territórios negros, deslocamento TN, grandes conjuntos habitacionais na periferia.

**Figura 69: Mapa do Deslocamento dos Territórios Negros no Espaço Urbano de Porto Alegre / RS - século XIX até 1970.**

Elaboração: Daniele Machado Vieira. Edição: Lara Ferreira, 2021.

Mapa base: Projeção: UTM Zona 22 S. Datum: SAD 1969.

Fonte: Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre.

## 1º MOMENTO

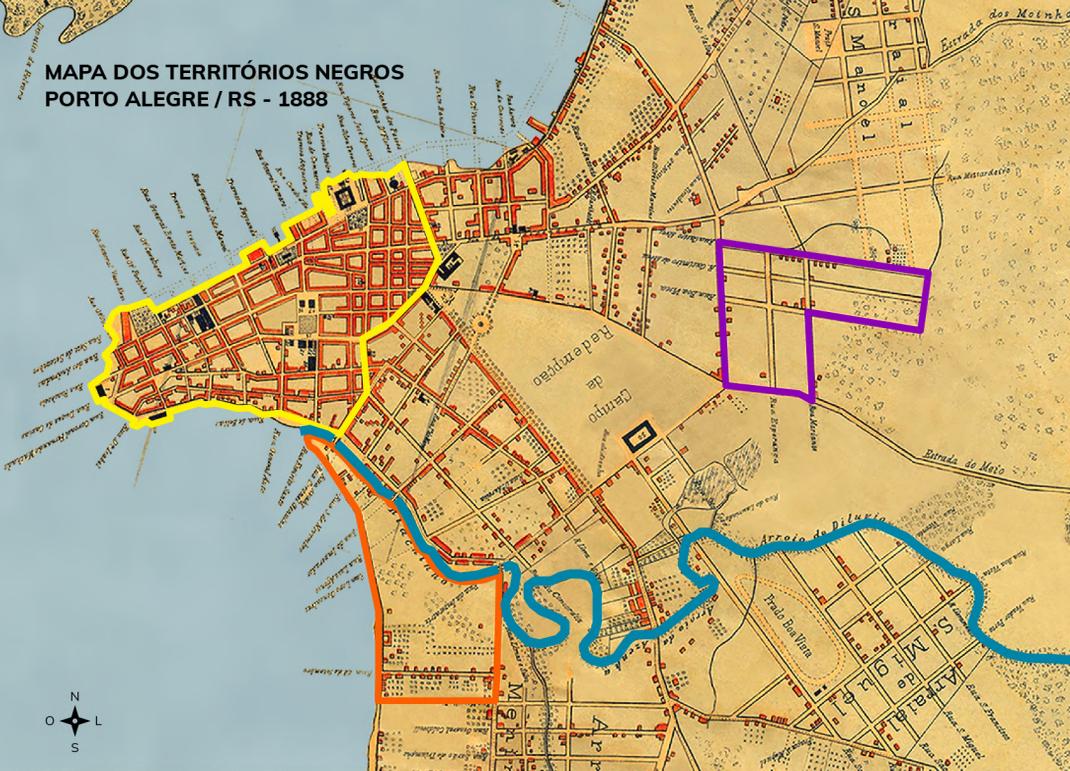
### TERRITORIALIDADES NEGRAS NO CENTRO

Num primeiro momento a população negra estava concentrada no espaço central ou nas suas bordas. Isso ocorre no período que vai desde a fundação da cidade (meados de 1700) até o final do século XIX (+-1890).

Este primeiro momento se caracteriza pela existência de diversos tipos de territorialidades negras, não necessariamente articuladas entre si, concentradas no espaço central, representadas no Mapa das territorialidades negras em Porto Alegre/RS - século XIX (figura 34). Nesta época, as territorialidades negras caracterizam-se pelas negras minas quitandeiras, pelos ervateiros, pelos diversos batuques, pela religiosidade negro-católica da Irmandade do Rosário e suas atividades, pelos trabalhadores que exerciam ofícios diversos, essenciais ao funcionamento da cidade.

Identificamos neste período um momento de estruturação da população negra, que culminou com a criação de diversas instituições negras, principalmente entre a última década do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Neste período foram identificadas a criação de 72 entidades negras ou mistas, de cunho beneficente, bailante, recreativo, instrutivo e de ajuda mútua (MÜLLER, 2013, p. 95). Entende-se como entidade negra aquela que foi criada por negros e que tinha entre seus fins objetivos relacionados à população negra. Entre estas instituições podemos citar algumas que, além de vida longa, tiveram grande reconhecimento: Irmandade do Rosário (1786 - início século XX), Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora (1872 - atualidade), jornal “O Exemplo” (1892 - 1930).

Este primeiro momento dos territórios negros está relacionado a fase do urbano aqui denominada Cidade Colonial, cujas características são a fisionomia colonial (tanto das construções, quanto do traçado da cidade),



**TERRITÓRIOS NEGROS**

- ▭ CENTRO
- ▭ AREAL DA BARONESA
- ▭ COLÔNIA AFRICANA

- ▭ LAGO GUAÍBA
- ▭ ARROIO DILÚVIO

Figura 70: Mapa dos territórios negros, Porto Alegre / RS - 1888. Sem escala.

Elaboração: Daniele Machado Vieira. Edição: Lara Ferreira, 2021.

Mapa base: Mapa de Porto Alegre de 1888 (IHGRGS, 2005).

a urbanização incipiente e a utilização do mesmo espaço urbano pelas diversas camadas sociais e raciais. Todos os grupos estavam concentrados no Centro, apesar de já haverem espaços ocupados de acordo com a camada social, como a Fonte dos Pobres, na Rua do Arvoredo, indicando quem morava ali.

No final do século XIX ocorre a Abolição da Escravidão (1888) e, no ano seguinte, a Proclamação da República (1889). Esses eventos geram uma ruptura na organização do espaço urbano, pois provocam uma reorganização política e social, que incide também no espaço. Neste

momento de transição, tem início uma política de modernização do espaço central, com melhorias nos serviços básicos.

Neste contexto, há um grande deslocamento da população empobrecida, em sua maioria negra, para o entorno do espaço central, dando origem, num primeiro momento, aos arraiais Areal da Baronesa (década de 1870/80) e Colônia Africana (década de 1880/90). Estes territórios negros já aparecem no mapa oficial da cidade de 1888, ano da Abolição da Escravidão (figura 70). O Centro, núcleo urbano principal à época, já está completamente adensado, com a cidade expandindo-se para o seu entorno, a sul e a leste.

No eixo sul, o Areal da Baronesa, área de chácaras em fase de urbanização, ainda não está arruado, tendo somente seus limites demarcados. A Rua 28 de Setembro, no limite sul, destaca-se pela alta taxa de ocupação. A leste, a Colônia Africana já está com 5 ruas traçadas, mas com ocupação rarefeita. Esse território negro é o limite daquela área da cidade, acabando numa ampla área de vegetação (indicada por arbustos no mapa).

Os mecanismos que impeliram a saída de parte da população negra e pobre do núcleo central em direção aos arraiais, áreas de características semi-rurais localizadas nas cercanias da cidade, foram as alterações nas relações sociais decorrentes da nova ordem social e política do final do século XIX, com uma política deliberativa de separação das classes sociais no espaço, somadas ao início da modernização do espaço central.

## 2º MOMENTO

### ARCO NEGRO AO REDOR DO CENTRO

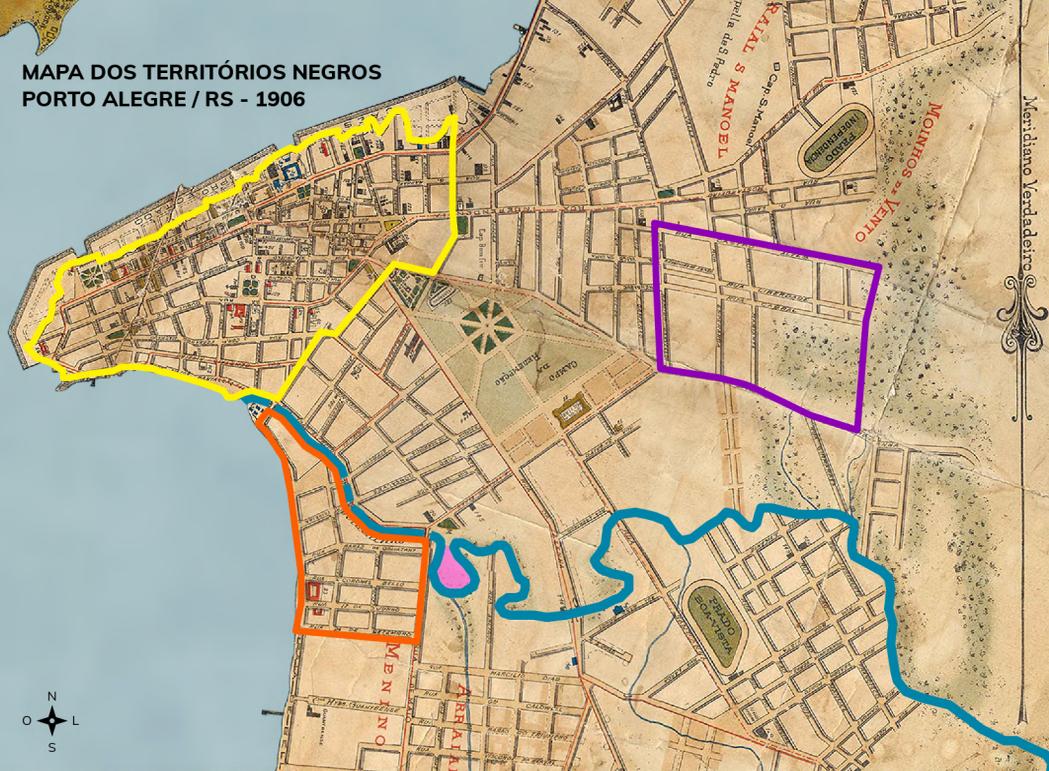
Neste segundo momento, compreendido entre o final do século XIX e os anos 1940, os territórios negros estão localizados no entorno do espaço central e nos seus prolongamentos. Suas localizações, a sul e a leste, formam uma espécie de arco negro ao redor do Centro (figura 71), aquilo que a historiadora Sandra Pesavento chamou de cinturão negro (1995, p. 84).

Na virada do século XIX para o XX, já existem dois territórios negros – o Areal da Baronesa e a Colônia Africana – localizados no entorno do espaço central, ambos com diversas ruas traçadas no Mapa de 1906 (figura 71). Na primeira década do século XX irão surgir outros dois arraiais negros: a Ilhota (1905) ao sul, contígua ao Areal da Baronesa; e a Bacia do Mont’Serrat (1910) a leste, considerada uma espécie de segunda fase da Colônia Africana. Em 1916 é a primeira vez que todos os territórios negros aparecem traçados no mapa da cidade (figura 72).

A sequência de mapas históricos da cidade referentes aos anos de 1888, 1906 e 1916 permite observar o processo de expansão da cidade, assim como o crescimento e a urbanização (arruamento) dos territórios negros. Estes três mapas também demonstram que as áreas da Colônia Africana e da Bacia do Mont’Serrat, hoje extremamente valorizadas, eram as bordas do urbano. Depois delas há um vazio no mapa, um espaço em branco, aparentemente sem ocupação e urbanização (figura 72).

Verifica-se nesta fase um processo de consolidação dos territórios negros, aqui entendidos como os quatro núcleos habitacionais principais: Areal da Baronesa, Ilhota, Colônia Africana e Bacia do Mont’Serrat. Estes territórios caracterizam-se pela relevante presença de famílias negras e pelas práticas culturais, ligadas ao seu passado africano (como o

## MAPA DOS TERRITÓRIOS NEGROS PORTO ALEGRE / RS - 1906



### TERRITÓRIOS NEGROS

-  CENTRO
-  ILHOTA
-  AREAL DA BARONESA
-  COLÔNIA AFRICANA

-  LAGO GUAÍBA
-  ARROIO DILÚVIO

Figura 71: Mapa dos territórios negros, Porto Alegre / RS - 1906. Sem escala.

Elaboração: Daniele Machado Vieira. Edição: Lara Ferreira, 2021.

Mapa base: Mapa de Porto Alegre de 1906 (IHGRGS, 2005).

batuque) e aos ofícios aprendidos com seus antepassados (como a lavagem de roupas, o preparo de quitutes).

Este segundo momento dos territórios negros no espaço urbano está relacionado, de um modo geral, ao período do pós-abolição, que vai dos anos seguintes à Abolição da Escravidão (1888) até as décadas de 1930/40. No contexto da cidade de Porto Alegre/RS, este período compreende duas fases do urbano, uma relacionada a longa gestão do intendente José Montaury (1897-1924) e outra relacionada aos 13 anos

## MAPA DOS TERRITÓRIOS NEGROS PORTO ALEGRE / RS - 1916



### TERRITÓRIOS NEGROS

-  ILHOTA
-  AREAL DA BARONESA
-  COLÔNIA AFRICANA
-  BACIA DO MONT'SERRAT

-  LAGO GUAÍBA
-  ARROIO DILÚVIO

Figura 72: Mapa dos territórios negros, Porto Alegre / RS - 1916. Sem escala.

Elaboração: Daniele Machado Vieira. Edição: Lara Ferreira, 2021.

Mapa base: Mapa de Porto Alegre de 1916 (IHGRGS, 2005).

seguintes, marcados pelos mandatos de Otávio Rocha (1924-1928) e Alberto Bins (1928-1937).

A fase do urbano relacionada ao mandato de José Montaury caracteriza-se pelo início do processo de modernização, sendo por isso denominada “Inauguração da Modernidade Urbana” (KERSTING, 1998). As características desta fase do urbano são a melhoria dos serviços básicos (água, esgotos, iluminação e transportes), estando estas benfeitorias restritas ao perímetro central, espaço alvo do processo de embelezamento.

Essa política de modernização do núcleo urbano principal, o Centro, é uma espécie de arrumação da “sala de visitas”, forma como os políticos se referiam aquele espaço à época (BAKOS, 1996). A realização dessas melhorias implicaram na contração de empréstimos e consequente endividamento municipal, acarretando o aumento de impostos.

O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX são um período de transição em que, devido a uma série de medidas, a população negra passa a deslocar seus locais de habitação para os arraiais imediatos ao espaço central, buscando manter a proximidade do trabalho em geral localizado no Centro. Os mecanismos identificados como impulsionadores do deslocamento da população pobre e negra foram o aumento de impostos na zona urbana, nesta época, o perímetro central, as novas regras para construções (que proibia casas de madeira e térreas, por exemplo) e a crescente taxaço dos cortiços, visando extinguir estas habitações coletivas daquele espaço.

Porém, o rechaço ao passado colonial e a ideologia do progresso, fomentadores do ideário de “modernização” da cidade, não conseguiram transformar Porto Alegre na moderna capital que se desejava. Isso só irá acontecer com a eleição de Otávio Rocha à Intendência Municipal em 1924, o qual se colocará como remodelador da cidade, dando início a um processo conhecido como bota-abaixo, rompendo com a lenta modernização e iniciando uma nova fase do processo de transformação urbana.

Esta nova fase do espaço urbano, aqui denominada de “Bota-abaixo e Remodelação Urbana” ocorrerá entre o mandato de Otávio Rocha (1924-1928) e de seu sucessor, Alberto Bins (1928-1937), o qual dará continuidade as obras. Esse período caracteriza-se por um intenso processo de remodelação do espaço central, pautado pela demolição de becos e do casario colonial – o bota-abaixo, que acabará por desfigurar o Centro enquanto cidade colonial (a exemplo de outras capitais, como o Rio de



Figura 73: Demolição do Beco do Rosário, Porto Alegre / RS - final da década de 1920.

Fonte: Fototeca Museu Hipólito José da Costa (KOEHLER, 2015, p. 177).

Janeiro). As demolições dos becos serão para o alargamento das vias existentes ou construção de novas e largas avenidas, como a Av. Borges de Medeiros, a Av. Júlio de Castilhos e a Av. Otávio Rocha, construída sobre o antigo Beco do Rosário.

A tão desejada modernidade, relacionada em boa medida a transformação estrutural e arquitetônica do espaço, transformará o Centro num canteiro de obras permanente e soterrará boa parte do passado da cidade, sendo aplaudida por uns e criticada por outros. As críticas estão relacionadas ao desprezo pela memória presente nas feições da Porto Alegre antiga.

Além da transformação arquitetônica, as demolições resolveriam outro problema: as sociabilidades indesejadas, como os batuques e as tavernas do Beco do Poço, e os indesejáveis moradores e bodegas do Beco do Rosário. A edição de 17/01/1926 do jornal *Correio do Povo* ilustra isso:

A **demolição do antigo Beco do Poço expulsou a gentilha ali habitante** – que, afinal, devia encafiar-se em alguma parte. A mesma gentilha, entretanto, aprecia e prefere o centro da cidade: não as artérias principais – o que, então, seria o cúmulo! – mas as transversais, que são precisamente a caterva de becos que infestam o coração da “urbs”.

Assim, e não existindo disposição municipal moralizadora alguma, o **“pessoal” afugentado procurou acomodar-se numa espécie, assim, de sucursal: o antigo Beco do Rosário**. E com o inseparável acréscimo: os tumultuários “habitué”, que formam a fina flor da capadoçagem portoalegrense.

Revela notar que **as vielas transversais vão, todas, desembocar ou nascer ou, ainda, encravar-se nas ruas principais do centro**, de movimento cotidiano forçado em todas as horas e de habitação familiar. Pois as desordens, os deboches, **todas as inconveniências revoltantes da ralé estão a atormentar pavorosamente os transeuntes e os moradores próximos do famigerado Beco do Rosário**. A coisa tem proporções: desenvolve-se da Rua Vigário José Inácio à Senhor dos Passos, quase todo o perímetro da má afamada e mal cheirosa Rua 24 de Maio.

O sarilho é constante: diária e nocturnamente. **De permeio, quitandas asquerosas ou bodegas ignóbeis a empestear a atmosfera**. E, a coroar tudo, os ajuntamentos repulsivos, quadros de miséria e de revoltas, os outros, as outras... Ora, a polícia **se não pode eliminar** aquilo, pode, ao menos, atenuá-lo um pouco.

Este é o **pedido**, não muito exigente, **de algumas famílias das imediações** e endereçado, por nosso intermédio, a quem de direito (CORREIO DO POVO, 17/01/1926 *apud* KOEHLER, 2015, **grifo meu**).

Diante do exposto, é possível afirmar que se o aumento de impostos haviam sido um mecanismo indireto de deslocamento da população empobrecida, as demolições foram um modo direto de remover do Centro os últimos resquícios de população empobrecida, em boa parte, negra. O processo de isolamento do Centro para desfrute da burguesia,

iniciado por Montaury, foi concluído por Otávio Rocha, de uma forma direta e explícita.

A ruptura desta fase do urbano decorre da expansão das obras de modernização para o entorno do perímetro central. Em especial, para o eixo sul que até este momento estava a margem dos melhoramentos urbanos.

### **3º MOMENTO**

#### **DISPERSÃO PERIFÉRICA**

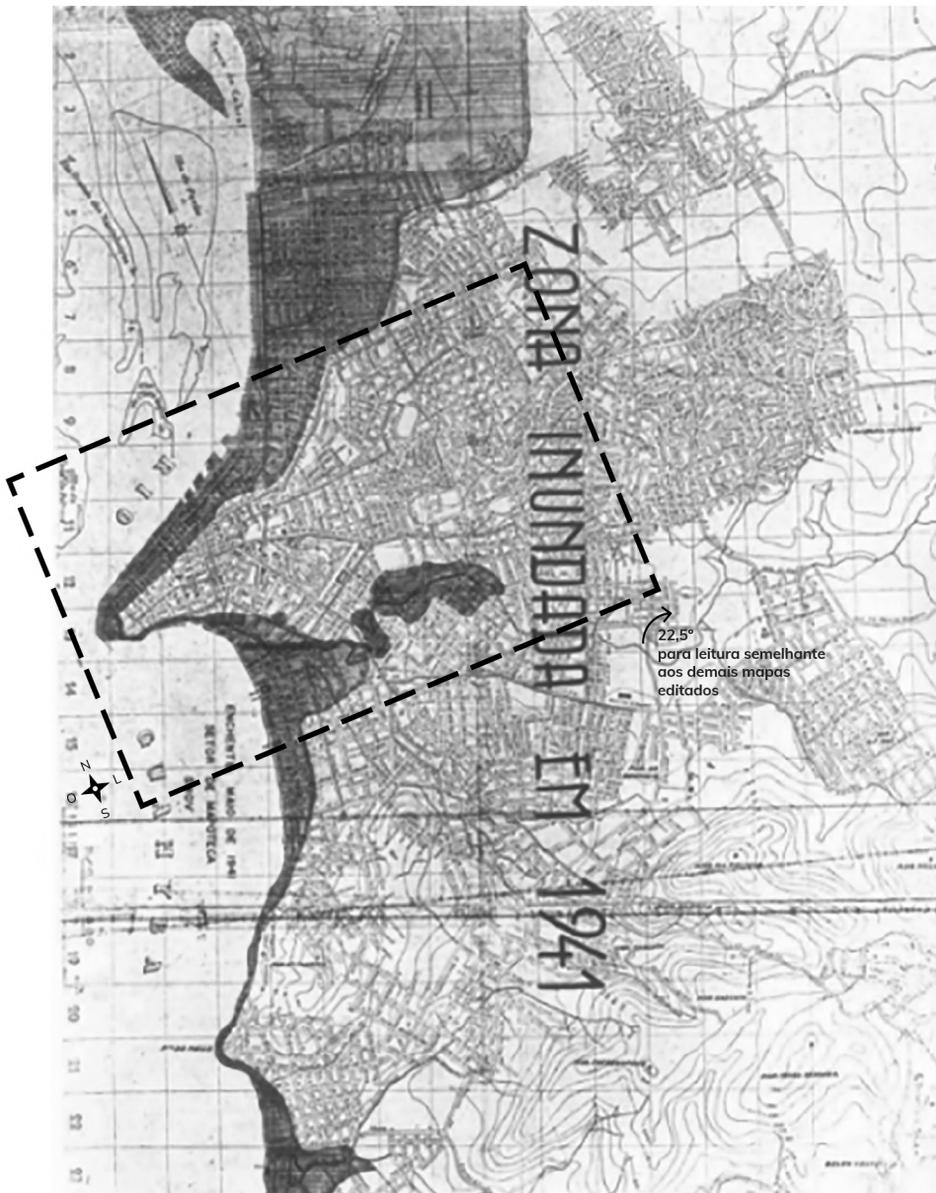
O terceiro momento dos territórios negros no espaço urbano se caracteriza pelo desmantelamento (físico e/ou simbólico) destes espaços e a dispersão de seus moradores em direção à periferia e aos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre. O processo de desmantelamento dos territórios negros inicia quando os melhoramentos urbanos chegam àqueles espaços. Mas o desmantelamento dos territórios negros não ocorre de forma concomitante, pois a urbanização não chega a todos espaços ao mesmo tempo.

Na Colônia Africana, área íngreme, localizada a leste do espaço central (figura 72), os melhoramentos urbanos chegaram nas décadas de 1910 e 1920. Neste momento, os impostos passam a ficar mais altos e provavelmente um novo padrão de moradia e de morador se estabelece. A população negra e com menor renda ali residente começa a migrar. Nem todos migram. Há aqueles que eram proprietários de seus terrenos e que conseguiram manterem-se mesmo com o aumento dos impostos. É o caso dos bisavós da professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que permaneceram com sua residência na Rua Esperança (atual Rua Miguel Tostes), a qual foi mantida por seus descendentes até pelo menos o final do século XX (SILVA, 2010, p. 14).

As obras de modernização demoraram mais vinte anos para chegar ao eixo sul, onde estavam localizados o Areal da Baronesa e a Ilhota. O direcionamento das atenções da Intendência para a remodelação do espaço central, o alto investimento necessário à canalização do Arroio Dilúvio e a indefinição de um projeto para o eixo sul foram os principais fatores que fizeram o eixo sul ter sua urbanização preterida. Os territórios do Areal da Baronesa e da Ilhota, localizados às margens do Arroio Dilúvio permaneceram um longo tempo sujeitos a constantes alagamentos e com parca urbanização, mesmo estando contíguos ao espaço central.

Antes de iniciar a urbanização do eixo sul era necessário encontrar uma solução para o Arroio Dilúvio, que passava por dentro do bairro Cidade Baixa isolando o Areal da Baronesa e a Ilhota da cidade (figura 72). A indefinição de projetos para esta área da cidade e a falta de verbas foram postergando as intervenções. Mas a grande enchente de 1941 (figura 74), que assolou a cidade, tornou a intervenção na área inadiável. No mesmo ano são iniciadas as obras de desvio do curso e canalização do Arroio Dilúvio, que perde o seu traçado meândrico, fazendo desaparecer o traçado da Ilhota e os limites do Areal da Baronesa do espaço da cidade (figura 75).

Assim, esta quarta fase do urbano, que provoca o deslocamento dos territórios negros rumo a periferia, caracteriza-se pela urbanização dos arcaiais localizados no entorno do espaço central e nos seus prolongamentos. A cidade expandia-se, alargando-se sobre o seu entorno imediato, onde estavam localizados os territórios negros. Primeiramente atinge a Colônia Africana, nos anos 1920. Mas apesar disso, nos anos 1940 ainda vamos encontrar fortes indícios da existência deste território negro. Entre as décadas de 1940 e 1970, as obras de urbanização do eixo sul irão atingir drasticamente os territórios do Areal da Baronesa e da Ilhota.



LEGENDA

■ ÁREA INUNDADA

Figura 74: Mapa da área da cidade inundada pela enchente de 1941 - Porto Alegre / RS.

Fonte: Mapa da Secretaria Municipal de Obras e Viação - Porto Alegre / RS.



Figura 75: Imagem aérea Aterro da orla da Praia de Belas, Porto Alegre / RS - 1966.

Fonte: METROPLAN. Delimitação do aterro da Praia de Belas por Renan Mattos.

Marcação da autora sobre imagem original.

A urbanização do eixo sul, ocorrida entre os anos 1940 e 1970, inicia com o saneamento do Arroio Dilúvio, em 1941, que passa a ter o seu trecho final retilíneo, deixando de passar por dentro da Cidade Baixa (figura 75). Em meados dos anos 1950, tem início outra grande obra na região: o aterro da orla da Praia de Belas, que irá ampliar a cidade a oeste e distanciar as margens do Guaíba do território do Areal da Baronesa. Essas duas



Figura 76: Foto aérea do Areal da Baronesa e da Ilhota, Porto Alegre / RS - 1975.

Fonte: Acervo Henri. Prati Fotos Antigas. Marcação da autora sobre imagem original.

grandes obras foram também extensas no tempo, durando décadas. Porém, os territórios localizados no entorno, o Areal da Baronesa e a Ilhota, não receberam nenhum tipo de tratamento urbanístico (BURIN, 2008, p. 149).

Com o desvio do curso e a canalização do Arroio Dilúvio, os territórios do Areal da Baronesa e da Ilhota, antes isolados da cidade, foram incorporados ao tecido urbano (figuras 75 e 76). Logo, estas áreas podiam ser urbanizadas e conseqüentemente inseridas no processo de mercantilização do solo. No Areal da Baronesa isso provocou a migração de muitos moradores, seja pelo aumento dos aluguéis ou pelo temor do desalojamento, principalmente por parte daqueles que alugavam peças nas muitas “avenidas” existentes naquele espaço. Já a Ilhota sofreu

uma remoção forçada no final da década de 1960, tendo seus moradores deslocados para a Restinga, uma área localizada a 26 km do Centro da cidade e sem nenhum tipo de urbanização na época (GAMALHO, 2009). Ao final do processo de remoção da Ilhota a imagem era de terra arrasada, com um grande “vazio” aberto em meio a cidade construída (figura 76). Ironicamente, o novo projeto pensado para aquele espaço chamava-se Renascença.

Nesta segunda metade do século XX, entre os anos 1950 e 1970, são construídos diversos conjuntos habitacionais na longínqua periferia (Rubem Berta, Restinga, etc.), em sua maior parte carente de infraestrutura (PESAVENTO, 1991). Isso faz parte de uma política nacional de habitação para as camadas de baixa renda, que provoca a sua periferização. Hoje existem diversos bairros da periferia de Porto Alegre, formados a partir do processo de expansão da cidade e da periferização urbana, que tem uma grande concentração de população negra. Alguns deles são bastante conhecidos: o Bom Jesus (a Bonja), a Restinga (a Tinga), o Partenon, a Lomba do Pinheiro, a Cruzeiro, o Rubem Berta, a Vila Maria da Conceição, entre outros.

Ao saírem dos antigos territórios negros, seus moradores se dispersaram entre os diversos bairros periféricos em formação. Essa última fase dos territórios negros dentro do espaço urbano – a periferização – compõe a última etapa de um longo e contínuo processo de deslocamento das camadas de baixa renda para as bordas da cidade. Um processo iniciado no final do século XIX, que se mantém até a atualidade, século XXI. Assim se encerra a saga de deslocamento dos territórios negros dentro do espaço da cidade, sempre nas bordas do urbano.

considerações  
finais



Desde a fundação da cidade de Porto Alegre, a presença negra é identificável em diversas funções e espaços. Apesar disso, pouco está presente nas narrativas sobre a cidade. Vários fatores contribuem para isso, entre eles, a ausência nos registros oficiais, as remodelações do espaço ocorridas ao longo do século XX e o deslocamento dos territórios negros rumo à periferia.

Aliando geografia e história, espacialidade e tempo, tendo como valioso e imprescindível suporte os mapas históricos da cidade, foi possível reconstituir e cartografar a presença negra no espaço urbano de Porto Alegre, do início do século XIX a meados do século XX. Mesmo que não na sua integralidade, os territórios e territorialidades negras foram delimitados no espaço e no tempo, identificando a possível origem e área inicial, desenvolvimento e desmantelamento.

Os mapas históricos foram um suporte indispensável para visualizar e acompanhar a cidade e as áreas dos territórios negros, ao longo do tempo e simultaneamente. Através dos mapas conseguimos ler a cidade e o espaço urbano quanto à área, ao traçado, aos limites, a forma e acompanhar a sua expansão, ao mesmo tempo que acompanhávamos as áreas dos territórios negros e sua inserção no tecido urbano.

As espacialidades negras apresentaram-se de dois modos: territorialidades negras na área central durante o século XIX e territórios, arraiais negros, formados entre o final do século XIX e o início do século XX, localizados no entorno do espaço central e nos seus prolongamentos. Sendo espaço forma (traçado, área, limites, localização, paisagem) e conteúdo (usos, sentidos, relações) (SANTOS, 1996); e território delimitação de espaço (físico e simbólico), jogo de forças (relações de poder), apropriação, qualificação, produção, verificamos que as territorialidades negras aí existentes se desdobravam em diferentes produções econômicas, culturais, religiosas e políticas, capazes de caracterizar territórios.

As territorialidades negras identificadas no século XIX, época da escravidão, extrapolam a condição cristalizada de escravizados, com um significativo percentual de negros libertos (20%) já em 1814. Livres ou ainda escravizados, os negros destacam-se como trabalhadores pela diversidade de ofícios, inclusive especializados, desempenhados. Dentro dos limites impostos e das suas brechas emergem exemplos de organização e articulação negra, na cidade em formação. A Irmandade do Rosário, que parte para a construção da própria igreja para ter maior autonomia nas suas ações, agregando expressiva parcela do grupo negro em torno do seu ideal: formar capital, libertar, educar. Os batuques que conseguiram se manter ao longo de todo o século XIX, mesmo após a sua proibição pelo Código de Posturas, evidenciando o esforço coletivo e a agência negra na continuidade dessa prática cultural (como a de Maria José, Rainha Ginga, na década de 1850). A espacialização no mapa histórico da época, de 1868 (figura 34), evidenciou que as territorialidades negras do século XIX estavam localizadas em ruas não centrais do núcleo urbano (como a Rua do Arvoredo e a Rua do Rosário) ou nas suas bordas (como a Rua Avaí e a Várzea).

Localizados em dois eixos de expansão da cidade, a sul e a leste, os territórios negros Areal da Baronesa, Ilhota, Colônia Africana e Bacia do Mont'Serrat, têm a primeira metade do século XX como o período de estruturação e consolidação desses espaços. Desmantelados em diferentes momentos, esses territórios tiveram duração até as décadas de 1940/70. Alguns desses espaços tem moradores remanescentes até a atualidade, como o Quilombo do Areal e as famílias negras que conseguiram resistir a especulação imobiliária e manter residência nesses espaços.

Além da concentração de negros residentes, os territórios negros ficaram caracterizados pelas atividades realizadas: batuques, carnaval, bailes, piqueniques e alguns ofícios, como a lavagem de roupas e a quituteria.

Foram constatadas uma série de produções e agências negras na constituição desses espaços. A eleição de um Rei Momo negro, soberano da cor, Adão Alves de Oliveira, Seu Lelé, nascido e criado no Areal da Baronesa. A realização de piqueniques e bailes como alternativas de lazer para as famílias negras. Sem falar das comemorações católicas ao “ritual africano” nos festejos em celebração a Nossa Senhora da Piedade, na Colônia Africana. Além da territorialização das inúmeras casas de batuque que, junto com as lavadeiras, compunham a paisagem da Bacia do Mont’Serrat. É nessa perspectiva que pautamos o território negro como espaço de visibilidade a ser retomado (LEITE, 1996), com destaque aos protagonismos, aos agenciamentos, as estratégias e as articulações negras que conformam esses espaços.

As narrativas dos antigos moradores, ao falarem das suas experiências, das atividades e práticas desenvolvidas nestes espaços, permitiram captar um pouco do simbolismo que compunha estes lugares. Suas memórias percorrem os lugares, trazem à tona a geografia destes espaços, sua paisagem e transformações. Estes relatos não falam apenas da memória negra, mas da memória de um espaço urbano que já não existe mais.

Inicialmente localizados na área Central, os territórios negros foram sofrendo, ao longo do tempo, um paulatino deslocamento para as bordas da cidade. A cada fase do urbano corresponde uma localização dos territórios negros dentro do espaço da cidade. Na primeira fase do urbano, denominada de Cidade Colonial (século XVIII – século XIX) os territórios negros estão localizados majoritariamente no Centro e nas suas bordas. Na segunda fase considerada Inauguração da Modernidade Urbana (1897–1923), parte da população negra já está localizada no entorno do espaço central, formando os territórios negros Areal da Baronesa, Colônia Africana, Ilhota e Bacia do Mont’Serrat. Na fase seguinte, do Bota-abixo e da Remodelação

Urbana (1924–1937), as demolições dos becos terminaram de remover as populações negras que ainda resistiam no espaço central. Neste período os territórios negros já estão localizados fora do espaço central, consolidando-se no seu entorno. Na última fase do espaço urbano, denominada Urbanização dos Arraiais (1941-1970) ocorrerão duas grandes obras: o desvio do curso e canalização do Arroio Dilúvio e o aterro da orla da Praia de Belas. Essas grandes obras de remodelação urbana irão incidir diretamente sobre os territórios do Areal da Baronesa e da Ilhota, abrindo caminho para a urbanização dessas áreas, tendo como consequência a remoção da Ilhota e o deslocamento de parte do Areal da Baronesa para a longínqua periferia.

O desmantelamento e o deslocamento dos territórios negros estiveram relacionados a momentos de profundas transformações do espaço urbano. De uma forma geral, o primeiro deslocamento está relacionado ao início da modernização do espaço central (virada do século XIX para o XX). O segundo está relacionado à remodelação do Centro (1924-1937) e o último à canalização do Arroio Dilúvio e aterro da Praia de Belas (1941-1970). Cada vez que os melhoramentos urbanos chegavam ou incidiam sobre um espaço, a população empobrecida ali residente se deslocava. Conforme a cidade se expandia, o espaço urbano se alargava, incidindo sobre os territórios que estavam no caminho, apossando-se deles e empurrando parte dos que ali estavam em direção as bordas da cidade. Ao longo do tempo, diversos foram os mecanismos utilizados para o deslocamento da população negra: aumento dos impostos, novas normas de construções, demolições, remoções.

Mas os momentos de desmantelamento e deslocamento dos territórios negros não são concomitantes, pois a urbanização e a modernidade não chegam a todos os espaços ao mesmo tempo. Se nos anos 1940/50, a urbanização vai se voltar para os territórios do Areal da Baronesa e da

Ilhota, visando incorporar estes espaços ao tecido urbano, para que a cidade possa se expandir sobre eles; na Colônia Africana isso ocorre já nas décadas de 1910/20. Os fatores que impactaram estes territórios, de diferentes formas, são: o aumento dos aluguéis; a alteração das normas de construções das residências; o desmantelamento das habitações coletivas (cortiços e avenidas) em prol das moradias individuais; a valorização das áreas que receberam melhoramentos urbanos e a inserção daquele espaço no circuito de mercantilização do solo; códigos de conduta, com repressão e controle às práticas culturais, como o batuque, os quicumbis, o carnaval; a inviabilização de ofícios, como a lavagem de roupas nas margens do Guaíba junto à Av. Praia de Belas.

Em cada um dos momentos de rupturas estiveram relacionadas não apenas transformações materiais do espaço, mas também questões ideológicas direcionadas aos espaços de moradia da população pobre e negra. No final do século XIX, foi o ideário de modernidade e a perseguição aos becos e cortiços, que seguiu até o momento de demolição dessas habitações coletivas, na década de 1920. Nos anos 1940/50, os discursos moralizadores e sanitaristas, que incidiram sobre os becos nas primeiras décadas do século XX, agora se direcionam para a Ilhota e outros espaços de moradia das classes populares.

Além dos territórios negros aqui abordados, existem hoje na cidade de Porto Alegre pelo menos 8 comunidades quilombolas reconhecidas ou em processo de reconhecimento: Quilombo da Família Silva (Bairro Três Figueiras), Quilombo dos Alpes (divisa dos Bairros Teresópolis e Cascata), Quilombo da Família Fidélis (Bairro Azenha), Quilombo do Areal (Bairro Menino Deus), Quilombo da Família Flores (Bairro Glória), Quilombo da Família Lemos (Bairro Santa Teresa), Quilombo dos Machado (Bairro Sarandi) e Mocambo (Bairro Cidade Baixa) (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS, 2020). Residentes no bairro

Três Figueiras desde meados do século XX, o Quilombo da Família Silva foi o primeiro quilombo urbano titulado do país, em 2009.

Embora fosse nosso objetivo identificar a localização dos territórios negros em cada momento do espaço urbano, constatando a partir disso um contínuo processo de deslocamento de suas populações, não se pretendeu aqui reforçar a visão do negro enquanto grupo excluído, segregado social e territorialmente. Buscou-se mostrar que, para além do processo de deslocamento a que foram impelidos, os grupos negros tiveram significativa atuação nos espaços por eles ocupados ao longo do tempo na cidade de Porto Alegre.

O longo período de tempo abordado implicou em inevitáveis generalizações e lacunas. Porém, permitiu observar situações que o tempo curto não favorece, como: (1) a existência de territorialidades negras no espaço central extrapolando a condição de trabalhadores escravizados desde as primeiras décadas de 1800; (2) a localização dos territórios negros em cada fase do espaço urbano, seu deslocamento em direção as bordas da cidade consolidada e sua relação com a expansão da cidade sobre estes espaços, sendo a chegada dos melhoramentos urbanos, marcos dos deslocamentos.

O entendimento dos antigos territórios negros, assim como das territorialidades do século XIX, está relacionado à compreensão do contexto espacial, histórico e social no qual estavam inseridos. Para entender a dinâmica espacial dos antigos territórios negros foi necessário voltar a uma Porto Alegre do passado, existente antes da remodelação do Centro, do desvio do curso e da canalização do Arroio Dilúvio e do grande aterro da Praia de Belas. As profundas transformações do espaço urbano, ocorridas a partir da década de 1920, apagaram espaços da paisagem e do mapa da cidade, apagando também marcas da presença negra no espaço. Estas transformações foram tão profundas que, na

atualidade, se torna difícil compreender a antiga ocupação, a funcionalidade e os sentidos de alguns espaços.

As obras de remodelação da cidade fizeram desaparecer formas urbanas, suas histórias e significados, os quais fazem parte da história e da antiga geografia da cidade, mas que hoje pouco estão presentes da memória de Porto Alegre. Alguns espaços de sociabilidade reconhecidos pela presença negra, como a Ilhota, o Beco do Poço, a Rua 28 de Setembro (antiga Rua dos Pretos Forros) foram definitivamente eliminados da paisagem urbana e do mapa da cidade. Outros, como o Parque da Redenção, permanecem na paisagem, mas quase não são lembrados como lugares de uso da população negra.

Os mapas históricos além de serem um imprescindível suporte na visualização do espaço urbano da Porto Alegre do passado, também cumprem a função de documento histórico rememorando a presença negra registrada nos logradouros da cidade, através das toponímias. Em especial o Mapa de 1888, ano da Abolição da Escravidão, no qual estão registradas toponímias da emancipação negra na escala nacional e local: Rua 28 de Setembro (antiga Rua dos Pretos Forros) e Rua 13 de Maio, marcos nacionais do processo de emancipação e Campos da Redenção, marco histórico local da “redenção dos escravizados”. Essas toponímias rememoram a significativa presença negra nestes espaços. A alteração e o desaparecimento de alguns destes topônimos, ou a perda de ligação com a população negra (como o Parque da Redenção), implicam em grande prejuízo, pois enfraquece a memória da relação destes espaços com a população negra outrora ali presente. A cidade como um todo perde, pois deixa de conhecer o seu passado, a sua geografia e a sua história; a história dos seus espaços e daqueles que os ocupavam. A construção de uma cartografia implica na atualização da memória que se tem sobre espaços da cidade outrora ocupados pela população negra.

O bairro Mont’Serrat, por exemplo, quase nunca é referido como antigo território negro. Talvez porque o território negro “Bacia do Mont’Serrat” seja constantemente mencionado como Colônia Africana. Porém são dois espaços geográficos diferentes, que embora tivessem ligação, não são o mesmo território. As narrativas e os mapas mostram isso.

Verificou-se a existência de uma comunidade negra fortemente estruturada e circunscrita a determinados espaços da cidade. A presença do grupo negro e de suas práticas eram tão relevantes que estes espaços passaram a ser identificados a partir dessa presença, como o Salão do Rui, na Colônia Africana, descrito como “a sociedade de pretos da Rua Esperança”. Assim, os nossos territórios negros são num primeiro momento espaços físicos habitados por pessoas negras. Mas, mais do que isso, são espaços simbólicos, repletos de sentidos e significados relacionados às práticas ali existentes.

Para além de espaço físico e apenas funcional – de moradia, trabalho, lazer, religiosidade – estes espaços ganham significados a partir das relações que neles se estabelecem. Conformam-se assim, também, enquanto espaços simbólicos. As mulheres e homens negros que os habitam, imprimem neles práticas e relações, sobre eles constroem laços entre si, laços de pertença com o espaço, com as instituições ali presentes – terreiros, sociedades negras, salões de baile, clubes de futebol, blocos e entidades carnavalescas – e com as práticas nelas desenvolvidas. O simbolismo está relacionado aos significados e sentidos que homens e mulheres negras constroem sobre estes espaços.

É nesta perspectiva, que reafirmamos o território negro enquanto espaço físico e simbólico, configurado a partir da funcionalidade (habitação, trabalho, lazer, religiosidade) e/ou da prática cultural (batuque,

carnaval, capoeira, outras) exercida por mulheres e homens negros, cujos significados são construídos a partir da presença negra e/ou das atividades desenvolvidas por esse grupo.

- ABREU, Mauricio de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (Orgs). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 27-54.
- ABREU, Mauricio de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (Orgs). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 421-450.
- ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS. Comunidades Quilombolas. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/comunidades-quilombolas>. Acesso em: 20/03/2021.
- A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 29/01/1894 n. 24 p. 3; 10/09/1932 n. 209 p. 6. Hemeroteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=1>. Acesso em: 05/11/2020.
- A GAZETINHA. Porto Alegre, 08/08/1897, n. 29, p. 1.
- BAKOS, Margaret Marchiori. Decorando a sala de visitas: Porto Alegre na virada do século XIX. In: MAUCH, Claudia (Org.). **Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade**. Porto Alegre, Canoas, São Leopoldo: Ed. UFRGS, Ed. ULBRA, Ed. UNISINOS, 1994. p. 144-154.
- BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendent**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldyr Carvalho. **Maçambique de Osório – entre a devoção e o espetáculo: não se cala na batida do tambor e da maçaquaiá**. 449 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

- BOHRER, Maria Dalila. **O aterro Praia de Belas e o aterro do Flamengo**. 237 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- BRASIL. Lei 2040, de 28 de setembro de 1871. Lei do Ventre Livre. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm). Acesso em: 02/03/2020.
- BRASIL. Lei 3353, de 13 de maio de 1888. Lei Áurea. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm). Acesso em: 02/03/2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s-%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 02/09/2018.
- BURIN, Carolina Wolff. **Canalização do Arroio Dilúvio em Porto Alegre: ambiente projetado x ambiente construído**. 161 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Ata da Sessão Extraordinária comemorativa da redenção dos escravos do município de Porto Alegre, realizada no dia 07/09/1884. Livro de Ouro, p. 2 e 3.
- CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 27/01/1940.
- CORUJA, Antônio Alvares Pereira. **Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre**. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1983 [1881].

DIAS, Glauco Marcelo Aguilar. **Batuques de negros forros em Porto Alegre:** um estudo sobre as práticas religiosas de origem africana na década de 1850. 69 f. Trabalho de Conclusão (Graduação em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

DORFMAN, Adriana (Org.). As origens de Porto Alegre e da Região Metropolitana. In: \_\_\_\_\_. **Territórios e Lugares da Região Metropolitana de Porto Alegre.** Porto Alegre: Editora Letra 1, Instituto de Geociências/UFRGS, 2015. p. 23-32.

FELIZARDO, Zoleva Carvalho; VILLANOVA, Isolda Michelena. **O que ler para conhecer Porto Alegre.** Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, Ed. UFRGS, 1991.

FERREIRA, Athos Damasceno. **Poemas da minha cidade.** 2ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre:** guia histórico. 4ª ed. (1ª ed. 1988). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

GAMALHO, Nola Patrícia. **A produção da periferia:** das representações do espaço ao espaço de representação no bairro Restinga – Porto Alegre/RS. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GERMANO, Iris Graciela. **Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia:** os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40. 275 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

- GOMES, Arilson dos Santos. Luciano Raul Panatieri e Veridiano Farias: a trajetória de dois médicos negros sul-rio-grandenses. In: QUEVEDO, Éverton Reis; POMATTI, Angela Beatriz (Org.). **Museu de História da Medicina – MUHM**: um acervo vivo que se faz ponte entre o ontem e o hoje. Porto Alegre: Evangraf, 2016. p. 156-171.
- HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz et al. (Org.). **A Emergência da multiterritorialidade**: a resignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. p. 19-36.
- HEIDRICH, Álvaro Luiz. Territorialidades enredadas: formação das territorialidades nacionais e regionais, e problemas decorrentes da integração socioespacial global. In: \_\_\_\_\_ et al. (Org.). **A Emergência da multiterritorialidade**: a resignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. p. 241-256.
- IHGRGS. **Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre**: século XIX e início do XX. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2005. CD.
- KERSTING, Eduardo Henrique de Oliveira. **Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre**: a Colônia Africana (1890 – 1920). 221 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.
- KOEHLER, Ana Luiza Goulart. **Retraçando os becos de Porto Alegre**: visualizando a cidade invisível. 272 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

- KRAWCZYK, Flávio. Prefácio. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Da necessidade do moderno: o futuro da Porto Alegre do século passado**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2002. p. 9-11.
- LEITE, Ilka Boaventura. Territórios de negros em área rural e urbana: algumas questões. Textos e Debates: núcleo de estudos sobre identidade e relações interétnicas, Florianópolis, ano 1, n. 2, p. 39-46, 1991. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/126236/Textos%20e%20Debates%20No%202.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 28/01/2017.
- LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 33-53.
- LINDÓN, Alcía. **Las narrativas de vida espaciales: una expresión del pensamiento geográfico humanista y constructivista**. Sem data. p. 13-32.
- MACALÉ, Alfredo Raimundo. **Entrevistas sobre os carnavais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1991. Entrevistadora: Iris Graciela Germano e Wilson Azambuja Vieira Filho.
- MARQUES, Olavo Ramalho. **Sobre raízes e redes: territorialidade, memórias e identidades entre populações negras em cidades contemporâneas no sul do Brasil**. 389 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- MATTOS, Jane Rocha de. **Que arraial que nada, aquilo lá é um areal: o Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)**. 158 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

- MAUCH, Claudia. História de Porto Alegre: processo de ocupação e urbanização. In: PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal. **Porto Alegre: memória e identidade**. Porto Alegre: SMED, SMC, 1992. p. 30-49.
- MAUCH, Claudia. Saneamento moral em Porto Alegre. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade**. Porto Alegre, Canoas, São Leopoldo: Ed. UFRGS, Ed. ULBRA, Ed. UNISINOS, 1994. p. 9-24.
- MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: urbanização e modernidade – a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- MONTEIRO, Charles. A invenção da história de Porto Alegre. In: KRAWCZYK, Flávio (Org.). **Da necessidade do moderno: o futuro da Porto Alegre do século passado**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2002. p. 13-33.
- MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano, Porto Alegre 1858-1888**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.
- MÜLLER, Liane Susan. As contas do meu rosário são balas de artilharia. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (Orgs.). **RS NEGRO: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 262-271. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/ahrs/rsnegro.pdf>. Acesso em: 23/01/2017.
- MÜLLER, Liane Susan. **As contas do meu rosário são balas de artilharia**. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.
- OBSERVA POA. **Bairro Mont’Serrat**. Porto Alegre. Disponível em: <http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regioes=31,0,0>. Acesso em: 05/02/2017.

- O CARNAVAL EM TODOS OS RECANTOS. **Revista do Globo**. Porto Alegre, 17/02/1940, n. 269, p. 45.
- O EXEMPLO, Porto Alegre, 13/05/1893, 28/09/1904, 13/05/1910. Disponível em: Acervo on-line coleções jornal “O Exemplo” - <http://afro.culturadigital.br/>. Acesso em: 15/03/2017.
- OLIVEIRA, Adão Alves de (Seu Lelé). **Entrevistas sobre os carnavais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 21/02/1991. Entrevistadora: Zita Rosane Possamai.
- OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 13-32.
- PADILHA, Dolzira. **Entrevistas sobre os carnavais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 13/02/1991. Entrevistadores: Flávio Krawczyk e Wilson Azambuja Vieira Filho.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (Coord). **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: Ed. UFRGS; PMPA, 1991.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os excluídos da cidade. In: SEFFNER, Fernando (Org.). **Presença Negra no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995. p. 80-89.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Porto Alegre – meados do século XIX: a cidade negra. In: Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 10, 1990, Curitiba. **Anais X Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**. Curitiba: SBPH, 1991. p. 41-47.
- PÓLVORA, Jacqueline Britto. Na encruzilhada: impressões da socialidade batuqueira no meio urbano de Porto Alegre/RS. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.).

**Negros no Sul do Brasil:** invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 159-175.

PORTO ALEGRE, Achylles. **História popular de Porto Alegre.** Porto Alegre: PMPA – Unidade Editorial, 1994.

PRASS, Luciana. **Maçambiques, Quicumbis e Ensaios de Promessa:** um re-estudo etnomusicológico entre quilombolas do sul do Brasil. 312 f. Tese (Doutorado em Música) – Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RAFFESTIN, Claude. O que é o território? In: \_\_\_\_\_. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 2011. p. 128-146.

RATTS, Alex. Os lugares de gente negra: temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Questões Urbanas e Racismo.** Petrópolis, Brasília: DP et. Alii.; ABPN, 2012. p. 216-243.

RECH, Tiago Bassani. **Casas de religião de matriz africana em Porto Alegre:** territorialidades étnicas e/ou culturais a partir da antiga Colônia Africana. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf>. Acesso em: 11/12/2016.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Quando Vargas caiu no samba:** um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930-1940. 237 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa

de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade:** história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição. Porto Alegre: EST Edições, 2019.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais.** Florianópolis: Insular, 2011. p. 63-89.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939.

SANHUDO, Ary Veiga. **Porto Alegre:** crônicas da minha cidade. Porto Alegre: Edições Sulina, 1961. 1 v.

SANHUDO, Ary Veiga. **Porto Alegre:** crônicas da minha cidade. Porto Alegre: Editora Movimento; Instituto Estadual do Livro, 1975. 2 v.

SANTOS, Irene (Org.). **Negro em Preto e Branco:** história fotográfica da população negra de Porto Alegre. Porto Alegre: do autor, 2005.

SANTOS, Irene (Coord.) et al. **Colonos e Quilombolas:** memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre. Porto Alegre: do autor, 2010a.

SANTOS, Irene (Coord.) et al. **Sinopse Projeto Colonos e Quilombolas:** memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre. Porto Alegre: do autor, 2010b.

SANTOS, Irene (Coord.). **Outros Carnavais:** memória do carnaval de rua de Porto Alegre – 1930/1969. Disponível: <http://www.outroscarnavais.com.br/index.htm>. Acesso: 10/10/2016.

SANTOS, Isabel Silveira dos. **Abram-se as cortinas:** Representações étnico-raciais e pedagogias do palco no teatro de Arthur Rocha. 144 f. Dissertação (Mestrado

em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2009. Disponível em: <https://servicos.ulbra.br/BIBLIO/PPGEDUM103.pdf>. Acesso em: 27/03/2017

SANTOS, Isabel Silveira dos. Arthur Rocha: um intelectual negro no “mundo dos brancos”. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, X, Santa Maria. **Anais X Encontro Estadual de História**. Santa Maria: UFSM, 2010, p. 1-16. Disponível em: [http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279496410\\_ARQUIVO\\_arthurrochaumintelectualnegronomundodosbrancos.pdf](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279496410_ARQUIVO_arthurrochaumintelectualnegronomundodosbrancos.pdf). Acesso em: 10/02/2015.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: EdUSP, 2012.

SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. In: \_\_\_\_\_. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Gutenberg, 2009. p. 21-40.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ensino de Geografia e Currículo: questões a partir da Lei 10.639. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 26, v.1, n. 34, p. 141-160, jan-jun/2010. Disponível em: [http://www.agb.org.br/files/TL\\_N34.pdf](http://www.agb.org.br/files/TL_N34.pdf). Acesso em: 16/10/2014.

SILVA, Jayme Moreira da. **Colônia Africana**. Porto Alegre: do autor, 2005.

SILVA, Josiane Abrunhosa da. **Bambas da Orgia: um estudo sobre o carnaval de rua de Porto Alegre, seus carnavalescos e os territórios negros**. 209 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Colonos e Quilombolas, todos negros! In: SANTOS, Irene (Coord.) et al. **Colonos e Quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre**. Porto Alegre: do autor, 2010. p. 12-15.
- SILVEIRA, Oliveira. Oliveira Silveira: obra reunida. Ronald Augusto (org.). Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: CORAG, 2012.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 77-116.
- STUMVOLL, Denise; MENEZES, Naida (Orgs.). **Memória Visual de Porto Alegre 1880 – 1960: acesso às imagens do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa**. Porto Alegre: Pallotti, 2007.
- VIEIRA, Daniele Machado. **Percursos Negros em Porto Alegre: estratégias geográficas para educação**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- ZUBARAN, Maria Angélica. Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 161-187, jul. 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/6743/4045>. Acesso em: 06/02/2017.
- ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre. **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 6, n. 3, p. 1-16, jul.ago.set 2009. Disponível em: [http://www.revistafenix.pro.br/PDF20/ARTIGO\\_3\\_DOSSIE\\_Maria\\_Angelica\\_Zubaran\\_FENIX\\_JUL\\_AGO\\_SET\\_2009.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF20/ARTIGO_3_DOSSIE_Maria_Angelica_Zubaran_FENIX_JUL_AGO_SET_2009.pdf). Acesso em: 06/02/2017.

## SOBRE A AUTORA

### Daniele Machado Vieira

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde realizou o Mestrado (2017) e a Licenciatura (2012) em Geografia. É professora na rede pública de Porto Alegre/RS. Pesquisa a geografia dos antigos territórios negros de Porto Alegre, voltando-se para a geografia histórica e urbana, o negro no espaço urbano e educação para as relações étnico-raciais. Em 2019 recebeu 2 prêmios nacionais pela sua Dissertação de Mestrado sobre os antigos Territórios Negros em Porto Alegre/RS: XI Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional” de Dissertação de Mestrado (ANPUR) e Menção honrosa de dissertação do Prêmio Maurício de Almeida Abreu, na área de Geografia Humana (ANPEGE). Em 2015 parte desse trabalho já havia sido premiado na XXIII Jornadas de Jovens Pesquisadores da AUGM (Associação de Universidades do Grupo Montevideo) em La Plata, na Argentina. Integrou a equipe do Curso de Extensão “Territórios Negros: patrimônio afro-brasileiro em Porto Alegre”, ofertado de 2015 a 2019 pelo LHIESTE/UFRGS. Participa das Atinukés: grupo de estudo sobre o pensamento de mulheres negras, fundado em 2016.



Daniele durante o recebimento do XI Prêmio brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional” de Dissertação de Mestrado (ANPUR), XVIII ENANPUR 2019 - Natal / RN.

Fonte: Arquivo pessoal.

## LISTA DE FIGURAS

pg.

- 49 Figura 1: Mapa topográfico de Porto Alegre / RS - 1906. Sem escala.
- 50 Figura 2: Mapa de Porto Alegre / RS - 1833. Sem escala.
- 52 Figura 3: Mapa de Porto Alegre / RS - 1844, com marcação de ruas e locais de referência. Sem escala.
- 53 Figura 4: Praça Padre Gregório de Nadal, local da Fonte dos Pobres (na antiga Rua do Arvoredo) na década de 1860, Porto Alegre / RS.
- 54 Figura 5: Paisagem da Rua Voluntários da Pátria, importante via comercial, Porto Alegre/RS - década de 1890.
- 55 Figura 6: Mapa dos Becos, Porto Alegre / RS - Séc. XIX. Sem escala.
- 56 Figura 7: Campos da Redenção, Porto Alegre / RS - década de 1900.
- 59 Figura 8: Acendedores de lampiões, Porto Alegre / RS - 1875 a 1925.
- 63 Figura 9: Mapa da Rede de Esgotos do Município de Porto Alegre / RS - 1929.
- 68 Figura 10: Tabela com distribuição dos cortiços registrados por Distritos em Porto Alegre / RS (1906 - 1914).
- 69 Figura 11: Gráfico da evolução da quantidade de cortiços por Distrito, Porto Alegre / RS (1906 - 1914).
- 74 Figura 12: Vista aérea colorizada da Rua General Paranhos (atual Av. Borges de Medeiros), Porto Alegre / RS - em torno de 1920.
- 75 Figura 13: Demolição de casas no antigo Beco do Poço, Porto Alegre / RS - 1925.
- 76 Figura 14: Mapa do Beco do Poço, Porto Alegre / RS - 1888. Sem escala.
- 77 Figura 15: Estudo de provável fotografia da Rua General Paranhos a partir da Rua Coronel Genuíno (origem não confirmada), Porto Alegre / RS.
- 78 Figura 16: Mapa da Av. Borges de Medeiros, Porto Alegre / RS - 1932. Sem escala.
- 79 Figura 17: Obras da Av. Borges de Medeiros, Porto Alegre / RS - década de 1930.
- 79 Figura 18: Av. Borges de Medeiros remodelada, Porto Alegre / RS - década de 1940.
- 80 Figura 19: Av. Borges de Medeiros sendo prolongada sobre o aterro da Praia de Belas, Porto Alegre / RS - 1958.
- 82 Figura 20: Arroio Dilúvio paralelo a antiga Rua da Margem (atual R. João Alfredo), Porto Alegre / RS - entre as décadas de 1920 e 1940.

**pg.**

- 83 Figura 21: Mapa do Arroio Dilúvio: trecho final e arredores, Porto Alegre / RS – 1916. Sem escala.
- 84 Figura 22: Arroio Dilúvio nos fundos da Rua João Alfredo, Porto Alegre / RS - década de 1930.
- 85 Figura 23: Arroio Dilúvio nas proximidades da Ponte de Pedra, Porto Alegre / RS - primeiras décadas séc. XX.
- 86 Figura 24: Canalização do Arroio Dilúvio – trecho inicial na Av. João Pessoa, Porto Alegre / RS - meados década de 1940.
- 89 Figura 25: Enseada da Praia de Belas antes do aterro, Porto Alegre / RS - década de 1940/50.
- 89 Figura 26: Enseada da Praia de Belas depois do aterro, Porto Alegre / RS - década de 1950/60.
- 90 Figura 27: Aterro da Praia de Belas, Porto Alegre / RS - 1959.
- 91 Figura 28: Aterro da orla da Praia de Belas e arredores, Porto Alegre / RS - 1959.
- 100 Figura 29: Quitandeiras negras, Porto Alegre / RS - 1901.
- 102 Figura 30: Realeza Negra da Irmandade do Rosário, Porto Alegre / RS - 1828.
- 104 Figura 31: Antiga Igreja do Rosário, Porto Alegre / RS - 1828 a 1950.
- 109 Figura 32: Beco do Jacques (final da atual escadaria da Rua 24 de Maio no encontro com a Av. Des. André da Rocha), Porto Alegre / RS - possivelmente década de 1940.
- 110 Figura 33: Mãe Rita, Porto Alegre / RS - século XIX.
- 114 Figura 34: Mapa das Territorialidades Negras, Porto Alegre / RS - século XIX. Sem escala.
- 116 Figura 35: Mapa topográfico com os territórios negros, Porto Alegre / RS - 1906. Sem escala.
- 117 Figura 36: Mapa do Areal da Baronesa, Porto Alegre / RS - 1906. Sem escala.
- 119 Figura 37: Mapa do Areal da Baronesa, Porto Alegre / RS - 1881. Sem escala.
- 121 Figura 38: Mapa Toponímias da Emancipação Negra no Areal da Baronesa, Porto Alegre / RS - 1888. Sem escala.
- 126 Figura 39: Destaques dos anúncios comemorativos do 13 de maio de 1910 no Jornal “O Exemplo”, Porto Alegre / RS.

**pg.**

- 131 Figura 40: Adão Alves de Oliveira, Seu Lelé, no Desfile dos “Intocáveis”, Porto Alegre / RS - 1977.
- 135 Figura 41: Mapa do Areal da Baronesa dividido pelo 1º e 2º Distritos, Porto Alegre / RS - 1932. Sem escala.
- 136 Figura 42: Mapa dos Distritos de Porto Alegre / RS - 1932.
- 140 Figura 43: “Avenida” no Areal da Baronesa, Porto Alegre / RS - meados séc. XX.
- 141 Figura 44: Frente de duas avenidas na Travessa Pesqueiro, Porto Alegre/RS - 2016.
- 142 Figura 45: Casas antigas na Rua Miguel Teixeira, defronte a Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, Porto Alegre / RS - 2016.
- 144 Figura 46: Ponte sobre o Arroio Dilúvio com a Ilhota ao fundo, Porto Alegre / RS - entre 1910 e 1942.
- 145 Figura 47: Mapa área inicial da Ilhota sobre mapa atual de Porto Alegre / RS. Sem escala.
- 147 Figura 48: Mapa da Ilhota, Porto Alegre / RS - 1906, com destaque do traçado Av. Ipiranga e pontes sobre Arroio Dilúvio. Sem escala.
- 148 Figura 49: Mapa da Ilhota, Porto Alegre / RS - 1916. Sem escala.
- 149 Figura 50: Paisagem interna da Ilhota, Porto Alegre / RS - década de 1930/40.
- 150 Figura 51: Marcação sobre foto aérea da Ilhota, Porto Alegre / RS - década de 1940.
- 152 Figura 52: Ilhota (parte expandida) vista a partir da ponte da Av. Azenha, Porto Alegre / RS - década de 1950.
- 155 Figura 53: Mapa da Colônia Africana, Porto Alegre / RS - 1888. Sem escala.
- 158 Figura 54: Área aproximada da Colônia Africana, Porto Alegre / RS, primeira metade do séc. XX.
- 159 Figura 55: Vista da Rua Esperança (atual Rua Miguel Tostes) para a Av. Independência, Colônia Africana, Porto Alegre / RS - final do século XIX.
- 164 Figura 56: Solicitação à Intendência de autorização para construção de um chalet na Colônia Africana, Porto Alegre / RS - 1905.
- 176 Figura 57: Carnaval no Salão do Ruy na Colônia Africana, Porto Alegre / RS - 1940.
- 179 Figura 58: Mapa da Bacia do Mont'Serrat, Porto Alegre / RS - 1916. Sem escala.
- 180 Figura 59: Bacia do Mont'Serrat sobre mapa dos bairros de Porto Alegre / RS - séc. XX. Sem escala.

**pg.**

- 182 Figura 60: Chalet na Colônia Africana, Porto Alegre / RS - 1910.
- 182 Figura 61: Casa de madeira na Rua Anita Garibaldi (Bairro Mont'Serrat), Porto Alegre / RS - 2015.
- 184 Figura 62: Rua Arthur Rocha (Bacia do Mont'Serrat) no Mapa de Porto Alegre / RS - 1916 (colorido). Sem escala.
- 184 Figura 63: Rua Álvaro Chaves (Bacia do Mont'Serrat) no Mapa de Porto Alegre / RS - 1916 (preto e branco). Sem escala.
- 186 Figura 64: Dramaturgo negro Arthur Rodrigues da Rocha, Rio Grande do Sul (1859-1888).
- 187 Figura 65: Anúncio-convite para as comemorações do 28 de Setembro, Jornal O Exemplo, Porto Alegre / RS - 1904.
- 190 Figura 66: Remanescente de bica d'água na Bacia do Mont'Serrat, Porto Alegre / RS - 2015.
- 194 Figura 67: Sociedade Espírita de Umbanda, Bacia do Mont'Serrat, Porto Alegre / RS - Fundação 1953.
- 200 Figura 68: Quadro com a síntese dos três momentos dos territórios negros no espaço urbano, Porto Alegre / RS - séc. XVIII a 1970.
- 201 Figura 69: Mapa do Deslocamento dos Territórios Negros no Espaço Urbano de Porto Alegre / RS - século XIX até 1970.
- 203 Figura 70: Mapa dos territórios negros, Porto Alegre / RS - 1888. Sem escala.
- 206 Figura 71: Mapa dos territórios negros, Porto Alegre / RS - 1906. Sem escala.
- 207 Figura 72: Mapa dos territórios negros, Porto Alegre / RS - 1916. Sem escala.
- 209 Figura 73: Demolição do Beco do Rosário, Porto Alegre / RS - final da década de 1920.
- 213 Figura 74: Mapa da área da cidade inundada pela enchente de 1941 - Porto Alegre / RS.
- 214 Figura 75: Imagem aérea Aterro da orla da Praia de Belas, Porto Alegre / RS - 1966.
- 215 Figura 76: Foto aérea do Areal da Baronesa e da Ilhota, Porto Alegre / RS - 1975.

corpo texto EB Garamond  
títulos Mulish



ANPUR  
2021